



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANA PAULA BISTAFFA DE MONLEVADE**

**COMUNIDADE TRADICIONAL RAIZAMA EM  
JANGADA/MT: PRODUZINDO A EXISTÊNCIA  
ASSOCIADAMENTE POR MEIO DE ENXADAS, RALOS, SUCURIS E  
TORRADEIRAS**

**CUIABÁ-MT  
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANA PAULA BISTAFFA DE MONLEVADE**

**COMUNIDADE TRADICIONAL RAIZAMA EM  
JANGADA/MT: PRODUZINDO A EXISTÊNCIA  
ASSOCIADAMENTE POR MEIO DE ENXADAS, RALOS,  
SUCURIS E TORRADEIRAS**

**CUIABÁ-MT  
2018**

**ANA PAULA BISTAFFA DE MONLEVADE**

**COMUNIDADE TRADICIONAL RAIZAMA EM  
JANGADA/MT: PRODUZINDO A EXISTÊNCIA  
ASSOCIADAMENTE POR MEIO DE ENXADAS, RALOS, SUCURIS E  
TORRADEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação na Área de Concentração Educação, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Políticas e Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Edson Caetano

**Cuiabá-MT  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

M746c Monlevade, Ana Paula Bistaffa de.  
Comunidade Tradicional Raizama em Jangada/MT: : Produzindo a existência associadamente por meio de enxadas, ralos, sucuris e torradeiras / Ana Paula Bistaffa de Monlevade. -- 2018  
206 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Edson Caetano.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Comunidade Tradicional. 2. Produção da Existência. 3. Produção Associada. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT  
 Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: "Comunidade Tradicional Raizama em Jangada/MT: produzindo a existência associadamente por meio de enxadas, ralos, sucuris e torradeiras"**

AUTORA: Doutoranda Ana Paula Bistaffa de Monlevade

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 12 de abril de 2018.

Composição da Banca Examinadora:

---

Presidente Banca / Orientador	Doutor	Edson Caetano	
Instituição:		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinadora Interna	Doutora	Elizabeth Figueiredo de Sá	
Instituição:		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinadora Interna	Doutora	Michèle Tomoko Sato	
Instituição:		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Externo	Doutor	José Raimundo Oliveira Lima	
Instituição:		UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA/UBES	
Examinadora Externa	Doutora	Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus	
Instituição:		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE/UFS	
Examinador Suplente	Doutor	Silas Borges Monteiro	
Instituição:		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Suplente	Doutor	Eraldo Leme Batista	
Instituição:		UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ/UNIOESTE	

CUIABÁ, 12/04/2018.

## DEDICATÓRIA

"Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons; Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons; Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda; Porém há aqueles que lutam toda a vida; Esses são os imprescindíveis." (Os que lutam - BRECHT).

*Aos meus imprescindíveis...*

*Trabalhadoras e trabalhadores rurais de Raizama que historicamente lutam para existirem e resistirem enquanto comunidade tradicional.*

Data de inauguração da atual farinheira de Raizama.



Fonte: Pauluzi (2017)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Este desenho, como os demais utilizados no início de cada capítulo, foram criados especialmente para a tese por Catharina Pauluzi. Muita gratidão a minha querida ex-aluna do Ensino Médio Integrado em Eventos do IFMT e futura grande arquiteta mato-grossense.

## AGRADECIMENTOS

Deixe o mundo mudar você e você poderá mudar o mundo.  
(Che Guevara)

Sempre é tempo de demonstrar gratidão às pessoas queridas que cruzaram a minha vida para auxiliar-me e fazer-me crescer. Espero conseguir retribuir tanto carinho continuando a luta por um mundo mais justo e humano.

Agradeço primeiramente *às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais de Raizama* pelo grande carinho com que fui acolhida por todos, pela imensa disposição em participar da pesquisa e, principalmente, pelo grande exemplo de vida que todas e todos são para mim e para o mundo.

Muito obrigada irmã *Vera Maria Lobo* por ter organizado e possibilitado o meu encontro com estes seres humanos incríveis. A sua ajuda foi de fundamental importância não só neste primeiro contato, mas durante toda a realização da pesquisa. Tê-la sempre ao nosso lado é uma grande benção.

Muita gratidão também aos meus professores do doutorado pelo apoio, pelos ensinamentos, pela paciência em compartilhar conhecimentos com quem ainda está começando a carreira. Ainda tenho muito trabalho pela frente, mas tenho certeza que só consegui chegar até aqui com o suporte de todos vocês:

- *Prof. Dr. Edson Caetano*, também conhecido como meu orientador. Muito obrigada pela acolhida, pelos cinco anos de convivência nem sempre tranquila (afinal sempre me cobrou relatórios, trabalhos, artigos, eventos, a tese etc.), mas compreendo que foi para o meu bem. Brincadeiras à parte, quero lhe agradecer por todas as exigências que me fizeram crescer e principalmente por todo ensinamento compartilhado, pois me fez enxergar o mundo de outra forma, muito mais crítica e concreta;

- *Profa. Dra. Michele Tomoko Sato*, muito obrigada pelas inúmeras contribuições ainda durante as disciplinas e depois me auxiliando a ter paz de espírito para seguir em frente com a escrita da tese;

- *Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá*, muito obrigada por ser tão atenciosa e por ter aceitado participar da banca com tanta gentileza. Suas contribuições foram extremamente importantes para o meu trabalho;

- *Profa. Dra. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus*, muito obrigada por todas as aulas e orientações ainda no mestrado, pelas conversas animadoras nos corredores da UFS, por compartilhar comigo o seu entendimento e sua experiência de vida nos movimentos sociais, por ser um grande exemplo de luta e resistência;

- *Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima*, muito obrigada por aceitar o convite para participar da banca e também pelas orientações e contribuições dadas não só da última vez que estive em Cuiabá, mas também na banca de qualificação. Grata também pela ajuda na finalização do texto para a banca de defesa;

- *Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto*, muito obrigada pela carinhosa acolhida em sua disciplina na UERJ e também por ser um exemplo de generosidade para com seus alunos. Aprendi muito com as suas aulas e com seu exemplo;

- *Profa. Dra. Lia Tiriba*, muito obrigada por me receber tão bem na UFF, por se preocupar com minha estada no Rio de Janeiro, por ser tão prestativa quanto às minhas dúvidas e indefinições do projeto. Agradeço também a oportunidade de ter feito parte do seu grupo de estudos e por sempre compartilhar o seu conhecimento com todos nós;

- **Profa. Dra. Solange Lacks**, muito obrigada por plantar a semente do materialismo histórico em mim, ainda no mestrado. Agora ela floresceu graças a sua ajuda. Hoje consigo compreender com muito mais propriedade as adversidades do mundo capitalista;

- **Profa. Dra. Luisa Patatas**, muito obrigada pela parceria, pelos conselhos, pela inspiração que és em minha vida desde a ETF/MT. Agradeço também as inúmeras correções que realizou de artigos e textos durante o doutorado;

Agradeço a todos do **GEPE** – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação da UFMT, vocês foram incríveis comigo. Muito obrigada Janaina, Camila, Iorim, Eva, Anátalia, Cristiano, Ivonei e Luana.

Minha gratidão também a todos os servidores e todas as servidoras da **Secretaria da Pós-Graduação em Educação** da UFMT. O que seria de cada um de nós sem vocês? Definitivamente nada! Muito obrigada Profa. Dra. Márcia, Profa. Dra. Rute, Marisa, Luiza, Marcos e Duarte.

Agradeço imensamente ao **IFMT – Campus Cuiabá** pelo afastamento concedido para capacitação *Stricto Sensu* e aos amigos que lá me esperam quando voltar. Muito obrigada Prof. Vicente Pedroso, Elisandra Muxfeldt e a todas(os) companheiras(os) do DAS.

E por fim, porém tão importante quanto os demais, agradeço a minha família que está sempre presente ao meu lado, dando aquela força, me apoiando nos momentos difíceis e comemorando cada vitória nestes últimos cinco anos. Em especial, a minha mãe **Aparecida Chiquitto**, uma grande mulher, meu exemplo de força e determinação, além de ser meu porto seguro e o meu maior amor.

Agradeço, especialmente, ao meu marido **Angelo Henrique Monlevade**. Este sim é guerreiro!!! Firme e forte ao meu lado para o que der e vier (inclusive para ler muitas vezes toda a tese). Sempre a postos para me ajudar, me cuidar e me incentivar a seguir em frente com as muitas loucuras que me proponho a fazer nesta existência. Meu Zanzo, muito obrigada por ser parte de cada sonho que realizo nos últimos 20 anos e por me respeitar profundamente.

Gratidão também aos **amigos queridos** (todos sem exceção, mato-grossenses, sergipanos, de outros planetas) por tornar a minha vida mais leve e feliz. Em especial **Sofia, Cecília e Victória**, minhas afilhadas que amo com todo coração. Vocês conseguiram me transformar na dinda mais babona deste mundo. Obrigada pequenas! Obrigada por fazer meus dias durante o doutorado menos assustadores.

Muito obrigada **Simone Manduca**, sem você o primeiro passo, há cinco anos, nem seria dado. Valeu demais pela força.

Agradeço ao meu querido ex-aluno e excelente fotógrafo **Nicolas Lyra**. Muito obrigada por me acompanhar nas visitas a Raizama e se dedicar às fotografias e filmagens com tanto carinho.

Minha eterna gratidão aos também amigos queridos que carinhosamente apelidei de “amigos leitores da presente tese que tanto perturbei para me ajudar”. Muito obrigada **Janaina Costa** (minha marida, amiga de curso e para o resto da vida) e **Viviane Almeida** (amiga que o mestrado me presenteou, que mora longe, mas, no entanto, está presente em todas as horas do meu dia e estará para sempre assim);

Em especial agradeço ao “leitor” **Daniel Fernando Martins** (amigo de tanto tempo, de tantos trabalhos, de tantos babados antes acontecidos no UNIRONDON e agora sendo praticados no IFMT. Ainda passaremos tantos anos juntos que só me resta gostar muito de você). Muito obrigada por ouvir minhas angústias, ler os meus textos (quase todos por sinal), me orientar e tentar me motivar todas as vezes que pensei em largar o doutorado por me encontrar completamente exausta e ao mesmo tempo muito preocupada com a pesquisa.

Só não tomei tal atitude porque tenho muitas pessoas especiais em minha volta e Deus no comando da minha vida.

Só posso dizer a todos vocês muito obrigada com todo amor que levo em meu coração.



O mundo precisa de mudanças profundas, radicais. Urge superar as visões simplistas que transformaram o economicismo em eixo da sociedade. Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas. Para obtê-las, é imprescindível despertar a criatividade e consolidar o compromisso com a vida, para não nos convertemos em meros aplicadores de procedimentos e receitas caducas. [...] Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza (ALBERTO ACOSTA, 2015, p. 20 e 21).

## Resumo

A tese é resultado de uma investigação científica realizada na Comunidade Tradicional Raizama que está localizada no município de Jangada, a 110 km de Cuiabá/MT. Nesta comunidade, encontram-se por volta de 70 famílias - agricultoras(es) familiares e/ou trabalhadores(as) rurais que vivem/sobrevivem da colheita de frutas, verduras e legumes, bem como da criação de pequenos animais para subsistência e da produção da farinha de mandioca através da Associação dos Produtores Rurais da Raizama I. Uma das principais características de comunidades tradicionais como a de Raizama é o seu modo de produção que é próprio de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande conexão com os recursos naturais e no qual a dependência do mercado já existe, mas não é total. Estes seres humanos desenvolvem uma maneira especial de ser, viver e de garantir sua sobrevivência, fundamentada em características como a igualdade, solidariedade e no viver em conjunto, além de compartilhar a mesma visão de mundo e de sociedade. Assim, a produção associada desenvolvida na comunidade representa a dinâmica da realidade material e imaterial do(a) trabalhador(a), ou seja, é o que permite entender os significados que o trabalho adquire na vida das pessoas, os comportamentos, as interações entre o grupo, os processos de sociabilidade e mecanismos de controle. A partir do materialismo histórico dialético, temos como objetivo geral da tese analisar as contradições e mediações encontradas pelas trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade Tradicional Raizama/MT, quando se organizam para produzir a existência a partir da produção associada. E como objetivos específicos: a) Identificar elementos econômicos, culturais e saberes presentes na organização da vida associada das trabalhadoras e trabalhadores de Raizama; b) Apresentar as peculiaridades da produção associada que permeiam espaços e tempos históricos de Raizama e o que isto representa para a produção da vida material e imaterial em comunidade; c) Discutir os limites de existência e resistência da produção associada em Raizama frente ao modelo de produção capitalista. A pesquisa foi realizada em espaços coletivos de trabalho e socialização como na farinheira e nos mutirões realizados pela comunidade. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semi-estruturadas, rodas de conversas, registros fotográficos, filmagens e diário de campo. Foi possível observar, mediante a pesquisa, que são muitas as contradições, os desafios e também as formas de resistência encontradas em Raizama, pois foi possível identificar uma realidade que lhe é peculiar, uma vez que se tem a produção associada que permeia espaços e tempos históricos da comunidade até um específico momento e depois encontram-se os limites dessa existência frente ao capital. No entanto, os(as) trabalhadores(as) de Raizama lutam para existir e viver coletivamente, a partir de uma solidariedade e reciprocidade que é intrínseca a todos(as) eles(as). Assim, sua resistência se apresenta na forma como permanece, reproduz ou adapta atividades que confrontam a lógica da troca mercantil. Mesmo coexistindo com o sistema dominante, Raizama ainda mantém traços de uma cultura herdada que foi transmitida, principalmente por meio da oralidade, de uma geração para outra. Através da experiência acumulada, a cultura e os saberes são transmitidos fazendo com que a produção associada continue presente na comunidade.

**Palavras-chave:** Comunidade Tradicional. Produção da Existência. Produção Associada.

## Abstract

The dissertation is the result of a scientific investigation carried out in the Traditional Community of Raizama, located in the city of Jangada, 110 km from Cuiabá/MT. This community is home to around 70 farming families and/or rural workers living and surviving from the harvest of fruits and vegetables, as well as subsistence livestock and the production of cassava flour cooperatively through the Raizama I Association of Rural Producers. One of the main characteristics of traditional communities such as Raizama is their mode of production, which is consistent with societies where labor has not yet become a commodity, where there is a greater connection with natural resources and where market dependence already exists, but is not absolute. These human beings develop a special way of being, living and ensuring their survival, based on characteristics such as equality, solidarity and living together, as well as sharing the same worldview of society. Thus, the joint production developed in the community represents the dynamics of the material and immaterial reality of the worker, that is, it is what allows us to understand the meanings that labor develops in people's lives, behaviors, interactions in the group, sociability processes and control mechanisms. From the theories of dialectical historical materialism, this dissertation's general objective is to analyze the contradictions and mediations found by the workers of the Traditional Community of Raizama/MT, when organized to guarantee their existence from joint production. The specific objectives of this research are: a) To identify elements of the economy, culture and knowledge present in the organization of the cooperative life of Raizama workers; b) To present the peculiarities of the cooperative production that permeate historical spaces and times of Raizama and what this represents for the production of material and immaterial life in community; c) Discuss the limits of existence and resistance of the cooperative production in Raizama against the model of capitalist production. The research was carried out in collective spaces of labor and socialization in places such as the cassava flour mill and in the task forces performed by the community. Data collection took place through semi-structured interviews, conversation circles, photographic records, filming and field diary. It was possible to observe, through research, that there are many contradictions, challenges and also forms of resistance found in Raizama, because it was possible to identify a peculiar reality, with the cooperative production permeating space and time, throughout the historical events of the community, until a specific moment when the limitations of this existence faces the reality of capitalism. In that environment, the workers of Raizama struggle to exist and live collectively, with a solidarity and reciprocity that is intrinsic to all of them. Thus, their resistance presents itself in the way it resists, reproduces or transforms the activities that confront the logic of mercantile exchange. Even coexisting with the dominant system, Raizama still retains traces of an inherited culture that was transmitted, mainly by being recounted one generation to another. By virtue of accumulated experience, the community transmits their culture and knowledge, and assure that cooperative production remains present in the community.

**Keywords:** Traditional Community. Production of Existence. Cooperative Production.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 01:</b>	Mapa Social	29
<b>Imagem 02:</b>	Sr. Antônio Sales	32
<b>Imagem 03:</b>	Sr. Claudino Almeida	32
<b>Imagem 04:</b>	Sr. Galdino Sales	32
<b>Imagem 05:</b>	Sra. Jovina Almeida	33
<b>Imagem 06:</b>	Sra. Justina Nunes	33
<b>Imagem 07:</b>	Sr. Lucídio Sales	33
<b>Imagem 08:</b>	Sr. Manoel Nunes	33
<b>Imagem 09:</b>	Sra. Maria Sales (Mariquita)	34
<b>Imagem 10:</b>	Sra. Robertina Sales	34
<b>Imagem 11:</b>	Sra. Tomázia Sales	34
<b>Imagem 12:</b>	Sr. Leocádio Pereira de Sales	34
<b>Imagem 13:</b>	Sra. Vera Lobo	34
<b>Imagem 14:</b>	Reprodução Ampliada do Capital	50
<b>Imagem 15:</b>	Alienação do Trabalho	51
<b>Imagem 16:</b>	Enganosa divisão de lucros	52
<b>Imagem 17:</b>	Ritmo produtivo de trabalho	53
<b>Imagem 18:</b>	Comunidade Tradicional Raizama	68
<b>Imagem 19:</b>	Localização da Comunidade Tradicional Raizama	87
<b>Imagem 20:</b>	Estrada não pavimentada	87
<b>Imagem 21:</b>	Unidade Básica de Saúde localizada na Comunidade Mutum	89
<b>Imagem 22:</b>	Produção na residência da Sra. Jovina Almeida	90
<b>Imagem 23:</b>	Sra. Jovina Almeida segurando um “Sururi”	95
<b>Imagem 24:</b>	Farinheira antes da reforma	106
<b>Imagem 25:</b>	Farinheira durante a reforma	107
<b>Imagem 26:</b>	Mutirão	108
<b>Imagem 27:</b>	Almoço beneficente em 2016	108
<b>Imagem 28:</b>	Torradeira	109
<b>Imagem 29:</b>	Trator	109
<b>Imagem 30:</b>	Prensa	109
<b>Imagem 31:</b>	Triturador	109
<b>Imagem 32:</b>	Fluxograma com as primeiras etapas da produção da farinha de mandioca	112
<b>Imagem 33:</b>	Fluxograma com as últimas etapas da produção da farinha de mandioca	113
<b>Imagem 34:</b>	Trabalhadoras preparando o almoço	128
<b>Imagem 35:</b>	Galinhada sendo preparada	128
<b>Imagem 36:</b>	Trabalhadoras(es) servindo o almoço	129
<b>Imagem 37:</b>	Sorteio das rifas	129
<b>Imagem 38:</b>	Mutirão para a reforma da farinheira	130
<b>Imagem 39:</b>	Altar	135
<b>Imagem 40:</b>	Espaço do altar e da reza	136
<b>Imagem 41:</b>	Sra. Jovina Almeida e seu canteiro de ervas medicinais	141
<b>Imagem 42:</b>	Urucum	141
<b>Imagem 43:</b>	Parte da horta na residência da Sra. Robertina Sales	144
<b>Imagem 44:</b>	Filho da Sra. Robertina Sales ajudando a cuidar da horta	144
<b>Imagem 45:</b>	Horta da Sra. Robertina Sales	145
<b>Imagem 46:</b>	Criação de galinhas na residência do Sr. Claudino Almeida	145
<b>Imagem 47:</b>	Criação de bovinos na residência da Sra. Robertina Sales	145
<b>Imagem 48:</b>	Plantação de mandioca na residência do Sr. Galdino Sales	145
<b>Imagem 49:</b>	Trator pertencente à Associação	160

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01:</b>	Comunidades em que as pesquisas do GEPTE já foram encerradas	28
<b>Quadro 02:</b>	Comunidades em que as pesquisas do GEPTE estão em andamento	29
<b>Quadro 03:</b>	Trabalhadoras e Trabalhadores de Raizama participantes da pesquisa	32
<b>Quadro 04:</b>	Categorias de uso da terra 1	84
<b>Quadro 05:</b>	Categorias de uso da terra 2	85
<b>Quadro 06:</b>	Reuniões e resoluções da Associação (além das eleições para a diretoria) registradas em atas	101
<b>Quadro 07:</b>	Organização do Processo de Trabalho na Farinheira em Raizama	159

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

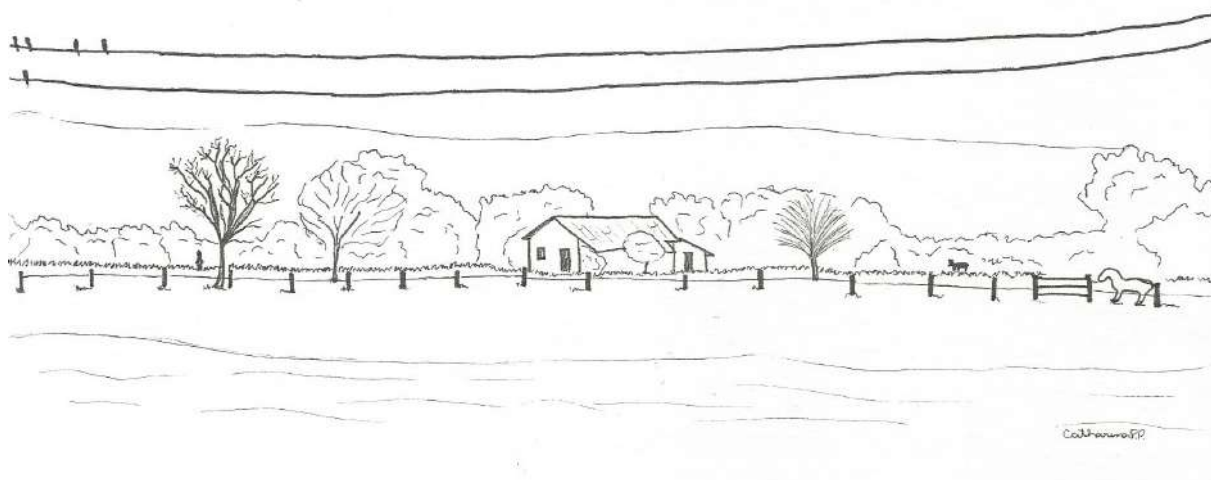
<b>GEPTE</b>	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>GPEA</b>	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte
<b>REMTEA</b>	Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
<b>GTMS</b>	Grupo de Trabalho de Mobilização Social
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>CNPCT</b>	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada aos Povos e às Comunidades Tradicionais
<b>UFMT</b>	Universidade Federal de Mato Grosso
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>PND</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso
<b>EMPAER</b>	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
<b>SEAD</b>	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
Procedimentos Metodológicos	22
Escolha do campo empírico e sujeitos	27
Procedimento de coleta de dados	35
<b>CAPÍTULO 01: O CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO ASSOCIADA</b>	<b>38</b>
1.1 O trabalho em sua dimensão onto-histórica	39
1.2 Capitalismo e Mundos do Trabalho	46
1.3 Fundamentos históricos da Produção Associada	54
<b>CAPÍTULO 02: COMUNIDADE TRADICIONAL RAIZAMA EM JANGADA/MT: HISTÓRIA PARA SER CONTADA E NÃO MAIS GUARDADA</b>	<b>67</b>
2.1 Raizama: Origem e descendência no contexto histórico de formação do Estado do Mato Grosso	68
2.2 Raizama e sua resistência enquanto comunidade tradicional	78
<b>CAPÍTULO 03: A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA EM RAIZAMA/MT: SER E VIVER ASSOCIADAMENTE</b>	<b>91</b>
3.1 Mandioca, a “Raiz do Brasil”	92
3.2 A farinha e sua importância histórica para a comunidade	95
3.3 Farinhar em Raizama: organização do processo de trabalho	103
3.4 Mutirão e/ou Muxirum: a união que faz a diferença	122
3.5 As relações sociais em comunidade	133
3.6 Outros momentos da existência associada e solidária	150
3.7 Limites de existência e resistência da produção associada frente ao modelo capitalista	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>192</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>196</b>

## INTRODUÇÃO

“Não existe imparcialidade! Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: a sua orientação ideológica é inclusiva ou excludente? (às classes menos beneficiadas)” (PAULO FREIRE).



Fonte: Pauluzi (2018)



Durante a vida temos a oportunidade de seguir diversos caminhos, escolher o que julgamos ser, no momento, o melhor para nossa realização pessoal, profissional, sentimental, espiritual...

Escolhi fazer Bacharelado em Turismo por já vir de um Ensino Médio técnico na mesma área e por ter me apaixonado pela profissão. E então, decidi sair da TAM Linhas Aéreas, depois de cinco anos na empresa, mesmo sendo a supervisora da loja e recebendo um salário mais alto que a média do mercado na época (2005), para me dedicar à docência que caiu nos meus braços praticamente de paraquedas em 2004. Assim, depois de apenas seis meses em sala de aula, já sabia o que faria para o resto da vida.

Seguindo essa vontade, optei por largar o emprego em uma universidade particular e deixar toda a família em Cuiabá para fazer Mestrado em Educação na Universidade Federal de Sergipe. Escolhi pesquisar a formação de professores de Turismo a partir da fenomenologia.

Após o mestrado, decidi voltar para Cuiabá e fazer o concurso do IFMT. Escolhi tomar posse e pedir minha dedicação exclusiva na instituição, pois preferi estar no lugar de onde havia saído 12 anos antes.

E aí chegou o momento de fazer o doutorado e, desta vez, não tive escolha, precisava estudar em Cuiabá para não passar tanto tempo longe da família. Assim, escolhi ser aluna especial na disciplina do Prof. Edson Caetano (que gentilmente me aceitou) na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular que parte do materialismo histórico dialético para compreender a construção histórica e concreta da realidade. Foi aí que tudo começou a mudar e o mundo começou a ter um novo sentido...

Sei que sou uma pessoa de muita sorte por ter tido tantas opções de escolha, principalmente por vir de uma família humilde com poucos recursos. Contudo, sei também que nasci branca, fui criada na cidade e que, apesar das limitações financeiras, sempre tive acesso à educação escolar e isto já me faz uma pessoa privilegiada no país em que vivemos. Tenho consciência que nem todas as pessoas são agraciadas com essas oportunidades, afinal não só o Brasil, mas boa parte do mundo é injusto e desigual. Vivemos tempos difíceis em que uma minoria rica explora e oprime uma grande maioria pobre. Vivemos tempos de muito preconceito, discurso de ódio, homofobia, xenofobia, feminicídios etc. e muita, mas muita intolerância.

Ao mesmo tempo, vejo brotar em muitas pessoas uma consciência crítica construída a partir de uma vida difícil e de muita luta pela sobrevivência, de muitas leituras e estudos e, principalmente, a partir do sentimento de indignação e não aceitação de realidades que são

impostas e que em nenhum momento foram discutidas e debatidas. Essas pessoas se importam com o próximo e fazem da sua existência uma tentativa de transformar o mundo em um lugar melhor para se viver.

Quando digo que tudo começou a mudar com o doutorado estou afirmando que, a partir de 2013, comecei a conhecer pessoas com existências muito diferentes da minha, com propósitos de vida muito diferentes dos meus na época e que, com isso, transformaram todas as ideias que eu tinha como certas e acabadas.

Foi, então, a partir das leituras dos textos, das participações nas aulas, e especialmente do contato com camponeses e camponesas ou agricultores e agricultoras familiares ou, ainda, trabalhadores e trabalhadoras rurais, durante os quatro anos de pesquisa empírica, que meus paradigmas começaram a mudar. Logo no começo da pesquisa, eu não entendia como não fazia parte daquele mundo, tendo todos os avós lavradores, criados em sítios cuidando das plantações de café no sul para conseguirem apenas sobreviver, pois ninguém passou nem perto de ficar rico (financeiramente falando) com isso. Fui criada brincando em um sítio enquanto meus avós colhiam, secavam e depois torravam o café e vendiam para atravessadores. Mesmo assim, me sentia longe da realidade dos meus sujeitos de pesquisa, de alguma forma, a vida no campo não fazia parte do meu ser e do meu existir.

Nessa situação, percebi que, apesar da dúvida e desta questão mal resolvida comigo mesma, somos todos pertencentes à classe trabalhadora ou como relata Antunes (2005), pertencemos “à classe que vive do trabalho”, isso fez com que em mim fosse despertada a vontade de lutar por um mundo mais justo, em favor das minorias que são sempre devastadas por tanta ignorância política, econômica e social. Afinal, “se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor” (DESMOND TUTU).

E se somos trabalhadoras(es) é importante compreendermos que:

Assim como a divisão do trabalho aumenta o poder produtivo do trabalho e a riqueza e o requinte da sociedade, empobrece o trabalhador e transforma-o em máquina. Mesmo que o trabalho provoque a acumulação do capital e, deste modo, o crescente progresso da sociedade, torna o trabalhador cada vez mais dependente do capitalista, expõe-no a maior concorrência e arrasta-o para a corrida da superprodução seguida pela correspondente crise econômica (MARX, 2006, p. 71).

O trabalho é o conceito fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade. Ele representa a atividade racional humana, atuando sobre bens naturais ou matérias-primas, utilizando-se de instrumentos de produção ou meios de trabalho. Assim, este se caracteriza em sua dimensão ontológica como sendo a ação humana que produz a vida, a produção do

próprio ser humano e das relações sociais. Ou seja, é a partir do trabalho que o ser humano se humaniza (CAETANO; NEVES, 2013).

Compreendemos o trabalho também como uma atividade em que o ser humano atua e modifica a natureza para criar condições de manutenção da própria vida. É justamente neste momento de reflexão e pré-idealização do objetivo do trabalho que o ser humano se reconhece como indivíduo único, que pensa, planeja e cria condições para produzir sua existência e que, ao mesmo tempo em que modifica seu ambiente, também modifica a si mesmo, tornando-se também ser social. Temos assim o trabalho e seu princípio educativo, pois saberes são construídos através das experiências vividas e herdadas no e pelo trabalho individual e coletivo.

[...] Como todas as outras espécies, temos capacidades e potencialidades específicas de nossa espécie, sendo as mais importantes, ao que se diz, a de alterar e adaptar nossas formas de organização social (por exemplo, criar divisões do trabalho, estruturas de classe e instituições), construir uma longa memória histórica por meio da linguagem, acumular conhecimentos e formas de compreender que estão coletivamente à nossa disposição como guias para a ação futura, refletir acerca do que fizemos e fazemos de maneiras que nos permitam aprender com experiência (não só a de nós mesmos como a dos outros), e, em virtude de nossas destrezas particulares, construir todo tipo de extensões de nós mesmos (por exemplo, ferramentas, tecnologias, formas organizacionais e sistemas de comunicação) para levar nossas capacidades de ver, ouvir e sentir bem além das limitações fisiológicas que nos são impostas por nossa constituição corporal. [...] Somos no âmago seres curiosos e transformadores dotados de uma vívida imaginação e de um certo repertório de possibilidades que aprendemos a reunir de diferentes modos em diferentes épocas e lugares (HARVEY, 2009, p. 272 e 273).

Somos, assim, seres sociais, dotados da capacidade de escolher, pensar, conhecer, projetar e socializar. Somos seres criativos capazes de produzir a partir da práxis, de nossa auto-atividade. Ou seja, é a partir do e no trabalho que produzimos a vida material e imaterial.

No entanto, a partir do momento em que o processo de trabalho não mais pertence ao trabalhador e à trabalhadora, a partir do momento em que esses seres humanos não produzem mais para si, mas para o capital, começa a existir o fenômeno histórico da alienação, que é basicamente alicerçada na divisão social do trabalho que teve sua consolidação no sistema capitalista de produção.

Esta divisão social faz com que o ser humano aliene sua força de trabalho somente para conseguir sobreviver, chegando ao ponto em que “desenvolve-se um trabalho que se desfêtiva em seu processo de trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 70). Bem como, o resultado deste processo também não é mais reconhecido pela trabalhadora e pelo trabalhador. “A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o

trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2006, p. 112). Isto significa que, no capitalismo, a trabalhadora e o trabalhador, são explorados, não se realizam e não se reconhecem no próprio trabalho.

No entanto, na contramão deste sistema que oprime e explora mantendo o seu domínio sobre grande parte dos seres humanos, existem trabalhadoras e trabalhadores que seguem lutando historicamente contra esta divisão social, buscando (rememorando) outras formas de produzir a existência, sendo uma delas baseada na organização coletiva do trabalho e da vida, no princípio de igualdade, solidariedade, autogestão e reciprocidade que denominamos de produção associada.

Esta produção associada, como produto das condições históricas e concretas, se apresenta enquanto estratégia criada pelos trabalhadores e trabalhadoras para organizar a vida e o trabalho, podendo levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos (CAETANO; NEVES, 2014).

A produção associada é constituída a partir da autogestão do processo de trabalho, da divisão igualitária dos bens produzidos, da não exploração do outro, da transmissão geracional de saberes sobre o trabalho e sobre a vida, da ajuda mútua e da resistência ao trabalho assalariado. Assim ocorre na Comunidade Tradicional Raizama (nosso campo empírico) que está localizada no município de Jangada a 110 km de Cuiabá - Mato Grosso. Local em que as trabalhadoras e os trabalhadores lutam historicamente para se manterem no campo e tentam resistir de várias formas aos “valores” pregados pelo capitalismo, como o individualismo e a competição. Um dos exemplos de resistência é a Associação dos Produtores Rurais de Raizama criada, em 1988, com o objetivo de produzir coletivamente a farinha de mandioca, buscando o crescimento social e econômico da comunidade a partir de um produto que já era tradicional e que sempre remeteu à ancestralidade do local.

Com isso, entendemos que a produção associada representa a dinâmica da realidade material e imaterial da trabalhadora e do trabalhador que permite entender os significados que o trabalho adquire na vida das pessoas, os comportamentos, as interações entre o grupo, os processos de sociabilidade e os mecanismos de controle.

Assim, consideramos Raizama como uma comunidade tradicional por se “distinguir das demais comunidades pela história e organização social: suas vidas são forjadas na luta e na resistência pelo território, condição básica para a produção da vida” (CAETANO; NEVES; SILVA, 2014, p. 02).

Uma das principais características de Raizama e de muitas outras comunidades tradicionais é o seu modo de produção que é próprio de sociedades em que o trabalho ainda

não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e onde a dependência do mercado já existe, mas não é total, pois não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural. Estes homens e mulheres desenvolveram uma maneira especial de ser, viver e de garantir sua sobrevivência, fundamentada em características como a igualdade, solidariedade e no viver em conjunto, além de compartilharem as mesmas percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2001).

Além disso, são consideradas tradicionais por se reconhecerem como grupo, por possuírem sua própria forma de organização e por preservarem historicamente seus costumes e tradições. Porém, é importante observar que a ideia de tradição e de tradicional trazem consigo um sentido pejorativo, o qual as conota como atraso, ignorância e que vai contra tudo aquilo que o sistema capitalista preconiza como ideal, ou seja, produtividade, velocidade e urbanização. Contudo, segundo Cruz (2012, p. 598):

[...] a forma como os movimentos sociais e as comunidades rurais vêm mobilizando esse termo busca ressignificar essa carga pejorativa e estereotipada, acrescentando certa positividade à ideia de tradicional, em muitos sentidos até idealizada; nessa perspectiva, o tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição ao passado; tem um sentido político-organizativo e apresenta-se como alternativa ao modo de produção a ao modo de vida capitalistas.

Lembrando que se inserem nesta categoria povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas, grupos vinculados aos rios ou ao mar, grupos associados a ecossistemas específicos e grupos associados à agricultura ou à pecuária. Caetano; Neves; Silva (2015, p. 03) dizem ainda que “o tradicional é o conhecimento vivo de produzir a vida que é conduzido no espaço/tempo pelos saberes e modificado nas experiências comuns mais emblemáticas”.

Desta forma, partimos do princípio que o trabalho é o meio e o fim educativo e que a produção associada pode ser entendida como uma resistência que se opõe à ótica alienante e competitiva do modo de produção vigente, bem como pode ser uma alternativa para aqueles que, no decorrer da história, vêm lutando para garantir sua existência dentro da sociedade e a socialização dos seus saberes, de sua cultura e de seu modo de vida. Recordando que esta relação de produção perpassa pelas relações culturais e econômicas e que esta resistência citada é fundamentada em resquícios culturais onde a população rememora práticas que contesta o atual sistema de produção.

Compreendemos assim, que a **tese** se alicerça no fato de que apesar de vivermos em um sistema que oprime e explora e que tem como características a expropriação, o consumo e o lucro e não as necessidades dos seres humanos, ainda assim, mesmo com seus limites e

contradições coexistentes ao sistema dominante, existem grupos de trabalhadoras e trabalhadores que tentam existir e resistir a esta lógica perversa e degradante, a partir de uma produção da existência baseada na solidariedade, reciprocidade, igualdade e coletividade que denominamos como produção associada.

Para tanto, temos como **problema** de pesquisa: O que leva Raizama a construir uma história de constante luta na tentativa de resistência frente ao modelo de produção vigente, tendo como base a produção da existência de forma associada?

E como questões de pesquisa:

- a) Como os trabalhadores e as trabalhadoras se organizam no/para o trabalho? Qual o significado desta organização para a produção da existência?
- b) Qual a importância do trabalho no processo de formação da identidade associativa da comunidade?
- c) Como está organizada economicamente a comunidade e quais são os limites desta organização frente ao capital?
- d) Por que é possível dizer que nesta comunidade a produção associada se materializa no conjunto das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras deste local? Quais suas particularidades?

Com isso, a presente tese tem como **objetivo geral** analisar as contradições e mediações vivenciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade Tradicional Raizama/MT, quando se organizam para produzir a existência a partir da produção associada.

E como **Objetivos Específicos**:

- Identificar elementos econômicos, culturais e saberes presentes na organização social da vida das trabalhadoras e trabalhadores de Raizama;
- Apresentar as peculiaridades da produção associada que permeiam espaços e tempos históricos da comunidade e o que isto representa para a produção da vida material e imaterial em comunidade;
- Discutir os limites de existência e resistência da produção associada frente ao modelo de produção capitalista.

A produção da existência na comunidade exige um esforço coletivo de todas as pessoas que fazem parte da unidade de produção, seja ela doméstica ou de qualquer outra natureza. O trabalho de produzir a vida de forma associada tem como objetivo o

desenvolvimento dos próprios(as) trabalhadores(as), entendidos como parte integrante e inseparável da natureza.

### **Procedimentos Metodológicos**

A partir dos objetivos apresentados anteriormente, entendemos que para conhecer a realidade concreta da Comunidade Raizama devemos partir do materialismo histórico-dialético, pois trata-se de um processo caracterizado pelo movimento do pensamento por meio da materialidade histórica da vida dos seres humanos nas relações sociais que eles contraem.

As demandas sociais do conjunto da classe trabalhadora, ainda que nem sempre explicitadas, exigem cada vez mais fundamentos teórico-epistemológicos que contribuam para superar o modelo econômico que toma a formação a partir de um dispositivo utilitarista e pragmático, tendo o mercado como medidor do sucesso de sua formação. Nesse caso, superar tal realidade necessita de um referencial teórico crítico e transformador, e, quando se trata de educação, essa necessidade não é apenas uma orientação, mas uma exigência de fundo, tendo em vista que o próprio conceito de educação está relacionado à ação de transformação dos indivíduos e da sociedade a partir da ação concreta (JESUS; LACKS; ARAUJO, 2014, p. 293).

Desta forma, a pesquisa dentro deste método pressupõe a apresentação da totalidade que envolve o objeto, isto é, a compreensão da construção histórica e concreta que o distingue. Uma vez que se aquilo que é superficial e aparente aos olhos realmente mostrasse a essência de um fato ou fenômeno, não seriam necessários pesquisadores dedicados à ciência buscando não só desvendar o mundo que nos cerca, bem como procurando tornar explícito o conteúdo dos fenômenos, a fim de explicar e transformar a realidade. Visto que, segundo Ciavatta (2014, p. 204), “o pesquisador deve ser capaz de situar-se em um contexto concreto para pensar o desconhecido ou para recolher, sistematizar, analisar, extrair das informações um conhecimento que não estava dado”.

Assim, segundo Kosik (2002, p. 16), “a concepção materialista histórica, respectivamente, se fixa na essência, no mundo real, no conceito, na consciência real, na teoria e ciência”. Ter o materialismo histórico-dialético como método demanda a observação das categorias: práxis, totalidade, contradição e mediação.

A práxis constitui-se da prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e consequente da atividade prática – é prática contagiada de teoria. Para Marx (2007, p. 537 e 539), a práxis possui uma dimensão transformadora:

A questão do saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do pensamento. [...] não basta interpretar, o que importa é transformar.

A categoria de contradição rebate a concepção de linearidade, pois parte do entendimento de que nada existe em permanência e, portanto, toda realidade é passível de superação. Ou seja, consiste em apanhar o movimento, a complexidade do real, com suas múltiplas determinações, abarcando os contrários dialeticamente, “buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade” (KUENZER, 1998, p. 65).

Já a totalidade busca a conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo que produz as contradições. Dá-se no sentido de apreender a complexidade e abrangência das relações sociais que o envolvem, enquanto um processo dinâmico e complexo por meio do qual o objeto se manifesta e é manifestado.

Segundo Tonet (2009, p. 15):

[...] essa concepção de história, além de ser materialista e não idealista, tem na totalidade também a sua categoria fundamental. Pois a realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. A realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes, que, tendo o trabalho como sua matriz, vai se configurando ao longo do processo histórico-social. O que significa que nenhuma dessas partes poder ser compreendida sem que seja apreendida a sua relação com os outros momentos da realidade social.

Além disso, existe a mediação que articula as várias dimensões e elementos presentes na pesquisa enquanto categoria metodológica. Segundo Ciavatta (2014, p. 209), “[...] a mediação é a especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais”.

Neste sentido, compreender o método materialista histórico-dialético é adquirir instrumentos para o conhecimento da realidade, além de encontrar os elementos concretos que instituem as mediações e que podem auxiliar na explicação e em uma melhor compreensão do sentido em que se dá a mediação. Além disso, “o método não pode ser tratado como um conjunto de regras e passos sem um entendimento do referencial teórico que lhe sustenta e lhe estrutura o conteúdo da explicação sobre a realidade” (JESUS; LACKS; ARAUJO, 2014, p. 299). Assim, jamais será um conhecimento acabado, mas sim restrito e transitório, aberto a novas percepções e a novas observações.



Desta forma, este processo de conhecimento visa transcender a aparência dos fenômenos, ou, como denominou Kosik o mundo da pseudoconcreticidade onde existe “um claro-escuro de verdade e engano” (2002, p.15) e, neste mundo, a práxis perdeu seu sentido enquanto atividade que transforma a natureza para a criação do ser social e tornou-se apenas uma atividade abstrata. Com este entendimento, Kosik relata que a realidade não se apresenta de imediato ao ser humano, por isso, na dialética distingue-se a “representação” da “coisa em si” que são duas formas de conhecimento da realidade, e principalmente duas qualidades da práxis humana.

Isto acontece porque a principal atitude do ser humano diante da realidade não é a de um abstrato sujeito cognoscente, mas, sim, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com outros seres humanos, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 2002).

Desta forma, o ser humano que concretamente se inclui neste mundo, primeiramente experimenta uma atividade prático-utilitária por meio da qual ele cria suas próprias representações das coisas, captando o aspecto fenomênico da realidade.

Para Kosik (2002), a práxis utilitária passa a ser entendida pelo senso comum e não mais pela compreensão consciente do real. Por isso, é necessário avançar além da pseudoconcreticidade, desnaturalizar o que se posiciona como natural, pois dentro desta pseudoconcreticidade, o ser humano permanece na superficialidade, distante do que é essencial. Vive-se uma práxis fetichizada.

Para tanto, é necessária a separação entre o fenômeno e a essência, o que é complementar e o que é primordial para a constituição do conhecimento. Na ciência é necessária a divisão do todo a fim de mostrar o que é específico da coisa, pois, se na investigação quisermos, antecipadamente, dizer o que é complementar ou primordial colocamos em risco a própria legitimidade da investigação.

Portanto, a partir do materialismo histórico, entende-se que é possível atingir a existência real na comunidade tradicional Raizama, mas não de forma perdurável, já que essa é historicamente conformada. O ser humano não compreende a verdade imediatamente, pois são necessários afastamentos para se chegar a ela, sendo que este processo busca explicações com base na própria realidade, investigando os movimentos que a compõem a fim de assimilar o que está oculto e indefinido para chegar ao conceito do todo, agora envolvendo as suas delimitações e ligações.

Já Frigotto, em seu texto “O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional” aponta que a dialética materialista histórica deve ser entendida como:

[...] uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (2012, p. 160 e 161).

Conhecer a realidade histórica da comunidade Raizama é primeiramente um processo de apreensão teórica, isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos observados, coletados e registrados na pesquisa *in loco*. E, posteriormente, é necessário conhecer a realidade concreta do fenômeno, de forma pensada e compreendida.

Thompson (1981) parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. A história é entendida como processo da vida real dos seres humanos e das relações que estabelecem não só entre si, mas também entre si e a natureza, por meio do trabalho. Além disso, segundo o historiador, para compreender um processo histórico é necessário procurar, por meio das evidências históricas, apreender como trabalhadoras e trabalhadores, em sua vida material, agem e pensam em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência.

Enfim, dispor do materialismo histórico-dialético enquanto método sinaliza que o pesquisador busca entender a produção social da existência humana conectando-se a uma concepção de realidade, de mundo e de vida, pois acredita que o universo e tudo o que há nele tem existência material, concreta e pode ser racionalmente conhecido.

Isto posto, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa. Esta por sua vez importa-se muito mais com a compreensão dos fatos que tendem a ocorrer e não meramente em comprovar alguma hipótese, ou mesmo testá-la. Desta forma, os investigadores qualitativos em educação questionam sempre os sujeitos de investigação, com o objetivo de perceber aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem (BOGDAN & BIKLEN, 1994).

Com isso, elegeu-se a observação participante como forma possível para que as trabalhadoras e os trabalhadores da comunidade Raizama possam ser entendidos como sujeitos ativos e críticos. Em uma abordagem qualitativa de pesquisa, a observação participante é uma das técnicas mais utilizadas pelos pesquisadores, pois consiste em inserí-los no grupo que será observado por longos períodos de interação com os sujeitos, buscando

compartilhar do seu cotidiano para compreender o que significa cada situação. Em Raizama, estivemos presentes em diversos momentos e acontecimentos da comunidade e pudemos observar o andamento das reuniões da associação, a produção coletiva da farinha de mandioca, a realização dos mutirões e da festa de São Vicente de Paulo, bem como observamos também o cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores laborando na terra.

A observação participante possui um percurso específico para que o processo de pesquisa de fato se efetive. Queiroz et al (2007, p. 279) descrevem esta trajetória:

Em um primeiro momento, há a aproximação do pesquisador ao grupo social em estudo. Esse é um trabalho longo e difícil, pois o observador precisa trabalhar com as expectativas do grupo, além de se preocupar em destruir alguns bloqueios, como a desconfiança e a reticência do grupo. Nessa fase, é necessário que o pesquisador seja aceito em seu próprio papel, isto é, como alguém externo, interessado em realizar, juntamente com a população, um estudo. Já em outro período, há o esforço do pesquisador em possuir uma visão de conjunto da comunidade de estudo. Esse momento pode ser operacionalizado com o auxílio de alguns elementos, como o estudo de documentos oficiais, reconstituição da história do grupo e do local, observação da vida cotidiana, identificação das instituições e formas de atividades econômicas, levantamento de pessoas-chave (conhecidas pelo grupo) e a realização de entrevistas não diretas com as pessoas que possam ajudar na compreensão da realidade. Após a coleta dos dados, passa-se ao terceiro momento, na qual é preciso sistematizar e organizar os dados. A análise dos dados deve informar ao pesquisador a situação real do grupo e sobre a percepção que este possui de seu estado. Se todas essas etapas forem seguidas adequadamente, pode-se afirmar que o trabalho terá êxito, favorecendo o conhecimento da realidade social, bem como estimulando o crescimento do grupo de estudo por meio da autoorganização e conseqüente desenvolvimento de ações conscientes para a mudança social.

Gabarrón; Landa (2006, p. 113), acrescentam ainda que “[...] o objetivo último da pesquisa é a transformação da realidade social e a melhora do nível de vida das pessoas que estão imersas nessa realidade. Os benefícios diretos da pesquisa devem ser os próprios membros da comunidade”.

Ou seja, é necessário integrar o saber popular em sua visão crítica e o científico-acadêmico buscando uma nova forma de conhecimento capaz de transformar a realidade. Pois existe uma logicidade do saber popular que é concreta e possui cientificidade, mesmo ainda não estando inserida nos padrões das ciências oficiais, ela existe, é eficiente e proveitosa para quem a utiliza. Brandão (1983, p. 94), nos explica que “onde exista um setor organizado de cultura popular, haverá uma estrutura social própria, de produção e reprodução de conhecimento popular”.

Foi necessária a utilização também da história oral como metodologia de pesquisa que utiliza entrevistas gravadas com pessoas que participaram, ou testemunharam acontecimentos, modos de vida e conjunturas do passado e do presente. Esta metodologia foi utilizada na

construção de toda a tese, pois em diversos momentos perguntamos como se dava o processo de produção da vida material e imaterial quando as terras ainda eram comuns em Raizama, bem como de que forma isto tem acontecido atualmente. No entanto, utilizamos a história oral principalmente para entender como a comunidade se formou a partir das narrativas de memórias de seus(suas) moradores(as) e das histórias que foram passadas de uma geração para outra neste período de existência de Raizama. Histórias que perpassam desde o período em que existiam aldeias indígenas próximas à comunidade, até o processo ilegal de ocupação das terras do Estado que interferiram diretamente na atual formação e delimitação das terras de Raizama.

Trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa. É escrever história sem sacramentar certezas, mas diminuindo o campo das dúvidas. O uso da História Oral, bem como das narrativas que dela se originam, estimulam a escrita de uma História que não é uma representação exata do que existiu, mas que se esforça em compreender a forma como o passado chega até o presente (SILVEIRA, 2007, p. 41).

Assim, entendemos que a partir da realização da pesquisa foi possível compreender as verdades existentes nas experiências coletivas vividas pela Comunidade Raizama, bem como identificar o modo de vida e a forma como estes seres humanos enxergam a própria realidade.

### **Escolha do campo empírico e sujeitos**

O Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE) da Universidade Federal de Mato Grosso do qual faço parte é coordenado pelo Prof. Dr. Edson Caetano e possui como objeto de estudo as relações entre Trabalho e Educação presentes nos processos de produzir a vida de forma associada nas comunidades tradicionais do Estado do Mato Grosso.

O grupo parte do princípio que o processo de trabalho é em si educativo e, portanto, saberes são produzidos no e pelo trabalho. Com isso, entendemos que a educação não se resume aos ambientes escolares, mas sim, envolve muitos outros espaços e tempos fora dos “muros” das escolas, parafraseando E. P. Thompson. Compreendemos que a educação e/ou produção de saberes pode ocorrer a partir da transmissão oral de conhecimentos de uma geração a outra, tendo em vista as experiências historicamente acumuladas. Além disso, a produção de saberes pode acontecer também em decorrência das lutas que ocorrem em outros espaços sociais durante a vida, nas experiências de trabalho e na convivência social.

Vários projetos já foram desenvolvidos pelo grupo que no momento concentra seus esforços no Projeto de Pesquisa intitulado “Trabalho Associado, cultura do trabalho e saberes da experiência: resistência e produção da vida em comunidades tradicionais de Mato Grosso” (CNPq).

**Quadro 01 – Comunidades em que as pesquisas do GEPTE já foram encerradas**

<b>Comunidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Principais características</b>
Capão Verde	Poconé	Remanescentes de quilombo; Produção artesanal e coletiva de derivados da banana.
Imbê	Poconé	Trabalhadores rurais; Produção artesanal e coletiva de derivados da cana de açúcar.
Campina de Pedra	Poconé	Remanescentes de quilombo; Cultivo da cana de açúcar e produção coletiva de rapadura.
São Pedro de Joselândia	Barão de Melgaço	Povos pantaneiros; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência; Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca, doces, rapadura e cachaça.
Assentamento 14 de Agosto	Campo Verde	Trabalhadores Rurais Sem-Terra Cooperativa Agropecuária Canudos – COOPAC (produz legumes, frutas e leite). Agroindústria de produção coletiva de derivados da cana de açúcar e cachaça.
Nossa Senhora da Guia	Cáceres	Morroquianos; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência; Grupo de Mulheres que produz coletivamente bolachas e pães a base da farinha de cumbaru.
São José do Facão	Cáceres	Morroquianos; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Grupo de Mulheres que produz coletivamente bolachas e pães a base da farinha de cumbaru.
São Benedito	Poconé	Remanescentes de quilombo; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca.

Fonte: Organizado pela autora

**Quadro 02 – Comunidades em que as pesquisas estão em andamento**

<b>Comunidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Principais características</b>
Raizama	Jangada	Descendentes de povos indígenas Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca.
Povo Xavante Marãiwatsédé	Terra Indígena Leste do Estado do MT	Povos indígenas Agricultura coletiva para subsistência
Povo Puruborá	Terra Indígena Estado de Rondônia	Povos Indígenas Agricultura coletiva para subsistência
Assentamento Roseli Nunes	Mirassol d'Oeste	MST Agricultura familiar

Fonte: Organizado pela autora

Desta forma, para a realização da presente pesquisa precisávamos encontrar uma comunidade em que as trabalhadoras e os trabalhadores organizassem o processo de trabalho de forma coletiva, igualitária e sem exploração do trabalho alheio. Com isso, iniciamos um levantamento buscando encontrar comunidades tradicionais que ainda não haviam sido investigadas dentro destas perspectivas e que se dispusessem a participar da pesquisa.

Nosso primeiro olhar foi ao Mapa dos Grupos Sociais e dos Conflitos Socioambientais do Estado organizado pela Profa. Dra. Regina Silva e pela Profa. Dra. Michele Sato, ambas do GPEA (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte), em cooperação com diversos pesquisadores e parceiros como: REMTEA<sup>2</sup>, GTMS<sup>3</sup>, ICMBio<sup>4</sup>, CNPT<sup>5</sup> e UFMT<sup>6</sup>, entre outros.

Neste percurso elaboramos uma metodologia denominada Mapa Social, que contou com as narrativas dos representantes de vários grupos sociais, visando, compreender a essência das identidades que constroem diferentes significados e atuam nos diversos biomas mato-grossenses. [...] O foco do mapeamento são grupos sociais que lutam contra as injustiças ambientais que ocorrem em seus territórios, identidades de resistência que lutam para sair da invisibilidade e serem considerados nas políticas públicas deste Estado (SILVA; SATO, 2011, p. 07 e 10).

<sup>2</sup> Rede Mato-grossense de Educação Ambiental

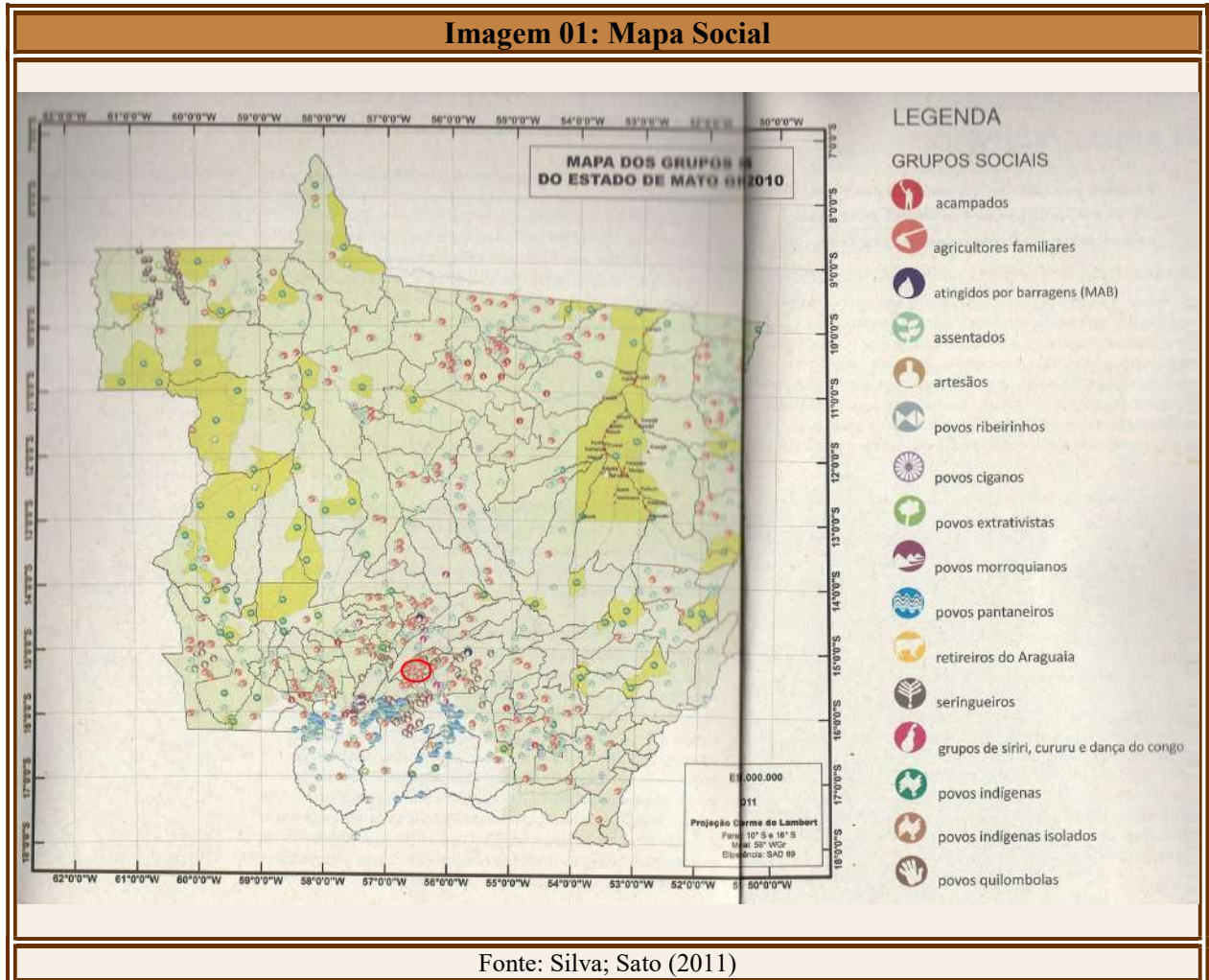
<sup>3</sup> Grupo de Trabalho de Mobilização Social

<sup>4</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

<sup>5</sup> Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada aos Povos e às Comunidades Tradicionais

<sup>6</sup> Universidade Federal de Mato Grosso

Assim, com base no Mapa Social, chegamos às comunidades localizadas no município de Jangada/MT onde existem inúmeros agricultores familiares<sup>7</sup> que também são chamados de camponeses, colonos, pequenos trabalhadores rurais entre outras nomenclaturas<sup>8</sup>, conforme imagem 01.



Após uma visita a alguns destes locais como a Comunidade Ribeirão das Pedras Acima, Comunidade Mutum, Comunidade Vaquejador e Comunidade Raizama, optou-se pela última por ser uma das mais antigas, com uma cultura muito forte e evidente, por seus trabalhadores e trabalhadoras rurais se reconhecem pertencentes ao local, por produzirem a

<sup>7</sup> A agricultura familiar corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar. [...] Engloba a pressuposta agricultura de subsistência e corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas (NEVES, 2012, p. 32 e 33).

<sup>8</sup> Independente da nomenclatura o que temos nestes casos “são formas de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação” (COSTA, 2000, p. 116-130). “A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores de sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um ‘nós’ que se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 11-12).

existência de forma associada, também por serem extremamente receptivos e terem aceitado participar da pesquisa.

O primeiro contato com a Comunidade Raizama ocorreu em 10 de junho de 2014 em uma visita que fizemos acompanhada pela Sra. Vera Lobo (também chamada de Irmã Vera) que faz parte da Comissão Pastoral da Terra e já atua na região há 30 anos. Consideramos a participação da Irmã Vera Lobo de extrema importância neste momento de aproximação, pois nenhum de nós do GEPTE conhecia a região, muito menos as trabalhadoras ou os trabalhadores rurais que lá viviam.

Desta forma, neste primeiro encontro pudemos nos apresentar de forma tranquila e com isso já conseguimos ter uma longa conversa sobre a comunidade que nos permitiu conhecer um pouco das tradições ainda presentes naquele local.

Temos consciência de que o fato da irmã Vera Lobo nos apresentar e abrir os caminhos na comunidade facilitou consideravelmente nosso trabalho, porém precisamos expressar que apesar do estranhamento tão comum nas primeiras visitas devido também ao desconhecimento do outro, fomos muito bem recebidos por todos de Raizama nas várias visitas que fizemos, em que pudemos conhecer a comunidade, participar da Festa de São Vicente de Paulo, conversar com os(as) trabalhadores(as), acompanhar a produção da farinha de mandioca e muitos outros momentos de conversas e participações coletivas conforme apresentamos no Apêndice A.

Ao todo foram 18 visitas à comunidade e cada uma com foco e objetivo específico de pesquisa. Procuramos planejar cada momento que passaríamos juntos como forma de respeitar o tempo de trabalho e de descanso de cada uma das trabalhadoras e trabalhadores do local.

Após o primeiro contato já deixamos agendada a nossa participação na Festa de São Vicente de Paulo em 27 de setembro de 2014 (santo protetor da comunidade) e com isso pudemos conhecer muitas pessoas durante o evento e mais visitas e entrevistas foram agendadas. Com o passar do tempo, já éramos avisados das reuniões que ocorreriam na comunidade, principalmente reuniões da Associação dos Produtores Rurais de Raizama, bem como demais eventos beneficentes e religiosos. Isto nos proporcionou um grande entrosamento com as trabalhadoras e trabalhadores locais facilitando assim nossa participação em momentos importantes para a comunidade, bem como no cotidiano das famílias.

Porém, nem todas as pessoas com as quais conversamos informalmente aceitaram nos conceder uma entrevista. Algumas por timidez, outras por acharem que não poderiam contribuir com a pesquisa, mesmo entendendo que seria apenas uma conversa sobre a forma



como produzem a vida coletivamente, não aceitaram serem gravadas, filmadas ou fotografadas. Desta forma, apresentamos no Quadro 03 um pequeno perfil das trabalhadoras e trabalhadores participantes<sup>9</sup> da pesquisa:

**Quadro 03: Trabalhadoras e Trabalhadores de Raizama participantes da pesquisa**

<b>Identificação</b>	
<p><b>Imagem 02<sup>10</sup>: Sr. Antônio Egídio de Sales</b></p> 	<p>Aposentado como trabalhador rural Ex-presidente da Associação dos Produtores Rurais de Raizama nas gestões: 2004 – 2005 2005 – 2006 77 anos Nascido e criado em Raizama (Irmão do Sr. Galdino e do Sr. Manoel)</p>
<p><b>Imagem 03: Sr. Claudino Almeida</b></p> 	<p>Aposentado como trabalhador rural Passou a viver em Raizama ainda na juventude Participante da Associação (associado) (Esposo da Sra. Jovina)</p>
<p><b>Imagem 04: Sr. Galdino Pereira de Sales</b></p> 	<p>Aposentado como trabalhador rural e atual presidente da Associação dos Produtores Rurais de Raizama (gestão 2016-2017) 64 anos Nascido e criado em Raizama (Irmão do Sr. Antônio e do Sr. Manoel. Esposo da Sra. Tomázia e pai da Sra. Robertina)</p>

<sup>9</sup> Todos(as) os(as) entrevistados(as) autorizaram por escrito e oralmente (áudios foram gravados e arquivados) a utilização do seu nome e da sua imagem na tese. Além disso, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMT.

<sup>10</sup> As imagens que constam no quadro de participantes da pesquisa (02 a 13) são do fotógrafo Nicolas Lyra (2016).

<p><b>Imagem 05: Sra. Jovina Conceição de Almeida</b></p> 	<p>Aposentada como trabalhadora rural 80 anos Nascida e criada em Raizama (Esposa do Sr. Claudino e prima do Sr. Galdino, Antônio e Manoel)</p>
<p><b>Imagem 06: Sra. Justina Bonifácia Nunes</b></p> 	<p>Professora na comunidade e secretária da Associação dos Produtores Rurais de Raizama Nascida e criada em Raizama</p>
<p><b>Imagem 07: Sr. Lucídio Egídio de Sales</b></p> 	<p>Professor de geografia na comunidade Ex-presidente da Associação dos Produtores Rurais de Raizama nas gestões: 2001 – 2002 2007 – 2008 2008 – 2009 2010 – 2011 2014 – 2015 Nascido e criado em Raizama (Filho do Sr. Antônio Sales)</p>
<p><b>Imagem 08: Sr. Manoel Pereira Nunes</b></p> 	<p>Aposentado como trabalhador rural Primeiro presidente eleito da Associação dos Produtores Rurais de Raizama (gestão 1998-1999) 77 anos Nascido e criado em Raizama (Irmão do Sr. Galdino e do Sr. Antônio)</p>

<p><b>Imagem 09: Sra. Maria de Oliveira Sales (Mariquita)</b></p> 	<p>Trabalhadora rural Participante da Associação (associada) Mudou-se para Raizama no final da década de 1980 logo após o casamento.</p>
<p><b>Imagem 10: Sra. Robertina Pereira de Sales</b></p> 	<p>Trabalhadora rural e membro do Grupo de Mulheres Raios do Sol Participante da Associação (associada) Nascida e criada em Raizama (Filha do Sr. Galdino e da Sra. Tomázia)</p>
<p><b>Imagem 11: Sra. Tomázia Pereira de Sales</b></p> 	<p>Trabalhadora rural e membro do Grupo de Mulheres Raios do Sol Nascida e criada em Raizama (Esposa do Sr. Galdino e mãe da Sra. Robertina)</p>
<p><b>Imagem 12: Sr. Leocádio Pereira de Sales</b></p> 	<p>Aposentado como trabalhador rural Participante da Associação (associado) Nascido e criado em Raizama (Irmão da Sra. Tomázia Sales)</p>
<p><b>Imagem 13: Sra. Vera Maria Lobo (Agente externo)</b></p> 	<p>Comissão Pastoral da Terra Atua na comunidade há 30 anos</p>

Estas trabalhadoras e trabalhadores se dispuseram a conversar sobre a forma como organizam o trabalho, explicaram a história da comunidade e falaram sobre os costumes e tradições locais, além de mostrarem como se organizam de forma coletiva e solidária em diversos espaços e tempos de existência.

### **Procedimento de coleta de dados**

Foram realizadas visitas à Comunidade Tradicional Raizama para levantamento dos elementos da produção associada que permeiam a vida local, pois observar os gestos, os comportamentos e as condutas sociais de um povo em um lugar, revela muito sobre o que eles são e de que forma eles pensam o mundo.

Para a concretização da pesquisa, o procedimento de coleta de dados também foi baseado na entrevista semi-estruturada, com o objetivo de ajudar a direcionar as conversas formais e informais para assuntos importantes na pesquisa, bem como possibilitou liberdade para que as entrevistadas e os entrevistados pudessem falar aquilo que achavam interessante. O roteiro (Apêndice B), no decorrer da pesquisa, foi sendo implementado de acordo com necessidades e dúvidas que surgiam após as transcrições dos áudios. Ao final, o mesmo contou com 50 perguntas que foram distribuídas em cinco unidades de análises: identificação da comunidade, produção da existência, farinheira, mutirão e costumes e tradições.

Em várias situações, a entrevista foi utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao pesquisador desenvolver uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam diferentes aspectos do mundo. Para tanto, foram entrevistados cinco trabalhadoras e seis trabalhadores de Raizama, além de uma agente externa que faz parte da Comissão Pastoral da Terra. Procuramos considerar alguns espaços de trabalhos coletivos como a farinheira, os mutirões e a Festa de São Vicente de Paulo.

Todas as entrevistas foram gravadas e filmadas. Ao todo temos, aproximadamente, 18 horas de conversas registradas e posteriormente transcritas. Após a transcrição de todo conteúdo criamos um quadro detalhado com todas as respostas de cada pergunta realizada no intuito de facilitar a análise dos depoimentos, o que realmente ajudou, pois tínhamos como observar cada pergunta com suas respectivas respostas com mais profundidade.

Consideramos todos os depoimentos como tendo importância para a análise dos objetivos e escrita da tese. No entanto, selecionamos os mais convergentes em cada um dos

assuntos para serem utilizados no texto, bem como aqueles que consideramos contraditórios na tentativa de mostrar a realidade concreta da comunidade<sup>11</sup>.

As entrevistas foram utilizadas em conjunto com outras técnicas que na presente pesquisa são: registros fotográficos, filmagens e diário de campo. Utilizamos, ainda, a metodologia chamada autofotográfica (ou método autofotográfico) que consiste em entregar uma câmera fotográfica aos participantes da pesquisa, instruí-los como usá-la de forma correta e, ao final, pede-se a todos eles para registrarem fotos sobre determinado assunto.

Segundo Silva-Neiva; Koller (2002), a autofotografia não depende da habilidade verbal ou escrita, além de ter como vantagem o fato da fotografia documentar a percepção do participante com pouco treino. Além disso, não é o pesquisador quem direciona ou influencia o olhar do participante para determinado fato, pois é o próprio participante quem os seleciona.

Os autores afirmam ainda que as instruções são dadas de uma forma intencionalmente vaga, justamente permitindo à pessoa a decisão de quem será o autor da fotografia. Cabe ao participante decidir se ele próprio irá tirar a foto ou se ele fará parte da foto. Neste último caso, estando presente na imagem a ser captada, é necessário que o participante peça a alguém para tirar a foto (SILVA-NEIVA; KOLLER, 2002, p. 242).

Na presente pesquisa entregamos uma câmera fotográfica a uma trabalhadora de Raizama e solicitamos que a mesma registrasse fatos, objetos, acontecimentos, produtos, etc., que considerava mais importantes na comunidade e que representassem a forma de ser e viver em Raizama.

Por fim, este estudo compõe-se de três capítulos:

- No primeiro “O contexto histórico do trabalho e da produção associada” apresentamos o trabalho em sua dimensão onto-histórica, além de abordar o surgimento do capitalismo e, com ele, do proletariado e dos mundos do trabalho, bem como apresentamos aspectos históricos da produção associada.
- Já no segundo “Comunidade Tradicional Raizama em Jangada/MT: história para ser contada e não mais guardada” abordamos um pouco da história e da descendência das trabalhadoras e trabalhadores de Raizama, além de como o processo de ocupação de terras no Estado refletiu na história da comunidade.

---

<sup>11</sup> Para tanto, ao citarmos os depoimentos no corpo do texto, buscamos como orientação a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR 10520: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002, p. 02) que estabelece recomendações quanto a citação de textos não escritos: “quando se tratar de dados obtidos por informação verbal (palestras, debates, comunicações, etc.), [deve-se] indicar, entre parênteses, a expressão informação verbal, mencionando-se os dados disponíveis, em nota de rodapé”.

- E no terceiro “A produção da existência em Raizama/MT: ser e viver associadamente” destacamos as análises dos dados/fatos e acontecimentos observados durante a realização da pesquisa de campo considerando os espaços de trabalho coletivo como a farinha e os mutirões. Além disso, apresentamos outros momentos da existência solidária e cooperativa em Raizama, além de abordamos esta existência/resistência frente ao capital, bem como, apontamos aspectos das relações sociais em comunidade.

Nas considerações finais são relatados os resultados da pesquisa, com destaque para a forma de ser e viver associadamente em Raizama em alguns tempos e espaços de trabalho coletivo.

## CAPÍTULO 01

### O CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO ASSOCIADA

Ya no importan las horas de trabajo, no importa lo que se vaya a ganar, no importan los premios en efectivo, lo que importa es la satisfacción moral de estar poniendo algo de uno en esa tarea colectiva y ver como gracias a su trabajo, gracias a esa pequeña parte individual, que se junta en millones y millones de trabajos individuales, se hace un trabajo colectivo armónico, que es reflejo de una sociedad que avanza (CHE GUEVARA, 2014, p. 34).



Fonte: Pauluzi (2017)

O presente capítulo aborda, a partir de uma totalidade, a categoria trabalho, seu sentido histórico e ontológico. Buscamos resgatar sua centralidade na produção da existência<sup>12</sup> dos seres humanos, justamente para tentarmos compreender as especificidades de como as trabalhadoras e os trabalhadores de Raizama se organizam para existir e resistir enquanto uma comunidade tradicional. Bem como, apresentamos a produção associada como uma forma de organização historicamente construída de produção da vida material e imaterial desta comunidade a partir de uma tentativa concreta de entendimento sócio-histórico da categoria.

### 1.1 O trabalho em sua dimensão onto-histórica

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p. 112).

Considerando as palavras de Konder, compreendemos que o conceito fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade é o trabalho, por ser uma atividade central na história da humanidade e na sua emancipação. A sociedade é resultante do processo pelo qual o ser humano atua sobre a natureza e a transforma por meio do trabalho, estabelecendo relações entre os próprios seres humanos e transformando sua própria natureza, fundando a sociedade.

Marx em O Capital discorre:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (1996, p. 303).

Marx afirma ainda que toda história mundial “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”. Ou seja, com base em seu legado onto-histórico, é no e a partir do trabalho – o processo pelo qual o ser humano produz a própria vida material – que seus limites naturais são superados, produzindo a si humanamente.

---

<sup>12</sup> Gaudêncio Frigotto em sua obra *A Produtividade da Escola Improdutiva* (2010, p. 87), discorre que: “a categoria modo de produção da existência constitui-se, então, no elemento básico para entendermos como os seres humanos concretamente se produzem pelo trabalho, e como historicamente as relações sociais de produção da existência variam. O modo de produção da existência engloba as relações sociais de produção que os homens e as mulheres estabelecem mediatizados ou não pela técnica, para produzirem produtos úteis para seu sustento e reprodução; as leis de acesso, apropriação dos bens produzidos; as ideias, instituições, ideologias que buscam legitimar o modo de os seres humanos se relacionarem na produção de sua existência”. Ou seja, a produção da existência remete a produção material (física e biológica) e imaterial (cultural, social, afetiva, etc) da vida. Marx aborda sobre a produção da existência em sua obra *Formações Econômicas pré-capitalistas*, bem como Marx e Engels discorrem sobre o assunto em *A Ideologia Alemã*.



Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2014, p. 211).

O trabalho representa a atividade racional humana, atuando sobre bens naturais ou matérias-primas, utilizando-se de instrumentos de produção ou meios de trabalho. Os objetos de trabalho, ou seja, tudo aquilo que atua sobre a atividade econômica, conjugados aos meios de trabalho ou instrumentos, constituem os meios de produção ou as forças produtivas da sociedade. Paulo Netto; Braz (2008), afirmam ainda que o ser humano não consegue existir sem a natureza, pois é através dela e da sua transformação pelo trabalho que as condições de manutenção da vida são criadas:

Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. [...] Mas é *invariável* o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (a natureza, porém, pode existir e subsistir sem a sociedade) (p. 35).

Assim, o trabalho se caracteriza como sendo a ação humana que produz a vida, a produção do próprio ser humano, das relações sociais. Ou seja, “O trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ANTUNES, 2013, p. 13). Ontologicamente o ser humano se humaniza através do trabalho.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2014, p. 211 e 212).

Diferente da atividade da aranha e da abelha que agem dentro de sua especificidade biológica, não projetando e nem modificando sua existência, mas se adaptando, o tecelão e o arquiteto realizam suas atividades mediadas pela consciência, ou seja, ao final de todo e qualquer trabalho tem-se um resultado que já desde o início existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.

[...] Mas nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo. Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ANTUNES, 2013, p. 25).

Este fato pode ser claramente observado no cotidiano da produção da existência de qualquer ser humano, seja ele residente em uma cidade ou no campo. Na Comunidade Tradicional Raizama (nosso campo empírico), por exemplo, os mesmos possuem a mandioca como parte de sua cultura relacionada à alimentação<sup>13</sup>. Porém, a raiz é utilizada pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores de diferentes formas, sendo a farinha a principal delas.

Não se sabe exatamente quando a farinha começou a ser produzida pela comunidade, mas a partir de experiências anteriores todo o processo é pensado e planejado. Além disso, instrumentos foram criados com o intuito de ajudá-los no preparo, no qual, segundo Lessa; Tonet (2011, p. 29), “[...] o trabalho converte uma idéia, que apenas existe na consciência em um objeto”. Desta forma, desde a colheita da mandioca, a forma como descascam, ralam e torram a raiz foi aprimorado com o passar dos anos pelas trabalhadoras e trabalhadores de Raizama, pois sempre buscaram produzir coletivamente algo de acordo com aquilo que consideram ter qualidade para sua subsistência, além de idealizarem maneiras mais práticas de produção com a utilização de utensílios que diminuem o tempo de preparo e o incremento da produção.

Atualmente a farinha é produzida em um espaço reformado e com novos equipamentos<sup>14</sup>. Mesmo assim, não se perdeu o caráter artesanal desta produção e estes mesmos seres humanos continuam planejando e buscando novas formas de garantir a manutenção desta tradição que é tão forte em Raizama e que foi e continua sendo responsável pelo sustento de tantas famílias na comunidade. Ou seja, mediante uma dada necessidade concreta, o ser humano busca e idealiza e com isso acaba transformando a realidade.

<sup>13</sup> Conforme explicado no capítulo 02 que aborda a história de Raizama.

<sup>14</sup> Torradeira, prensa, triturador e balança – todos elétricos.

Segundo Lessa; Tonet (2011, p. 27):

O trabalho é o fundamento do ser social porque, por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade. Todo processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade tem, nessa base material, o seu fundamento.

Desta forma, o trabalho constitui a base da afirmação do ser humano como indivíduo ativo, pois é este o momento da reflexão sobre os meios adequados para realizar, na matéria natural, seu objetivo previamente idealizado na consciência. Ou seja, temos o trabalho e seu princípio educativo, temos a relação entre o trabalho e a educação, pois o ser humano intervém transformando a natureza à sua volta, a adaptando às suas carências e criando o mundo no qual de fato vive. Essas ações são resultantes do desenvolvimento de todas as suas potencialidades, pois para manter e reproduzir a existência, o ser humano depende do trabalho, da atividade prática que proporciona conhecimento, cultura e conscientização, depende deste processo educativo para tornar-se ser humano.

Considerando que a conexão entre trabalho e educação é uma relação de identidade, Saviani (2007, p. 154) complementa dizendo que:

[...] Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia e experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie.

Neste caso, temos o ato educativo no momento do próprio trabalho. Ou seja, o próprio processo de concretização do trabalho é educativo, pois saberes são construídos no e pelo trabalho. E justamente por isso, não separamos o trabalho manual do trabalho intelectual, conforme relatam Caetano; Neves (2013), uma vez que, em uma relação dialética, os homens educam os outros e a si mesmos, pois não há separação entre o fazer e o saber.

Além disso, Frigotto (2005, p. 03), nos explica ainda que o trabalho como princípio educativo é um princípio ético-político.

[...] Dentro desta perspectiva o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito por ser o ser humano um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para a sua produção e reprodução.

O trabalho é, portanto, a categoria fundamental de distinção entre o ser humano e os animais, o complexo categorial ontológico determinante do caráter próprio da humanidade, pois os seres humanos desenvolvem-se pela ação consciente do trabalho, pela cultura e pela linguagem, a sua própria existência. Segundo Tonet (2009), os seres humanos são radicalmente históricos e sociais, isto é, criam inteiramente a si mesmos e a toda realidade social, através da atividade coletiva.

Uma vez que o trabalho é um ato de acionar consciente, põe e supõe o conhecimento concreto de finalidades e meios. Todo trabalho implica um certo saber sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, como condição de induzir o sujeito a efetuar os propósitos desejados. Saber este que assume as formas de costumes, hábitos, tradições desdobrando-se em procedimentos racionalizados (LUKÁCS, 1978<sup>15</sup>). O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de ideias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real (IAMAMOTO, 2012, p. 42).

Com isso, o trabalho não pode ser reduzido à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Na sua perspectiva mais importante, ele aparece como atividade que responde à produção dos elementos primordiais e incontestáveis à vida biológica dos seres humanos. Simultaneamente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, ambas, que por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço (FRIGOTTO, 2005).

Porém, quando pensamos que o ser humano se realiza pelo trabalho, também admitimos que ele pode “perder-se” nele. Segundo Gadotti (2006, p. 48), “sendo uma necessidade humana, o processo de trabalho que escapar ao domínio do homem aliena o próprio homem”. No processo de trabalho, Marx (1973, p. 205) relata que:

[...] a atividade do homem opera uma transformação subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumento de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso; um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido. Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo. E diz ainda [...] essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo da produção capitalista.

---

<sup>15</sup> LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas da atividade humana. Temas de Ciências Humanas, n. 4. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1978.

Assim, entende-se que o trabalhador não produz mais para si, mas para o capital, por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele precisa produzir mais-valia<sup>16</sup>. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. Na divisão social do trabalho, imposta pela burguesia, as massas trabalhadoras alienam sua força de trabalho pelo único direito de sobrevivência, pois aos detentores do capital somente interessa comprar o tempo de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores disponibilizando, em contrapartida, a menor remuneração possível para que, ao final da jornada de trabalho, seja obtido o maior lucro realizável. Desta forma, entendemos que o trabalhador torna-se, ele próprio, uma mercadoria, cujo valor depende apenas da grandeza do dinheiro pela qual ele é trocado. Essa grandiosidade é definida pela quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo.

Segundo Engels, no Prefácio de seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicado pela primeira vez em 1845:

[...] graças às amplas possibilidades que tive de observar a burguesia, vossa adversária, rapidamente concluí que vós tendes razão, inteira razão, em não esperar dela qualquer ajuda. Seus interesses são diametralmente opostos aos vossos, mesmo que ela procure incessantemente afirmar o contrário e vos queira persuadir que sente a maior simpatia por vossa sorte. Mas seus atos desmentem suas palavras. Espero ter recolhido provas mais que suficientes de que a burguesia – qualquer que seja a sua retórica – não possui, na realidade, outro objetivo que enriquecer à custa de vosso trabalho, enquanto puder vender o produto dele e deixar-vos morrer de fome quando já não mais puder lucrar com esse comércio indireto de carne humana (2010<sup>17</sup>, p. 38).

A alienação do trabalho produz um complexo social em que o ser humano produz algo do qual ele não se apropria; além disso, o próprio processo de trabalho não lhe pertence, ou seja, o ser humano que trabalha se desefetiva no ato da produção, fazendo com que não se sinta parte do seu trabalho e nem parte de si mesmo.

Como mercadoria, o homem não possui valor em si. Seu valor deriva da relação de troca, enquanto está na origem do lucro, da mais-valia e da acumulação do capital.

Esse sistema de metabolismo social do capital, segundo Mészáros (2011), é o resultado de um processo produzido historicamente de divisão social hierárquica que insere o trabalho no capital. Os trabalhadores e trabalhadoras tornaram-se mediados entre si dentro de

---

<sup>16</sup> A extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário (BOTTOMORE, 2001, p. 227). Ou seja, a mais-valia é o valor criado pelo trabalho do operário assalariado acima do valor de sua força de trabalho e do qual o capitalista se apropria gratuitamente. Dessa maneira, a mais-valia é o resultado do trabalho não pago do operário. Assim, segundo MARX (2014, p. 254), “a taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

<sup>17</sup> Edição publicada pela Editora Boitempo em 2010.

uma totalidade social organizada, perante o estabelecimento de um sistema de produção e intercâmbio, em que as mediações de segunda ordem sobrepõem suas mediações de primeira ordem.

Mészáros (2011), ainda explica que as mediações de primeira ordem têm como finalidade preservar as funções vitais da reprodução individual e societal, ou seja, o trabalho é o elo produtivo do ser humano com a natureza, sendo a forma como o ser humano desenvolve-se física, material e espiritualmente. Tais mediações possuem as seguintes características:

- 1) Os seres humanos são uma parte da natureza, que deve satisfazer suas necessidades elementares por meio de um constante intercâmbio com a própria natureza; 2) Eles são constituídos de tal maneira que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem (a única espécie “intervencionista” do mundo natural) num intercâmbio *não mediado* com a natureza – como fazem os animais – regulado pelo comportamento instintivo diretamente determinado pela natureza, por mais complexo que seja esse comportamento instintivo dos animais (p. 212).

Já as mediações de segunda ordem do capital caracterizam-se por inserir fundamentos fetichizadores e alienantes do controle social prejudicando a finalidade das mediações de primeira ordem, separando o trabalhador e a trabalhadora dos “meios de produção, da cultura criada no ato de produzir, dos objetos produzidos e de sua própria identidade” (CIAVATTA, 2014, p. 212).

Esta inversão da lógica societal concretizou as mediações de segunda ordem que se tornaram princípios básicos do sistema de metabolismo social do capital e que segundo Mészáros (2011, p. 71):

As mediações de segunda ordem do capital – ou seja, os meios alienados de produção e suas “personificações”; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles.

Com isso, quase todas as formas de mediação de primeira ordem são modificadas e tornam-se sujeitas aos imperativos de reprodução do capital. As atividades produtivas e de controle do procedimento de trabalho são drasticamente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam.

Ainda segundo Mészáros (2011, p. 179):

As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como “mediações”, em última análise destrutiva da “mediação primária”, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.

Já Antunes (2009), relata que o capital compõe uma intensa estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Ou seja, a sociedade é regulada pela maneira como organiza a produção e a distribuição das necessidades básicas da vida.

## 1.2 Capitalismo e Mundos do Trabalho

Os defensores do capital gostam de descrever a ordem existente como uma espécie de predestinação divina para a qual não houvesse alternativa civilizada. Muitos deles arbitrariamente projetam as relações capitalistas de troca até a aurora da história, eliminando assim sua contingência e capacidade histórica de transcendência, para poderem idealizar (ou pelo menos justificar) até seus aspectos mais destrutivos (MÉSZÁROS, 2011, p. 181).

Assim, segundo Mézáros, existe uma tentativa de se justificar todas as mazelas proporcionadas pelo capitalismo<sup>18</sup> e/ou acumulação do capital como algo natural e necessário para sua contínua expansão. São elementos e práticas por vezes acumuladas e repetitivas que constituem a força de reprodução deste sistema que se reinventa diariamente.

A constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações. O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma, adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p. 188).

Destarte, podemos entender o capitalismo como um sistema (modo de produção) em que os bens e serviços são produzidos para o mercado e conseguidos através dele. Neste

---

<sup>18</sup> Ricardo Antunes (2011) relata na apresentação da obra de István Mézáros – ‘*Para Além do Capital*’ - que o filósofo húngaro entende capital e capitalismo como fenômenos distintos: “[...] o capital, antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, pela constituição daquilo que ele, por exemplo, denomina como *sistema de capital pós-capitalista*” (p. 16).

sistema, a dependência do mercado é necessária e fundamental para produzir a vida (WOOD, 2003). A relação entre capital e trabalho é mediada pelo mercado no qual o lucro depende da diferença do quanto o capitalista paga às trabalhadoras e trabalhadores e do quanto eles conseguem na venda dos produtos e serviços fornecidos por estas forças de trabalho. Assim, “os capitalistas podem viver explorando o trabalho alheio e enriquecendo-se com essa exploração” (SADER, 2011, p. 01).

Muito diferente do que acontecia no sistema feudal (no qual os camponeses produziam para subsistência e também eram obrigados a trabalhar gratuitamente para os senhores), no capitalismo a burguesia remunera as trabalhadoras e trabalhadores, o que possibilita velar a exploração da força de trabalho.

O capitalista remunera o trabalhador pelo que ele precisa para sobreviver – o mínimo indispensável à sobrevivência -, mas retira da sua força de trabalho o que ele consegue, isto é, conforme sua produtividade, que não está relacionada com o salário pago, que atende àquele critério da reprodução simples da força de trabalho, para que o trabalhador continue em condições de produzir riqueza para o capitalista. Vai se acumulando assim um montante de riquezas não remuneradas pelo capitalista ao trabalhador – que Marx chama de mais valia ou mais valor – e que vai permitindo ao capitalista acumular riquezas – sob a forma de dinheiro ou de terras ou de fábricas ou sob outra forma que lhe permite acumular cada vez mais capital -, enquanto o trabalhador – que produz todas as riquezas que existem – apenas sobrevive (SADER, 2011, p. 01).

Assim, a partir das mudanças sociais produzidas pelo próprio ser humano, a sociedade foi se organizando em consequência da própria realidade humana e, com isso, concebendo a divisão de tarefas produtivas, ou seja, uma organização social.

[...] na primeira sociedade os seres humanos viviam de forma comum para garantir a sobrevivência. Havia a divisão de tarefas de acordo com as condições de cada um e orientado pelas tradições. Já na segunda sociedade as relações sociais passam a ser patriarcais e o direito passou a ser do gênero masculino. Assim surgiram os direitos diferenciados entre os que possuíam propriedade e os que não a possuíam. Com o passar do tempo, surge a sociedade feudal onde eram constatadas duas classes sociais: nobres e servos. Neste período da história, as relações sociais continuavam nas mãos dos “homens”. Este modelo deixava bem distante a sociedade (povo) do Estado (governantes). Observou-se que, no momento da divisão da sociedade como classes sociais, passou-se a ter a ordem política como centro das ações humanas. Consolidam-se as relações de poder estimuladas pela estrutura de hierarquização das classes sociais. Os seres humanos não são mais iguais como na primeira sociedade (BORGES, 2012, p. 83 e 84).



Dessa forma, a história nos mostra que com a ascensão do capitalismo e com ele o pensamento neoliberal<sup>19</sup>, o que antes era comum, ou seja, a subordinação da cidade ao campo, a partir daí, foi o campo que se subordinou à cidade e a agricultura que se subordinou à indústria. “A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural” (MARX; ENGELS, 2008, p. 49).

Por isso, segundo Saviani (2000), no capitalismo a agricultura torna-se cada vez mais parecida a uma indústria, pois tende a se mecanizar e adotar formas industriais. Por outro lado, a indústria torna-se a base de desenvolvimento das cidades fazendo com que ocorra uma crescente urbanização do campo. Marx (1985, p. 75), acrescenta que: “[...] a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade”.

Borges (2012), discorre ainda que o capitalismo possui características resultantes das mudanças no mundo do trabalho: o trabalhador deixa de ser dono de suas terras (produção) e passa a alienar sua força de trabalho, entendendo que isto significa ser livre, pois ele pode aliená-la para quem quiser (porém, o que realmente ocorre é que as trabalhadoras e os trabalhadores recebem pela sua força de trabalho por um certo período de tempo e não por aquilo que produziram efetivamente, pois tudo o que elas/eles elaboram pertence ao capitalista e este toma para si a diferença entre o salário e aquilo que consegue receber pelas mercadorias e serviços produzidos, ou seja, se apropriam do lucro gerado por seus trabalhadores); a produção é centralizada na cidade e na indústria, substituindo a comunidade por sociedade; as relações sociais deixam de ser direitos naturais e são determinados formalmente por convenções contratuais dispostas em leis.

Já Wood (2003, p. 41), complementa que o capitalismo causa também outras consequências, como:

---

<sup>19</sup> Para Harvey (2008), o neoliberalismo compreende uma teoria baseada em práticas político-econômicas que sugerem o bem-estar humano a partir da capacidade empreendedora individual, em um regime pleno de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Este modelo implica em uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. Todavia, se o Estado se retira da ordem econômica (em parte, pois garante a qualidade e integridade do dinheiro), deve estabelecer as estruturas e funções militares de defesa, da polícia e o sistema legal requerido para o pleno funcionamento do modelo neoliberal. Harvey (2017), acrescenta ainda: “[...] Sempre disse que o neoliberalismo era um projeto político lançado pela classe capitalista quando ela se sentiu muito ameaçada, política e economicamente, do fim dos anos 1960 até os anos 1970. Eles queriam desesperadamente apresentar um projeto político que reduzisse a força da classe operária. A classe capitalista ficou então verdadeiramente com medo e se perguntou o que fazer. Ela não era onisciente, mas sabia que havia um certo número de frentes nas quais devia lutar: o front ideológico, o front político e acima de tudo a necessidade de reduzir por todos os meios possíveis o poder da classe trabalhadora. É a partir de lá que emergiu o projeto político que chamo de neoliberalismo”.

1) A organização do trabalho visando a maximização dos lucros significa que o emprego de tempo e energia de uma grande parte das pessoas se dá na realização de trabalhos desagradáveis e nada compensadores. 2) A qualidade e até mesmo a segurança dos bens e serviços frequentemente cederão lugar à maximização dos lucros e aos cortes de gastos. 3) Todos os aspectos da vida que se tornam mercadorias são retirados da esfera da responsabilidade democrática e passam a atender não à vontade do povo, mas às exigências do mercado e do lucro. 4) O capitalismo, com sua ênfase na maximização do lucro e da acumulação de capital, é necessariamente um sistema de produção que destrói e desperdiça. Consome várias quantidades de recursos, atua segundo as exigências de curto prazo do lucro em vez de agir segundo as necessidades de longo prazo do meio ambiente sustentável, e implica constante destruição e desperdício para criar demanda.

Desta forma, compreendemos que o modo de produção capitalista se caracteriza como um modo de produção comercial, de mercado, na qual a produção se organiza em função do valor de troca e não mais em função do valor de uso, da utilidade e do consumo dos bens para seus produtores. Segundo Sader (2011), o capitalismo busca a produção e a comercialização de riquezas orientada pelo lucro e não pela necessidade das pessoas. Isto é, o capitalista dirige seus investimentos não conforme o que as pessoas precisam, ou o que falta na sociedade, mas pela busca da maximização do lucro.

Com isso, o trabalho humano torna-se mercadoria neste sistema mercantil, conforme descreve Marx (2006, p. 66):

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria.

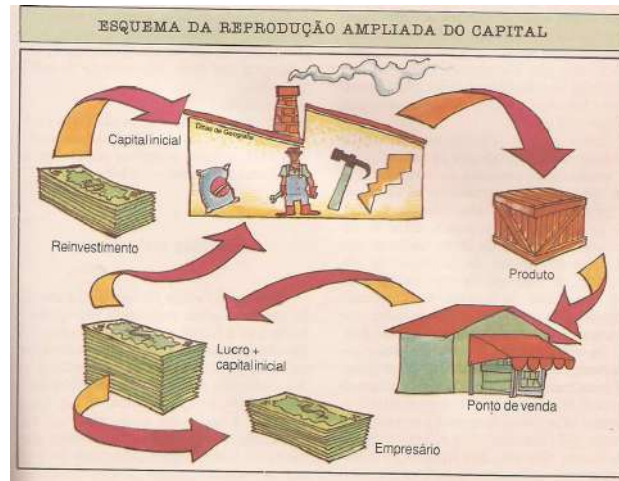
Já Frigotto (2010, p. 92) explica que:

O processo de trabalho, que é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, condição natural e eterna da vida humana, recebe uma determinação social, histórica, e é convertido em trabalho genérico, abstrato, um trabalho separado dos sujeitos – força de trabalho.

Isto é, o que constitui o objeto de troca entre o capitalista e a trabalhadora e o trabalhador não é o trabalho em si, mas a força de trabalho. O que realmente importa não é o uso dos bens por quem os produz, mas sim a troca. Sendo que este valor de troca não é definido pelo trabalho individual de cada ser humano, mas pelo trabalho socialmente necessário em um determinado contexto histórico. Ele varia de acordo com a produtividade do trabalho, definida fundamentalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas

conforme pode ser observado na imagem 14 que mostra o processo de reprodução ampliada do capital.

**Imagem 14: Reprodução Ampliada do Capital**



Fonte: Baraçal (2017)

Frigotto (2010) relata ainda que a história nos mostra que a evolução e organização do modo de produção capitalista é basicamente a radicalização da submissão do trabalho humano à lógica e à volúpia do capital, onde cada vez mais o trabalho será submisso ao capital. Ou seja, o trabalho deixa de possuir sua função vital de desenvolvimento do ser humano e passa a ter como função a produção da propriedade privada.

É sob essas condições de submissão real do trabalho e do trabalhador ao capital – onde o processo de trabalho assume uma configuração adequada à relação econômica capitalista – que o modo de produção capitalista encontra seu espaço específico da acumulação e reprodução ampliada (FRIGOTTO, 2010, p. 99).

Isto posto, entendemos que o trabalho sob o capitalismo se torna alienado. É o trabalho no qual a trabalhadora e o trabalhador não se realizam, não se reconhecem na mercadoria e não se apropriam do que produzem. Aquilo que produz não é dela (e), não lhe pertence.

Segundo Lessa; Tonet (2011), a trabalhadora e o trabalhador passam a desempenhar uma função social que é avaliada como se qualifica a produção de uma máquina qualquer: quanto produz de riqueza por hora. Comparável a uma máquina ou equipamento, a trabalhadora e o trabalhador realizarão sempre a mesma atividade, com o mesmo objetivo e sempre com os mesmos meios de produção. Seja ele ou ela quem for, servo ou serva, escravo ou escrava, camponês ou camponesa, proletário ou proletária estará alienado ou alienada de sua verdadeira humanidade pela sua colocação no trabalho conforme podemos observar na

imagem 15 em que o trabalhador e a trabalhadora, durante os últimos 30 anos, repetiu diariamente a atividade para a qual foi contratado sem mesmo saber o porquê disto e sem saber também qual seria o produto final que o capitalista entrega ao consumidor.

### Imagem 15: Alienação do Trabalho



Fonte: Thaves (1997). Disponível em: <http://www.historiadigital.org> (2017)

Como o que a trabalhadora e o trabalhador produzem não é o que necessariamente precisam para se constituírem como seres humanos, já que suas necessidades não estão inseridas em sua atividade produtiva, ocorre que os mesmos acabam alienados diante do próprio ato de produção da vida material e imaterial.

Segundo Marx (2006, p. 113), a alienação do trabalhador revela-se assim:

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza.

Isto se intensifica com a chamada reestruturação produtiva do capital<sup>20</sup> e a era da acumulação flexível no qual fábricas não possuem mais divisórias e a trabalhadora e o trabalhador são convencidos a acreditar que são colaboradores, parceiros daquela indústria/empresa. Bem como também passam a entender que não são fornecedores de mais-valia e de força de trabalho, mas sim que fazem parte do gerenciamento da empresa conforme observamos na imagem 16 em que o trabalhador acaba achando que realmente pode participar

<sup>20</sup> Segundo Antunes (2009) a reestruturação produtiva consiste em uma resposta do capital à sua lógica destrutiva e aos seus determinantes estruturais, quais sejam: as taxas decrescentes do lucro, a resistência operária e a própria impossibilidade de controle do capital, enquanto um sistema de metabolismo societal orientado para a expansão e acumulação do capital.

da gestão da empresa, inclusive da divisão dos lucros. Porém, o que ocorre na realidade é a intensificação da exploração da força de trabalho.

### Imagem 16: Enganosa divisão de lucros



Fonte: Waldez (2014). Disponível em: <https://ifh historia.wordpress.com/2014/10/28/toyotismo/> (2017)

Frigotto (2005), nos explica que no capitalismo, a acumulação e o lucro decorrem de uma relação desigual entre a compra e a venda da força de trabalho, entre quem possui o capital e quem possui apenas a força de trabalho. Frigotto relata ainda que “estar de um lado ou de outro não é uma questão de escolha, mas resultado de um processo histórico que precisa ser apreendido” (2005, p. 04). E esta relutância em entender a exploração ocorre porque o capital compra o tempo e a força de trabalho através de um contrato que parece ser de igualdade e liberdade para as duas partes, mas que na verdade é algo apenas superficial e aparente, pois ilude a trabalhadora e/ou trabalhador, conforme explica Engels (2010, p. 121):

[...] Toda a diferença com relação à escravidão declarada da Antiguidade consiste em que o operário moderno *parece* ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente – e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária. No fundo, para o operário, as coisas não mudaram; se essa aparência de liberdade, por um lado, oferece-lhe certa liberdade *real*, por outro lhe traz a desvantagem de ninguém lhe garantir a sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante em que à burguesia não interesse mantê-lo vivo.

Assim, neste mundo teoricamente mais atraente existe um profundo processo de interiorização da alienação e dos estranhamentos. Para o capital, a trabalhadora e o trabalhador devem ser os gestores, controladores de si próprios e supervisores do que fazem. Desta forma, nasce o trabalho polivalente, multifuncional, por metas, por competências e por projetos. E com isso vem a enorme desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da

desagregação no interior da classe trabalhadora, a precarização e a terceirização da força de trabalho e a destruição dos sindicatos de classe que são transformados em sindicatos parceiros.

Segundo Antunes (2009, p. 53 e 55):

[...] no período da acumulação flexível são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade. [...] Este mecanismo produtivo que tem como um de seus pilares mais importantes a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, como condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas.

Este período de acumulação flexível – também conhecido como *toyotismo* – tem como característica a otimização da exploração do trabalho, pois as trabalhadoras e trabalhadores operam simultaneamente variadas máquinas, fazendo com que haja uma intensificação do ritmo produtivo dentro de um mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este é reduzido. Afinal, este trabalho polivalente combinado com uma estrutura mais horizontalizada tem como objetivo reduzir o tempo de trabalho (imagem 17).

### Imagem 17: Ritmo produtivo de trabalho



Fonte: Bruno (2017). Disponível em: <http://www.lutadeclasses.org> (2017)

Por fim, o que temos é uma racionalização do processo produtivo caracterizada pelo forte disciplinamento da força de trabalho motivada pela necessidade de instituir formas de capital e de trabalho intensivo.

No entanto, mediante este sistema econômico que mantém o domínio sobre grande parte dos seres sociais e como forma de resistir a esta divisão social do trabalho em que as massas alienam sua força de trabalho pelo único direito de sobreviver, trabalhadoras e

trabalhadores continuam buscando (rememorando) outras formas de sobrevivência, sendo uma delas através de uma organização do trabalho baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, da solidariedade e da cooperação, também chamada de *produção associada*.

Isto pode ser claramente observado em inúmeras comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil e pelo Estado do Mato Grosso, como a Comunidade Tradicional Raizama.

### 1.3 Fundamentos Históricos da Produção Associada

Lo que pasa en algo queda. Para estudiar los elementos de la sociedad de hoy es necesario estudiar en algo los residuos de las sociedades que han vivido, con sereno juicio, con desconfiado ánimo, con lógica rectitud, con habilidad y comparación y fino escrúpulo (MARTÍ, 2016, p. 75).

No compasso de Martí<sup>21</sup> (1853-1895), pensador e político cubano, compreendemos a importância de revisitarmos a história, as memórias de uma sociedade que não mais existe para entendermos concretamente o presente e todas as suas representações. Ou seja, é necessário considerarmos os acontecimentos que outros viveram, é necessário voltarmos às raízes para refletirmos sobre o que está posto na atual realidade.

Com isso, para alcançarmos o completo entendimento sobre o que é e o que representa a produção associada, é necessário voltarmos na história para descobrirmos qual é esta forma de organização que vai se edificando a partir do antigo, com a retomada de relações sociais e econômicas que foram se perdendo ao longo da história da humanidade, mas que, de alguma maneira, permanece presente, principalmente entre os setores populares (TIRIBA, 2006).

Conforme já citado no item 1.2 desta tese, a sociedade organizou-se de acordo com a própria existência dos seres humanos gerando as diferentes fases de desenvolvimento da divisão social do trabalho.

De acordo com Marx; Engels (2007, p. 90):

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.

Com isso temos três formas distintas de propriedades ainda segundo Marx; Engels (2007):

---

<sup>21</sup> Nascido em Havana em 1853 passou a vida lutando pela independência de Cuba da colonização espanhola e pela construção de uma unidade latino-americana. Além disso, foi uma grande influência na Revolução Cubana (1953-1959) e ainda inspira movimentos políticos e culturais que se remetem a seu ideário poético e libertador.

- a) **Tribal:** fase não desenvolvida da produção, em que os seres humanos se alimentam da caça e da pesca, da criação de gado ou da agricultura. A divisão do trabalho encontra-se ainda em fase inicial limitada a uma divisão natural do trabalho existente na família (os chefes patriarcais da tribo, depois os membros da tribo e por último, os escravos);
- b) **Estatal ou comunal:** resultante da união de várias tribos que formam uma cidade por meio de acordo ou conquista. A escravidão continua a existir. Ao lado da propriedade comunal desenvolve-se a propriedade privada, porém subordinada a comunal. A divisão do trabalho já está mais desenvolvida e já existe a oposição entre cidade e campo. A relação de classes entre cidadãos e escravos está completamente formada. Com o surgimento da propriedade privada aparecem aqui pela primeira vez, as mesmas relações que depois encontraremos na propriedade privada moderna, só que nesta em escala maior. Neste período, também ocorreu a transformação dos pequenos camponeses plebeus em um proletariado, porém, dada a sua posição média entre os cidadãos possuidores e os escravos, não conseguiu um desenvolvimento autônomo;
- c) **Feudal ou por estamentos:** parece ser uma evolução do primitivo comunalismo, pois novamente se baseava em uma comunidade em que não são mais os escravos, como para os antigos, mas sim os pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora. Resultou da baixa densidade da população dispersa em uma grande área. Ao mesmo tempo, com a completa formação do feudalismo, surge também a oposição às cidades. Desse modo, a principal propriedade era formada, durante este período, de um lado, pela propriedade da terra e pelo trabalho servil e, do outro, pelo trabalho próprio com pouco capital que regia o trabalho dos oficiais. No entanto, a relação de produção limitava a estrutura de ambos – pelo deficiente e rudimentar cultivo da terra e pela indústria artesanal. No feudalismo, muito pouco aconteceu da divisão do trabalho.

A passagem do feudalismo para o capitalismo é resultado da evolução feudal, pois a separação entre cidade e campo é o principal componente da divisão social do trabalho. Neste período de transição, a máquina a vapor foi inventada e com ela teve início a revolução industrial na Inglaterra que tem como principal efeito o desenvolvimento do proletariado.

Antes da existência das máquinas, todo processo de fiar e a tecelagem era realizada na casa das trabalhadoras e/ou trabalhadores que geralmente viviam com suas famílias próximas às cidades. Hobsbawm (2016) nos explica que este sistema era chamado de doméstico ou “bota fora”, em que o comerciante comprava os produtos que eram feitos nas próprias casas dos artesãos ou do tempo de trabalho não agrícola do camponês, para vender em um mercado



mais amplo. O que as trabalhadoras e/ou trabalhadores recebiam com a venda dos fios e dos tecidos era suficiente para garantirem a sobrevivência sem terem que perder a saúde de tanto trabalhar. Além disso, tinham tempo para realizar tarefas em sua propriedade. Raramente ou nunca haviam pisado na cidade, pois os atravessadores buscavam os fios e os tecidos diretamente em suas residências. “O simples crescimento deste comércio inevitavelmente criou condições rudimentares para um precoce capitalismo industrial” (HOBSBAWM, 2016, p. 46). Já segundo Engels (2010, p. 46), isso mudou quando “as máquinas os despojaram de seu ganha-pão, obrigando-os a procurar trabalho na cidade”.

Com a chegada das máquinas a vapor foi possível produzir muito mais fios<sup>22</sup> fazendo com que a demanda de tecido tivesse grande crescimento, graças à diminuição de seu preço provocado pela redução dos custos de produção. Assim, surgiu a necessidade das fábricas contratarem mais tecelões e com isso seus salários aumentaram devido à grande procura por trabalhadoras e/ou trabalhadores dedicados a essa ocupação.

Com todas essas mudanças e necessidades que o mercado criou, Engels (2010, p. 48), relata ainda que:

[...] Podendo ganhar mais trabalhando em seu tear, a pouco e pouco o tecelão abandonou suas ocupações agrícolas e dedicou-se inteiramente à tecelagem. [...] Gradativamente, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo, sendo de todo absorvida na classe emergente dos exclusivamente tecelões, que viviam apenas de seu salário e não possuíam propriedade, nem sequer a ilusão de propriedade que o trabalho agrícola confere – tornaram-se, pois, proletários.

E assim, gradativamente, houve o aperfeiçoamento das máquinas e com ele a prevalência do trabalho mecânico sobre o trabalho manual. Isto, por sua vez, acarretou muitas consequências como a redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o desenvolvimento do comércio e da indústria, a aquisição de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o rápido crescimento das capitais e da riqueza nacional. Para Hobsbawm (2016, p. 59), pela primeira vez na história da humanidade, “foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços”.

---

<sup>22</sup> O algodão fornecia possibilidades suficientemente astronômicas para tentar os empresários privados a se lançarem na aventura da revolução industrial e também na expansão suficientemente rápida para torná-la uma exigência. [...] Os novos inventos que a revolucionaram – a máquina de fiar, o tear movido a água, a fiadeira automática e, um pouco mais tarde, o tear a motor – eram suficientemente simples e baratos e se pagavam quase que imediatamente em termos de maior produção (HOBSBAWM, 2016, p. 70).

Marx; Engels (2008, p. 52) explicam ainda que:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomeradas nas fábricas, são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, são postos sob a vigilância de uma completa hierarquia de suboficiais e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas são também, a cada dia e hora, escravizados pela máquina, pelo capataz e sobretudo pelo singular burguês fabricante em pessoa. Tal despotismo é tão mais mesquinho, odioso e exasperador quanto mais abertamente proclama ser o lucro seu objetivo último.

Contudo, houve também o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda segurança de trabalho para a classe operária, a devastação moral e as inquietações políticas (ENGELS, 2010), mostrando que tudo aquilo que com a chegada da máquina a vapor parecia ser muito bom para estes novos trabalhadores operários, se transformou em um enorme sistema de exploração.

Enfim, a revolução industrial levou todos estes fatos às suas consequências extremas, fazendo com que as trabalhadoras e os trabalhadores se transformassem em meros apêndices das máquinas, pois lhes foi tirado aquilo que havia sobrado de atividade autônoma.

E foi justamente por isso que elas/eles começaram a exigir e a lutar por condições de trabalho e de existência mais humanas.

Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com essas atividades dos seus trabalhadores luditas<sup>23</sup> porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas. A exploração da mão de obra, que mantinha sua renda em nível de subsistência, possibilitando aos ricos acumular os lucros que financiavam a industrialização (e seus próprios e amplos confortos), criava um conflito com o proletariado (HOBSBAWM, 2016, p. 74 e 75).

Temos assim, em um período histórico a partir da Revolução Industrial e no desenvolvimento do capitalismo, a história do movimento operário popular, da sua luta, resistência e crítica aos valores e práticas.

<sup>23</sup> Grupo de trabalhadores ingleses que, entre 1811 e 1816, se rebelaram e destruíram máquinas têxteis, pois acreditavam que elas eram responsáveis pelo desemprego. O líder ou iniciador desses movimentos chamava-se, provavelmente, Ned ou Kin Ludd. Daí, supõe-se, deriva o nome inglês *Luddite* (HOBSBAWM, 2016, p. 75, nota de rodapé).

Ainda segundo Hobsbawm (2016, p. 326 e 327):

O movimento operário proporcionou uma resposta ao grito do homem pobre. [...] Uma existência decente não podia ser obtida simplesmente por meio de um protesto ocasional que servisse para reestabelecer a estabilidade da sociedade perturbada temporariamente. Era necessária uma eterna vigilância, organização e atividade do “movimento” – o sindicato, a sociedade cooperativa ou mútua, instituições trabalhistas, jornais, agitação. Mas a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas ideias em oposição às de seus opressores. Seria cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista.

Foi neste período (início do século XIX) que surgiram as primeiras formas de trabalho associado com objetivo de enfrentamento e oposição, pois, como já foi explicado, o trabalho realizado de forma comunal sempre existiu, mas não com este propósito. Assim, primeiramente apareceram as cooperativas de trabalhadores e com o passar do tempo outras formas de trabalho coletivo despontaram como uma reação do proletariado aos problemas socioeconômicos ocasionados pelo capitalismo, constituindo também um projeto político que buscava não só superar todas as adversidades produzidas por este modo de produção, mas sim eliminá-lo, conforme discorre Marx (2014, p. 100) “[...] suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social”.

Marx deixa claro que, para que estas mudanças pudessem efetivamente acontecer e transformar o sistema vigente em um sistema cooperativo, seria necessário o fim da propriedade privada e a transferência do poder aos trabalhadores. Tiriba (2001, p. 170), acrescenta ainda que “[...] Devido ao fato de a propriedade privada só poder existir quando a imensa maioria da sociedade está privada dela, sua abolição representaria a mudança do caráter social da propriedade, que perderia seu caráter de classe”. Ou seja, o objetivo principal seria o desenvolvimento do socialismo e suas relações sociais onde o ser humano possa criar os bens materiais em quantidade aceitável para que cada um possa atender as suas necessidades (CASTRO, 2015).

Mas de que sistema cooperativo Marx está falando? Afinal a cooperação é “a forma e trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (2014, p. 378). Porém, ainda segundo Marx (2014, p. 388), a cooperação “é a forma fundamental do modo de produção capitalista. Na sua feição simples, constitui o germe de espécies mais desenvolvidas de cooperação, e continua a existir ao lado delas”. Ou seja, é possível através da cooperação

ampliar a força produtiva do trabalho e daí se obter mais lucro, pois quando um trabalhador coopera com outro de acordo com um planejamento, este deixa de lado a sua individualidade e passa a desenvolver toda a capacidade de sua espécie.

No entanto, apesar da cooperação ter sido absorvida e deturpada pela burguesia em favor de si mesma, Marx (2017) explica que o sistema necessário para que uma transformação de fato ocorra é a partir do cooperativismo de produção ou das fábricas cooperativas que representou ainda no início do sistema capitalista, uma tentativa dos trabalhadores de assumir o controle de todo o processo de trabalho e da produção de mercadorias. Segundo Marx (2012, p. 40), “na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção devem ser criadas em proporções tais que delas surja a organização socialista do trabalho total”. Somente estas fábricas conseguiriam enfrentar todas as contradições presentes no sistema capitalista, uma vez que seriam criadas pelos esforços e mãos dos trabalhadores e mostrariam na prática que era possível produzir em larga escala sem a existência de patrões. Quer dizer, é possível organizar o processo produtivo sem a existência do capitalista. Mesmo porque, segundo Marx (2012, p. 41), “[...] no que diz respeito às atuais sociedades cooperativas, elas só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses”.

As cooperativas de produção provam que os patrões à frente das empresas são dispensáveis; que os trabalhadores e trabalhadoras são capazes, quando dispõem de liberdade e responsabilidade de organizar seu trabalho, de aceitar a disciplina necessária, de compreender os problemas, independente de quais forem, de uma empresa (RIOS, 1987).

Além disso, Marx também critica o fato da burguesia descaracterizar as cooperativas em benefício próprio, fazendo com que as mesmas percam seu significado que é proporcionar a classe trabalhadora a oportunidade de ter o controle de todo processo produtivo. Tem-se como exemplo, o que acontece hoje no Brasil com o chamado “cooperativismo do agronegócio”, em que os produtores (grandes fazendeiros) se associam para beneficiar a produção de suas propriedades, realizando o trabalho por meio de empregados subordinados, dependentes e pagos por meio de salário, sem participação na gestão (GADOTTI, 2009).

Isto posto, podemos compreender o trabalho cooperativo ou trabalho associado e/ou produção associada<sup>24</sup> (este último que utilizaremos no texto) como uma forma de organização historicamente construída pelos seres humanos envolvendo às relações sociais, econômicas e

---

<sup>24</sup> É importante ressaltar que apesar de se tratar de uma nova terminologia, a produção associada tem sua origem diretamente vinculada ao que Marx (2014) denomina de uma sociedade de homens livremente associados, ou seja, está relacionada ao trabalho associado, conforme já relatado no texto. Além disso, não se trata de um conceito pronto e irretocável, pois estamos falando de algo dinâmico, profundo e histórico.

culturais permitindo que trabalhadoras e/ou trabalhadores produzam sua existência de forma livre, coletiva, solidária e autogestionária.

Porém, devemos deixar claro que são inúmeros os conceitos e designações que tentam explicar as diversas formas de trabalho coletivo e que variam de acordo com a perspectiva política e enfoques teóricos, conforme relata Tiriba (2001): economia popular, economia solidária, economia popular solidária, economia da solidariedade e trabalho e cooperativismo popular. No entanto, todas elas referem-se à organização do trabalho de forma autogestionária, coletiva e igualitária.

A economia popular, por exemplo, pode ser compreendida segundo Icaza; Tiriba (2009, p. 150), como:

[...] o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos.

Entendemos esta prática como uma tentativa histórica das trabalhadoras e dos trabalhadores de produzirem sua existência sem a exploração do outro, pois segundo Lima (2016, p. 04):

[...] apesar das dimensões que ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica, pois é aquela que, tendo em vista a sua dinâmica, emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante centralizado e verticalizado no poder do mercado.

Além da economia popular, temos também como exemplo a economia solidária que é um conceito bastante utilizado em diversos países com significados diversos, mas que busca a idéia de solidariedade em contraposição ao individualismo que caracteriza a forma de organização econômica predominante no capitalismo.

No Brasil, a economia solidária surgiu como resposta às altas taxas de desemprego da década de 1980 e que piorou na década seguinte. Além do Estado, com suas políticas – como frentes de trabalho e seguro-desemprego –, a sociedade civil também se mobilizou contra o problema da falta de trabalho remunerado (SINGER, 1995). “O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram

inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

É também entendido como um movimento social que pretende organizar formas autogestionárias e democráticas de produção, sendo coletiva a sua propriedade e dela participando todos os que nelas trabalham. Tem como núcleo o legítimo cooperativismo iniciado na Europa no século XIX. Além disso, a economia solidária é entendida como um processo contínuo de aprendizado que permite a prática da ajuda mútua, da solidariedade e da igualdade pelas trabalhadoras e trabalhadores. Segundo Gadotti (2009, p. 48):

A economia solidária, mais que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também imateriais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas.

Como já apontado, estas formas democráticas de organização da força de trabalho possuem em comum a solidariedade que se sobrepõe ao interesse e ao lucro individual, estabelecendo laços sociais de reciprocidade como fundamentos de suas relações de cooperação (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Desta forma, compreendemos que o desenvolvimento local solidário só acontece se considerarmos outras dimensões como o social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica. Segundo Lima (2016, p. 04), “tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais, de “baixo para cima”, agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades”.

Assim, observamos que ao longo da história são várias as formas autogestionárias de produção da existência encontradas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. E que independente da denominação dada a estas experiências, todas buscam a propriedade coletiva dos meios de produção, a cooperação, a solidariedade e uma forma alternativa de trabalho que resista ao capital.

Isto posto, voltamos a dizer que, apesar da existência destas diversas formas de organização popular e suas respectivas denominações/conceitualizações e representações, nosso foco nesta tese está direcionado à produção associada, possíveis características e significados.

Desta forma, entendemos que essas experiências sempre existiram ao longo da história do capitalismo (com caráter de resistência aos modelos de concentração de terra, renda e

poder), bem como em sociedades ancestrais/seculares, podendo ser, ainda, encontradas na história do socialismo.

A produção associada enquanto categoria histórica nos remete às relações sociais, econômicas e culturais que os seres humanos construíram ao longo da história e que lhes confere singularidades na produção e reprodução da vida social. Tais relações estiveram presentes nas sociedades primitivas, socialista e capitalista e são mediadas pelo trabalho (CAETANO, NEVES; SILVA, 2015, p. 04 e 05).

No entanto, as mesmas ocupam um lugar na história marcado pelo isolamento e pela pouca repercussão, principalmente depois do desenvolvimento do modelo neoliberal de acumulação de capital. Apesar disso, existem trabalhadoras e trabalhadores que resistem cotidianamente ao individualismo, à competição, à exploração e ao lucro mesmo estando inseridos no modo de produção capitalista (afinal não estão isolados do restante do mundo), pois os mesmos acreditam em uma forma mais justa de organização do trabalho que pode levar à emancipação do capital.

Segundo Caetano; Neves (2014, p. 602), a produção associada<sup>25</sup> é:

[...] uma das estratégias de que os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares lançam mão, visando a garantia da reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais e culturais que se diferenciam da racionalidade da economia capitalista. [...] A produção associada diz respeito à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados. [...] O trabalho associado é organizado de forma autogestionária, sem valorizar o lucro e a exploração da força de trabalho alheia, apoderando-se dos meios de produção e pautando-se na solidariedade, que extrapola o âmbito material.

Existem diversas comunidades tradicionais espalhadas por todo país em que podemos encontrar tais características, incluindo a Comunidade Tradicional Raizama onde trabalhadoras e trabalhadores desenvolveram uma relação muito próxima da natureza, dependente da terra, além de possuir uma maneira diferente de viver e de enxergar o mundo. Afinal, os trabalhos manuais e intelectuais em Raizama andam juntos e as relações sociais, econômicas e culturais são baseadas na solidariedade, igualdade, cooperação, reciprocidade e bens comuns.

Segundo Tonet (2017, p. 06), o trabalho associado possui quatro características identificadoras:

---

<sup>25</sup> São várias as formas de organização da produção associada. Em destaque as cooperativas e associações. Porém, podemos encontrar também núcleos de base familiar, grupos informais de trabalho coletivo, redes, cooperativas de produção coletiva, etc.

Liberdade, consciência, coletividade e universalidade. É uma forma de trabalho livre porque são os próprios produtores que determinam o que deve ser produzido, como isto deve ser produzido e como deve ser distribuído todo o produto. Não são poderes estranhos e alienados que comandam a produção. É uma forma de trabalho consciente porque, do começo ao fim, todo o processo está sob o expresso controle dos próprios produtores. É uma forma de trabalho coletiva porque implica a colocação em comum das forças individuais, permitindo, assim, multiplicar as forças sociais. É uma forma de trabalho universal porque, dado o estágio de universalização em que a humanidade se encontra, até por obra e graça do capitalismo, tanto a produção como o consumo exigem e permitem a interdependência de todos os espaços mundiais.

Além de que, a produção associada tem como objetivo o valor de uso (atendimento das necessidades humanas) e não o valor de troca (interesses do capital). Ademais, não existe a exploração do ser humano por outro ser humano e nem a divisão social do trabalho, pois são as próprias trabalhadoras e trabalhadores que possuem a liberdade de controlar a totalidade do processo de produção com a consciência de como o produto deve ser produzido, bem como distribuído e consumido, buscando sempre a reprodução ampliada da vida e não a reprodução do capital. Desta forma, todas as características constitutivas da produção associada permitem que o trabalho não seja submisso ao capital, muito menos alienante, além de não produzir mais-valia.

Entendemos a reprodução ampliada da vida como uma forma de buscar a produção da própria existência com base em princípios que valorizem o trabalho em sua totalidade e em seu contexto de formação integral do ser humano, ou seja, em seu sentido educativo, e que entenda as relações sociais, culturais e econômicas como partes que se completam. Almejando sempre uma melhoria da qualidade de vida e a emancipação do ser humano.

Coraggio (1999, p. 62), relata que o conceito de reprodução ampliada remete a uma melhoria estrutural da qualidade de vida significando:

[...] que se vá melhorando a qualidade de vida de um mesmo grupo doméstico, ou de um conjunto de grupos domésticos, ao longo do período considerado pela análise, com base no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais dessas pessoas. A partir de níveis muito baixos de rendimentos, e para o conjunto das classes trabalhadoras, isto costuma implicar em aumento de receitas ou num acesso maior a bens quase públicos (educação, saúde etc.), por outras vias. Mas a reprodução ampliada não implica, necessariamente, em se ter acesso a maiores ganhos monetários nem, sequer, a uma massa maior de bens materiais. A qualidade de vida pode melhorar por alguma mudança, precisamente, na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade, no contexto que nutre a vida das unidades domésticas.



Coraggio (2011) também nos explica que não podemos considerar qualidade de vida como apenas possuir bens materiais ou mais dinheiro, mas sim que tenhamos mais integridade moral, sociabilidade, segurança pessoal e convivência. Além disso, reduzir o consumo individualista de mercadorias e ter responsabilidade perante a natureza, pensar nas necessidades de todos os membros da sociedade e saber conviver de forma coletiva e comunitária também caracteriza uma maior qualidade de vida para o sujeito. Sem contar que “[...] La coordinación consciente y democrática del conjunto del proceso económico, combinando formas de decisión colectiva o mecanismos como el de mercado regulado (CORAGGIO, 2016, p. 19)” pode ser entendido dentro do que conhecemos por *bem viver* ou *buen vivir*, ou também pode ser compreendido como o processo para eliminar a acumulação do capital que é alienante, pois transforma tudo e todos em coisas.

O Bem Viver ou *buen vivir* tem sua base alicerçada concretamente no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. “[...] Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar” (TURINO, 2016, p. 15). Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na natureza.

No entanto, apesar de ser ainda um termo em construção, o mesmo remete a um processo ancestral de convivência comunitária de povos indígenas que vivem em harmonia com a natureza, em que seus valores, experiências e práticas existentes são reunidos em busca de uma conjuntura para construir uma nova forma de viver e existir coletivamente.

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida (p. 33). [...] A proposta do Bem Viver critica o Estado monocultural, a deterioração da qualidade de vida materializada em crises econômicas e ambientais, a economia capitalista de mercado, a perda de soberania em todos os âmbitos, a marginalização, a discriminação, a pobreza, as deploráveis condições de vida da maioria da população, as iniquidades. [...] O Bem Viver, em resumo, aponta a uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo. Sua preocupação central, portanto, não é acumular para então viver melhor. Do que se trata é de viver bem aqui e agora, sem colocar em risco a vida das próximas gerações. Para consegui-lo, há que se desmontar os privilégios existentes e as enormes brechas entre os que têm tudo e os que não têm nada. Isso exige distribuir e redistribuir agora a riqueza e a renda para começar a sentar as bases de uma sociedade mais justa e equitativa, ou seja, mais livre e igualitária (ACOSTA, 2016, p. 83 e 84).

Assim, tanto o Bem Viver quanto o seu significado de produção da existência, a reprodução ampliada da vida<sup>26</sup> também consiste em algo muito distinto da reprodução ampliada do capital, pois possui características como a ação solidária, cooperação voluntária, relação entre o ser humano e a natureza, reciprocidade, consumo consciente e suficiente para uma vida digna, conforme relata Coraggio (2013, p. 24):

[...] “reproducción ampliada de la vida” quiere decir “en las mejores condiciones posibles en cada momento”. De lo cuantitativo del capital pasamos a lo cualitativo de la vida (con dimensiones subjetivas pero también objetivas, tanto por sus bases orgánicas como por la legitimación social de esa buena vida deseada). Esto no implica un ansia sin límites de acumular medios de vida, lo que no tendría sentido, sino una mejora cualitativa de la vida de cada uno que, obviamente, requiere bases materiales. Pero mejorar la calidad de vida puede requerir bajar el nivel excesivo de consumo, pasar a un consumo suficiente o prudente, puede implicar estar dispuesto a pagar precios justos para sostener las vidas de otros o la de la naturaleza, sin las que la nuestra no solo no tiene sentido sino que no es posible. No se trata entonces de idealizar a los sectores que tienen una vida de baja calidad por la ausencia de bienes necesarios, y postular que son “felices sin camisa”, o que son solidarios de por si. A partir de una situación de exclusión y pauperismo masivos, ir un paso más allá de lo solidario, avanzando para todos hacia un modo digno de vida implica una fuerza colectiva dinámica, creativa, innovadora, al menos equivalente a la del capital que pretende crecer al infinito. Esto supone, claro está, una sociedad en que la justicia es un valor compartido o en que la correlación de fuerzas permite avanzar en esa dirección.

É justamente nestas formas de viver e enxergar o mundo que a base do que chamamos de produção associada é construída, podendo um dia tornar-se algo que não exista somente em casos específicos, mas sim, poderá vir a ser a realidade de muito mais seres humanos.

Tiriba (2008, p. 81) relata ainda que a produção associada está correlacionada a associativismo, “entendido como um conjunto de práticas sociais informais ou instituídas por grupos que se organizam em torno dos ideais e objetivos que compartilham”. É reconhecido por construir laços sociais com base na confiança, cooperação, solidariedade e reciprocidade; além de possuir uma gestão coletiva do processo de produção e uma divisão igualitária dos frutos do trabalho.

A produção associada é também a oportunidade das trabalhadoras e trabalhadores resgatarem o sentido do trabalho e restabelecerem a energia que o capital lhes tirou direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do

<sup>26</sup> Para mais informações sobre Reprodução Ampliada da Vida consultar as seguintes obras:

- CORAGGIO, José Luis. Para pensar las nuevas economías: conceptos y experiencias en América Latina. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa (eds). **Actas Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul**. Volume 3 – Outras Economias. Universidade de Coimbra: Coimbra, 2015.

- CORAGGIO, José Luis. **Economía del Trabajo: una alternativa racional a la incertidumbre**. Trabajo presentado en el panel Fronteras de la Teoría Urbana: CGE, Incertidumbre y Economía Popular, Seminario Internacional sobre Economía y Espacio, organizado por el Centro de Desarrollo y Planificación Regional (Cedeplar), 6-7 Diciembre 2001, en Belo Horizonte, Brasil.

trabalho sobre o capital (TIRIBA, 2006) e, também, mostrarem a constante resistência das trabalhadoras e trabalhadores ao trabalho alienado, mostrarem sua vocação para igualdade social, atualizando em cada novo grupo/associação/empreendimento os valores de liberdade e igualdade, além de reunir experiência e saberes.

Além disso, podemos entender a produção associada como um modo de produção da existência fundamentado nas mediações de primeira ordem que tem como objetivo preservar as funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos, pois, segundo Castro (2015, p. 43):

[...] cada homem deve trabalhar de acordo com a sua consciência e o trabalho não é o instrumento individual de ganhar a vida, mas sim o meio de toda a sociedade, não os recursos de um indivíduo. Um indivíduo só não pode nada, um indivíduo só vale muito pouco; um indivíduo integrado na força de uma sociedade é tudo.

Enfim, a produção associada permite que as trabalhadoras e os trabalhadores estruturem a sua existência a partir de decisões democráticas e autogestionárias tanto no campo como na cidade, fazendo com que os mesmos possuam o controle dos meios de produção e do processo de trabalho. Além de permitir que estas trabalhadoras e estes trabalhadores tenham a oportunidade de tentar caminhar em direção contrária ao individualismo, autoritarismo e exploração do trabalho alheio para, quem sabe um dia, conseguirem superar o modo de produção capitalista.

Deste modo, como forma de aprofundar a discussão sobre a produção associada, abordaremos novamente o tema no capítulo 02 e 03 desta tese que discorre sobre a história da Comunidade Tradicional Raizama e sobre como a mesma produz a sua existência de forma associada.

## CAPÍTULO 02

### COMUNIDADE TRADICIONAL RAIZAMA EM JANGADA/MT: HISTÓRIA PARA SER CONTADA E NÃO MAIS GUARDADA

A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história (ERIC HOBSBAWM).



Fonte: Pauluzi (2017)

O segundo capítulo apresenta aspectos referentes à origem e formação da Comunidade Raizama, bem como parte de sua história que recuperamos a partir das entrevistas realizadas (história oral) com as trabalhadoras e trabalhadores que lá residem e a partir da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de Jurandyr Pires Ferreira (1957). Além disso, o texto discorre sobre a resistência de Raizama enquanto comunidade tradicional e relata suas principais características como localização, acesso e estrutura.

## 2.1 Raizama – Origem e descendência no contexto de formação do Estado do Mato Grosso

Apresentar a Comunidade Raizama, discorrer sobre sua população, seus costumes, tradições e sobre sua história não é tarefa fácil, pois quase nada foi registrado ao longo do tempo. Com isso, praticamente tudo o que temos hoje, encontra-se na memória de seus moradores que afirmam ser a sexta geração residente naquelas terras, conforme explica o Sr. Manoel Nunes (2015), trabalhador nascido e criado em Raizama:

O meu, meu pai, meus avô, meus bisavô nasceu e criou aqui na região, memo que não foi aqui, meu pai nasceu na comunidade de Mutum<sup>27</sup>, minha mãe foi aqui na própria comunidade aqui. Meu disavô é daqui memo (informação verbal)<sup>28</sup>.

**Imagem 18: Comunidade Tradicional Raizama<sup>29</sup>**



Fonte: Lyra (2016)

<sup>27</sup> Localizada a 08 km de Raizama.

<sup>28</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>29</sup> Imagem ilustrativa.

Já o Sr. Antônio Sales, também nascido e criado na comunidade, quando entrevistado afirma:

Antes dele, do meu avô já foi criado aqui, nascido aqui. Ai veio meu pai. Meu pai já morreu com noventa e poucos anos. Se ele tivesse vivo, já ia tá com cento e pouco anos. Nasceu, criou aqui. Eu também nasci e criei aqui, e tô vendo se fico aqui até os final dos tempo (informação verbal)<sup>30</sup>.

Sabemos que uma parte da história se perdeu com o tempo por falta de registros escritos ou fotográficos, no entanto, ainda podemos contar com as memórias dos habitantes mais antigos de Raizama que acreditam serem descendentes de indígenas, pois historicamente as pessoas daquele lugar utilizam instrumentos e técnicas para plantar, colher, cozinhar e se alimentar que remetem às características da população indígena, como a utilização da farinha de mandioca como parte da dieta cotidiana de todas as famílias da comunidade, sendo que esta tradicionalmente se constitui como um dos principais alimentos dos povos indígenas. Além disso, alguns habitantes da comunidade declaram serem bisnetos de índios, pois segundo contam, houve um tempo em que homens da comunidade se casaram com índias que viviam em uma aldeia próxima à região que, segundo o Sr. Antônio Sales: “[...] num tinha outro jeito de ser. Viemos dos índios (informação verbal)<sup>31</sup>”. Já o Sr. Galdino Sales, nascido e criado em Raizama, explica:

[...] Na verdade, nós tudo tem descendência de índio. Na verdade é, porque primeiro o que existiam eram os índios. Quando criou a comunidade, eu já nasci aqui na comunidade. A comunidade já tinha criado. Intão ocê vê em quantos tempo vem essa comunidade (informação verbal)<sup>32</sup>.

Mato Grosso viveu um grande período etno-histórico onde povos indígenas dominavam todo o território. Isto ocorreu até o século XVIII antes da chegada dos bandeirantes, pois como relatam os historiadores com a chegada dos colonizadores o extermínio indígena ocorreu em todo o país e na região do município de Jangada não foi diferente.

Considerando que o processo de colonização – tanto português quanto espanhol – teve por base a conquista, podemos compreender que, para se apossarem dos territórios americanos, os europeus utilizaram muita violência, decorrendo uma dizimação em massa dos habitantes indígenas. O massacre teve início no litoral brasileiro, parte habitada primeiramente pelos colonizadores. Mais tarde, com os avanços dos bandeirantes para o Oeste e Norte, foram encontradas as etnias indígenas que habitavam os territórios que compõem os atuais Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Amazonas (SIQUEIRA, 2002, p. 19).

<sup>30</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>31</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>32</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

Apesar deste grande genocídio ocorrido em nome de uma “colonização”, ainda existem várias etnias indígenas no estado do Mato Grosso. Segundo o último censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), das 817 mil pessoas no Brasil que se autodeclararam indígenas, 42.538 pessoas são de Mato Grosso. Os indígenas de Mato Grosso, conforme a estatística, representam 5,2% do total da população brasileira indígena. Já em nível estadual, os dados apontam que os indígenas representam 1,4% da população de Mato Grosso, que atualmente tem pouco mais de 3 milhões de habitantes. Ao todo são 38 etnias diferentes, sendo que há indícios de outros 09 povos ainda não contatados e não identificados oficialmente.

No entanto, antes mesmo da estruturação das comunidades indígenas, o Centro-Oeste brasileiro foi ocupado por comunidades em um período datado de mais de 27 mil anos. As sociedades indígenas são originadas dessas comunidades e no estado, e no município de Jangada há inclusive testemunhos dessas comunidades originais. Tratam-se de sítios arqueológicos como o de Santa Elina<sup>33</sup> localizado em Raizama, o que, segundo o Prof. Lucídio Sales (2016), também nascido e criado na comunidade, de certa forma explica a descendência desses trabalhadores e trabalhadoras:

Eu já tinha dito pra você sobre essa descendência indígena na região, porque a nossa comunidade, a comunidade de Raizama, ela fica a quinze quilômetros de um sítio arqueológico. Até aqui em Mato Grosso, é um sítio bastante desconhecido da população, principalmente de Mato Grosso. E segundo estudos é um dos sítios arqueológicos mais importantes da América Latina, que é o sítio arqueológico da Santa Elina, que fica numa fazenda com o mesmo nome. Por um período de dezessete anos mais ou menos tiveram arqueólogos de São Paulo e da França fazendo estudos desse sítio arqueológico, e segundo essas pesquisas realizadas no sítio, a mais de vinte e cinco mil anos que viveram os indígenas aqui nessa região, por isso, por algumas coisas que encontraram no local que fizeram esses estudos e chegaram a essa conclusão. E aí nós sabemos que nossa região aqui, também são, as características da nossa população, as características físicas são muito parecidas com os dos indígenas, inclusive eu falo, por exemplo, em muitos lugares que a gente conversa e toca nesse assunto eu falo que com muito prazer eu sou descendente indígena que os mais velhos aqui da comunidade, da comunidade do Raizama, eles falam que, por exemplo, a minha avó, mãe do meu pai ela era bem índia. Falam que meu avô pegou ela no laço, porque naquela época tinha esse negócio de pegar no laço né, a mulher, a índia ser pego no laço, que o meu avô teria pego a minha avó no laço. Inclusive você pode perceber que o meu pai, por exemplo, o cabelo dele é bem indígena, tipo arrepiado assim, é bem indígena, a nossa pele é de indígena, e também, Mato Grosso faz fronteira, os países próximos aqui do Mato Grosso são países de indígenas, por isso que eu falo que nós aqui somos indígenas. Eu não tenho nenhuma prova concreta de exames pra confirmar isso. Eu falo isso pelos

---

<sup>33</sup> Segundo Siqueira (2002, p. 11), estudos recentes da equipe franco-brasileira formada por geólogos, paleontólogos, universitários e arquitetos do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo (USP), e do Museu Nacional de História Natural de Paris confirmam a presença do homem em Mato Grosso há 27 mil anos, na Fazenda Santa Elina, no município de Jangada. A confirmação dos 27 mil anos deu-se através de testes do Carbono 14 e está revolucionando as teorias arqueológicas sobre o povoamento do Brasil [...]. Santa Elina, que está sendo estudada desde 1985 por Agueda Vialou e Luciana Palestrini, é considerada, por essas pesquisadoras, o segundo sítio arqueológico mais antigo do Brasil.

estudos do sítio arqueológico da Santa Elina que eu conheço e pelas características físicas nossa, e também não só pelas características físicas, mas também os hábitos nosso da comunidade, muito parecido com o do indígena, muito mais próximo (informação verbal)<sup>34</sup>.

Tanto o Sr. Lucídio Sales como os demais entrevistados(as) relatam que apesar de não terem como provar esta descendência, pois não há nenhum registro escrito ou mesmo algum tipo de documentação (nem mesmo fotos antigas esses(as) trabalhadores(as) possuem), ainda assim, acreditam nessa hereditariedade a partir das histórias contadas pelos seus antepassados – que resistiram ao tempo e às gerações, e que ainda permanecem na memória de todos eles.

O mesmo ocorre quando perguntamos sobre a história mais recente da comunidade, pois como também não há registros escritos, tudo o que se sabe é baseado na história contada pelos mais idosos do local.

Desta forma, quando falamos sobre Raizama precisamos entender primeiramente a história do município de Jangada (onde a mesma se encontra), que está totalmente vinculada à história do município de Acorizal, pois foi desmembrada dele. Segundo Ferreira (1958, p. 35):

O distrito de Acorizal foi criado como paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora das Brotas, por Lei provincial de 25 de agosto de 1833, subordinada à Nossa Senhora do Livramento, da qual foi desligada, e incorporada, como distrito de Brotas, ao município da Capital pela Lei no. 211, de 10 de maio de 1899.

Em 1900, o distrito foi novamente transferido para o município de Nossa Senhora do Livramento e somente em 1903 voltou a ser incorporado com novos limites ao município da Capital. Posteriormente, dois novos distritos foram criados: em 1930, o distrito de Paz de Engenho e, em 1948, o distrito de Paz de Jangada que foi desmembrado do distrito de Brotas. Os três distritos formados vieram a constituir o município de Acorizal em 12 de dezembro de 1953 (FERREIRA, 1958).

Somente em 1986 o município de Jangada foi criado, sendo desmembrado de Acorizal. Atualmente, segundo o censo do IBGE (2010) a cidade conta com 7.696 habitantes com um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,630 abaixo do IDH do Estado (0,725) e do país (0,727).

O município tem esta denominação em função do riacho que leva este nome, corta a sua sede e desagua no rio Cuiabá.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade, em 13 de agosto de 2016.



No início da povoação, seus moradores favoreceram-se muito da riqueza dos transportes no Rio Cuiabá que banha o município e tem um importante histórico com as entradas e bandeiras. O caminho desenhado às margens do Rio Cuiabá era percorrido por comerciantes que levavam mercadorias da região de Jangada até Cuiabá e Várzea Grande em lombo de burros e, às vezes, em carros de boi. O percurso durava 10 dias, em viagem de ida e volta segundo o Sr. Antônio Sales (2015):

Outro tempo aqui eu ainda ascaneei o tempo de viaja, a gente falava tropa de boi daqui pra Cuiabá. Levava mantimento daqui pra vender pra Cuiabá, nos cargueiro. Eu era pequenininho, eu acompanhei meu pai. Levava arroz limpo no pilão, socado no pilão (informação verbal)<sup>35</sup>.

Ferreira (1958) nos explica ainda que os excedentes agrícolas eram levados para a capital, através de caminhões ou simplesmente em tropas de bois cargueiros. E que esta modalidade de transporte só mudou devido “a audácia dos motoristas” (p. 37) que percorriam as poucas estradas rodoviárias que existiam na época, como por exemplo, a BR-29 que foi aberta em 1940 e posteriormente passou a se chamar BR-364.

O desenvolvimento propriamente dito do município de Jangada deve-se ao fato da região ser entroncamento rodoviário (acesso para a BR-163<sup>36</sup> e para a MT-358, que dá acesso ao município de Barra do Bugres e Tangará da Serra), com acesso a diferentes regiões do Estado, facilitando o fluxo migratório daqueles que vinham em busca de novos rumos.

Do total de habitantes do município de Jangada (7696), grande parte (61,72%) vive na zona rural em várias comunidades espalhadas na região, como por exemplo: Mutum, Novo Mato Grosso, Vaquejador, Ribeirão das Pedras Acima, Minhocal, Campo Limpo, Nova Esperança, Barra de Santa Cruz, Santo Antônio do Barreiro e Raizama, nosso campo empírico, de cuja história relataremos mais uma parte a partir de agora.

A história dessas comunidades, e em especial de Raizama, faz parte da história de ocupação das terras do Brasil, bem como de Mato Grosso, que teve início com as chamadas ‘sesmarias’.

<sup>35</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>36</sup> A BR-163 é a principal via que corta Mato Grosso de norte a sul. A rodovia começou a ser construída em 1971 por militares e civis contratados pelo 9º BEC, sob o comando do Coronel José Meirelles, e seguiria rumo ao Pará. A entrega da obra à população foi realizada em 20 de outubro de 1976 pelo presidente em exercício, Ernesto Geisel. Atualmente, ela é o principal eixo de escoamento da produção agropecuária de Mato Grosso. No ano de 2012, 70% da produção de grãos mato-grossense chegou aos portos de Paranaguá, no Paraná, e Santos, em São Paulo, pela rodovia, o que equivale a aproximadamente 33 milhões de toneladas (ESTADÃO, 2013). No entanto, a estrada atravessa uma das áreas mais ricas do país em recursos naturais e potencial econômico. Importantes bacias hidrográficas, como a dos rios Amazonas, Xingu e Teles Pires-Tapajós também estão ali. Hoje, ela é rota para a degradação da Amazônia. “O que ocorre na prática é um forte processo de fragmentação florestal, que concentra altas taxas de desmatamento, tendo o gado, a soja e a retirada de madeira ilegal como os principais causadores”, explica Tatiana de Carvalho, da Campanha Amazônia do Greenpeace (GREENPEACE.ORG, 2012).

Segundo Diniz (2005), a história territorial do Brasil tem início em Portugal, onde encontramos as origens do nosso regime de terras. A ocupação das terras brasileiras em nome da Coroa trouxe o modelo português de propriedade para o Brasil chamado sistema de capitâneas. Tratava-se de uma forma de promover a ocupação da terra sem onerar a Coroa, uma vez que todos os gastos ficavam a cargo do donatário. A proposta buscava incentivar a ocupação das terras e estimular a vinda de colonos. Tê-la, no início da colonização, significava mais um dever do que um direito, já que sua cessão estava condicionada ao aproveitamento e transferência da terra após certo tempo. As sesmarias estavam regulamentadas segundo algumas ordens do Reino.

A monarquia portuguesa, nessa tarefa de povoar o imenso território, encontrou nas bases de sua tradição o modelo das sesmarias. Foram as normas jurídicas do Reino que orientaram a distribuição da terra aos colonos. Foi a partir de 1530 que a Coroa portuguesa empenhou-se em garantir a posse do território brasileiro, estruturando um sistema administrativo à situação do Reino na época e implementando uma modalidade econômica rentável dentro dos interesses mercantis. As cartas de Sesmarias eram documentos passados pelas autoridades para doar terras; nelas, os donatários ou governadores de províncias autorizavam ou não as doações.

Iniciadas e incluídas a partir do capitão-donatário de uma capitania, as sesmarias eram lotes de terra menor, que eram doadas a um sesmeiro com o intuito de principalmente tornar a terra produtiva. O sesmeiro tinha então a partir do recebimento do lote, a obrigação de cultivar a terra por um prazo de cinco anos, tornando-a produtiva e pagando os devidos impostos à Coroa.

O regime sesmarial teve fim em 17 de julho de 1822 quando Dom Pedro I (príncipe regente) baixou uma resolução pondo fim às sesmarias. Com isso, o Brasil passou 28 anos sem nenhuma outra lei exclusiva para normatizar a obtenção de terras. Somente em 18 de setembro de 1850 a lei nº. 601 foi criada e intitulada *Lei de Terras*, determinando que a obtenção só seria possível pela compra.

Segundo Strazzacappa (2006, p. 31):

A Lei de Terras foi elaborada pelos grandes latifundiários da época, com o objetivo de impedir que eventuais escravos libertados e imigrantes pobres se tornassem donos de terras. É oportuno lembrar que, em 1888, foi abolida a escravidão no Brasil, e muitos imigrantes para cá vieram, em substituição aos escravos. Com essa lei, desejava-se que tanto os escravos como os imigrantes pobres fossem sempre lavradores, garantindo assim mão-de-obra boa e barata.

Esta Lei serviu para favorecer a expansão dos latifúndios, não permitindo que escravos ou imigrantes adquirissem pequenas propriedades para praticarem a agricultura de subsistência.

Entre a Lei de Terras (1850) e a proclamação da República (1889), o Brasil passou por um período que consolidou os grandes e crescentes latifúndios. Não havia um poder público eficaz que fiscalizasse adequadamente o uso das terras. Um mesmo proprietário adquiria vários lotes de terras, a preços ínfimos, mas proibitivos para escravos libertos e imigrantes pobres, construía uma moradia em cada um deles e colocava os filhos mais velhos, irmãos, pais e demais parentes para ocupar temporariamente aquelas propriedades. Em seguida, iniciava uma cultura qualquer para caracterizar o uso e a moradia, obedecendo à Lei de Terras (STRAZZACAPPA, 2006, p. 32).

Já em Mato Grosso, o processo de ocupação das terras ocorreu de forma parecida, pois segundo relata Moreno (1999, p. 68):

Desde 1892, os diversos governos de Mato Grosso vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas/devolutas no Estado, quando estas passaram para o seu domínio, por força da Constituição Republicana de 1891.

Desta forma, a primeira lei de terras do Estado (nº 20/1892) e o seu regulamento (Decreto nº 38/1893) garantiram a regularização das ocupações já estabelecidas, sesmarias e posses até 15 de novembro de 1889. Fato este que alterou a data limite de 1854 determinada pela Lei de 1850.

Esta lei beneficiava basicamente os grandes proprietários (posseiros), pois as ocupações ocorriam em grandes áreas, auxiliadas pela economia do estado que se baseava na agricultura e na exploração da erva-mate, borracha e poaia<sup>37</sup>. Portanto, conforme explica Moreno (1999), mesmo o direito tendo sido assegurado para compra das terras devolutas, a Lei excluía os pequenos posseiros desse benefício, pois os mesmos não podiam efetuar a sua compra, nem fazer face ao sistema de produção vigente na época. Todavia, para a regulamentação das terras que se encontravam em situação ilegal até 1889, bastava a

---

<sup>37</sup> A poaia, como é conhecida a *Carapicheia ipecacuanha*, foi classificada como vulnerável à extinção na lista vermelha da flora do Brasil. A planta é uma espécie medicinal brasileira que tem em suas raízes dois princípios ativos importantes para a indústria farmacêutica a emetina e a cefalina. A partir deles é possível produzir expectorantes, antiamebicidas e anti-inflamatórios. A presença da poaia já foi abundante em Mato Grosso, mas a exploração extrativista é a forte indicadora do seu quase desaparecimento (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2017).

apresentação do registro feito nas Intendências Municipais, pelos juízes comissários. Este ato de legitimação de posses antigas, iniciado em 1892, ocorreu sistematicamente até 1930.

Esta forma de legitimação prejudicou não somente os pequenos posseiros como os trabalhadores e trabalhadoras do campo residentes nas pequenas comunidades tradicionais<sup>38</sup> rurais do Estado e as etnias indígenas. Pois, através da ocupação ilegal destas terras, muitas comunidades foram invadidas e perderam grande parte de seu território para estes invasores/exploradores.

Moreno (1999, p. 70) explica ainda que:

[...] A legislação Estadual de Terras previa a incorporação de terreno devoluto contíguo aos terrenos ocupados, desde que não excedessem à área cultivada e deveriam possuir, no máximo, 150 ha. Este dispositivo foi generalizado e aplicado também às alienações de terras feitas pelo Estado após 1892. Assim, da expedição do título provisório até a expedição do título definitivo, as áreas aumentavam consideravelmente de tamanho, chegando algumas a atingir mais de 15.000 ha. A soma dos excessos das áreas regularizadas chegou a ser superior à soma das áreas constantes dos títulos primitivos de domínio.

Já o trabalhador de Raizama, Sr. Galdino Sales (2015) nos relata:

[...] Aqui era as sesmarias, eu lembro bem, de um tempo que não sei se já ouviu falar, do tempo aí que aqui era uma área, conhecido como sesmaria, aí que foi loteando, para aqueles mais velhos, eu na época não peguei, mais porque eu tinha menos de 18 anos, era até 18 anos. Dos velhos até 18 anos pegava, a já loteou porque chegou gente daí de fora, comprou cinquenta hectares e ia cercando tudo essa área aqui, dois mil e poucos hectares, aí que você vê né, como que o povo de primeira era, eu lembro, esse eu lembro bem, comprou cinquenta hectare de um velho ali no Bocaina e ia cercar dois mil e quinhentas hectares (informação verbal)<sup>39</sup>.

Este fato descrito pelo Sr. Galdino foi recorrente no Estado e contou com a benevolência de vários governadores que fecharam os olhos aos abusos cometidos pelos particulares na apropriação das terras e na legalização dos excessos de áreas incorporados ao título original, acima do permitido por lei.

[...] os governadores acabavam legitimando as ações criminosas de alguns proprietários e agrimensores, aceitando e fazendo prosperar os processos ilegais de venda ou regularização de terras. A justificativa que se dava era a necessidade de se fazer caixa e aumentar a receita do Estado. A regularização de excessos de área implicava no recebimento de uma renda maior, já que eram cobrados de acordo com os preços atualizados pelo Governo (MORENO, 1999, p. 72).

<sup>38</sup> Assim chamadas, pois seus moradores afirmam que lá sempre estiveram. Explicam que são mais de cinco gerações vivendo naquele local.

<sup>39</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 12 de agosto de 2015.

Todos estes abusos foram praticados pelos proprietários que, ao registraram suas terras, declaravam áreas muito maiores às que realmente possuíam. Contudo, quando não conseguiam tomar as terras a partir das posses “legalmente” irregulares, usavam da força e da violência para expulsar essas pessoas que sempre viveram nas comunidades e dependiam daquelas terras para sobreviver.

O Sr. Galdino Sales (2016) nos conta, ainda, como tudo isso aconteceu em Raizama na década de 1970:

[...] Ai o que que aconteceu, essa foi mais ou menos em 75 por ai. Eu era criança. Nós tinha uma roça lá no portão, onde é a fazenda Bocaina agora. Bem donde era a sede, onde tem a sede Bocaina. Eu lembro bem como hoje, esse povo chegou lá, tinha comprado 50 hectare, um povo de fora tinha comprado 50 hectare de um tar de Caetano aqui, que era aqui da Bocaina, que fazia divisa com essa terra daqui, com essa (sesmaria). Ai na época, eles compraram 50 hectares, e esse 50 ia até lá onde nós tinha essa roça. Ai chegou lá, eu lembro memo que hoje, chegou uma caminhoneta, motorista e na carroceria, chegou lá no nosso barraco só atirano já, atirano, tiro daqui, tiro dali, tiro de lá, e gritano, igual esse jagunço faz memo né em certas fazendas ai. Ai o povo daqui medroso memo, não conhecia nada, teve que sair de lá na época, largar tudo pra ele. E desse 50 hectare que esse fazendeiro comprou ai, ele ia tomar tudinho. Ele trouxe agrumensor, ele ia medir de lá, passava a divisa e ia passar por ali. Ia coieno tudo. E nós, meu pai, já tava de mala na cacunda. Fazeno mala pra ir embora memo. Se não fosse, ia matar. E a gente não tinha força de nada memo na época. Ai que entrou uns pro meio né, deputado. Eu lembro que um foi o deputado que veio e bateu contra esse fazendeiro. Ai que saiu essa medição pra cada um ter direito a 50 hectares. Aquelas pessoa que tinha de dezoito anos pra cima (informação verbal)<sup>40</sup>.

Já o trabalhador, Sr. Antônio Sales (2016), complementa:

[...] Dai memo saiu. Ir embora. Saiu. Como saiu do Vaquejador, saiu de uma fazenda Bocaina que ali, que tomou. Que aqui também ia sair todo mundo. Lá naquela serra, tem uma boca de serra que o córrego do Ribeirão das Pedra, passa lá no vão da serra e passa lá. Ai nesse tempo entrou esse homem ia cerca tudo. Inclusive aqui ia sair todo mundo de mala na cacunda. Esse, num saiu porque através de mim. Eu que dei jeito, já arrumemo um cara que era muito nosso amigo, lá de Cuiabá que arrumou um advogado, que nós num saimo. Já tava tudo pronto pra sair daqui, de malinha na cocunda. Eu, meus pai, os pai no Nequinha. Ia sair tudo. Que o cara que entrou lá, veio já tirano picada, já cercano, e mandano o povo sair memo, e o povo saiu. Da Bocaina, tudo mundo. Esparramou por tudo esses lugar fora, longe. Ai que ficou Raizama. Que tem nessa comunidade só primo, primaiada. Então já vem vindo dos mais véio que já morava aqui. Graças a Deus a gente conseguiu ficar aqui (informação verbal)<sup>41</sup>.

Vale ressaltar, que estes relatos ilustram uma época em que foram implantados os primeiros programas de desenvolvimento da região Centro Oeste, efetivados, em grande parte no I e II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento), que incentivava à modernização

<sup>40</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>41</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

agropecuária e integração da região aos outros mercados. Isto resultou em um grande aumento no fluxo migratório nesta região.

Além disso, houve a abertura dos grandes eixos rodoviários, especialmente a BR-163 Cuiabá-Santarém (1971-1976 – passando por Jangada), que foi um marco representativo da efetiva implantação dos projetos de colonização. Porém, conforme já relatado, nem tudo foi realizado de acordo com a legislação vigente na época.

Também foram criados programas de desenvolvimento regionalizados com o objetivo de “estimular e assegurar a permanência dos habitantes nos espaços abertos à colonização, estimulando seu desenvolvimento” (SIQUEIRA, 2002, p. 234). Desta forma surgiram o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN). Todos eles eram coordenados pelo governo federal e contavam com recursos de outros países, especialmente do Banco Mundial.

Assim, o que observamos através da história e dos relatos é que essas ações, muitas vezes criminosas, foram legitimadas pelos governantes (com poucas exceções) que aceitaram e fizeram prosperar os processos ilegais de venda ou regularização de terras, pois em Raizama, por exemplo, nunca mais foram recuperadas.

Como consequência desta “colonização acelerada”, ocorreu a multiplicação de novos municípios e surgiu um novo tipo de atividade agrícola, isto é, a agricultura altamente capitalizada e mecanizada, cuja forma mais difundida em Mato Grosso é a cultura da soja. Outra atividade econômica importante nestas áreas é a pecuária, que vem penetrando cada vez mais nas áreas florestais.

Segundo Cunha (2006, p. 90):

Foram diversos os problemas inerentes a ocupação do Estado, como, por exemplo, o desrespeito às terras indígenas e a devastação ambiental. Estes aspectos constituem elementos importantes que estão relacionados ao processo de expansão da fronteira agrícola no Estado do Mato Grosso.

Estas características do processo de ocupação territorial, aliadas à expansão do modelo agrário convencional, foram extremamente prejudiciais para o trabalhador do campo e causaram fortes impactos socioambientais, como por exemplo, as ocupações irregulares que ocorreram em todo estado, inclusive na região de Jangada/Raizama.

Com isso, conforme relatamos, a população de Raizama, mesmo tendo muitas histórias para contar sobre seu passado, seus costumes e tradições, não possui nada

documentado sobre este período histórico, tão pouco existe pesquisa realizada com o objetivo de fundamentar e registrar essas histórias, ou averiguar a possível descendência indígena, seus significados e o que isso acarretou na ocupação daquele território.

No entanto, a comunidade consegue manter inúmeros princípios, valores, costumes e tradições que não se perderam ao longo do tempo, nem mesmo depois do sofrimento com o processo injusto de ocupação, e que independem de sua origem ainda não provada, sendo a solidariedade e a reciprocidade características importantes que ilustram o modo de ser e viver em Raizama.

## 2.2 Raizama e sua resistência enquanto comunidade tradicional

Porque a gente tem muito tempo. Eu lembro, desde o tempo que eu me entendo por gente, e já vinha vindo, veja só pra completa. Uma comunidade tradicional desta aqui que meu avô nasceu aqui, então como que não tem uma comunidade (GALDINO SALES, 2016 – informação verbal)<sup>42</sup>.

De acordo com a entrevista concedida pelo Sr. Galdino Sales, Raizama pode ser considerada uma comunidade tradicional, pois seus antepassados sempre viveram naquela região e historicamente resistiram a todos os percalços pelos quais passaram.

Porém, nem sempre Raizama foi chamada de comunidade, bem como não era entendida por seus moradores como tal, pois durante muito tempo o local foi chamado de Arraial ou como dizem seus moradores “Arraiá”. Somente depois que a Comissão Pastoral da Terra – CPT<sup>43</sup>, na década de 1980, começou a desenvolver projetos no local, que seus habitantes passaram a se enxergar como comunidade.

O trabalhador, Sr. Manoel Nunes (2015) nos conta como isso aconteceu:

Porque aqui antigamente nós num conhecia nem por comunidade, aqui nós num conhecia nem o que era uma comunidade. Ai, nós num cunhecia aqui por comunidade, conhecia aqui por arraiaá, chamava arraiaá. Por exemplo, arraiaá de raizama, arraiaá de Arabatina, arraiaá de Buriti, arraiaá de Cravinho. Depois de vários tempo que começou a irmã Vera, participa da nossa comunidade, ai que passou o nome de comunidade, nós num sabia o que que era comunidade. Custei pra entender o que que era comunidade. Então ela veio, chamou, fez a runião com o pessoal, a primeira runião foi na casa dele ali, embaixo do pezinho de mangueira, que a casinha dele era de paia, era só uma casinha. Então lá foi a primeira runião que foi

<sup>42</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>43</sup> A CPT foi criada em 1975, em plena Ditadura Militar, como articulação de trabalhos desenvolvidos junto aos camponeses e trabalhadores rurais em diversas dioceses do país. Tem como missão: 1) nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); 2) nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade; 3) na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças: sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da “terra sem males” (CPT, 2016).

feito. Depois que foi criado a comunidade, foi feito as reuniões, pessoas foram participando, juntou junto com sindicato, criou sindicato aí o sindicato ia participar, já começou a andar as coisas mais. Aí que a irmã Vera começou a participar, surgiu o nome da comunidade, com aquele Padre Paulo. Esse Padre Paulo com essa irmã, eles formaram aqui o nome de comunidade, aí que nós passamos a conhecer o nome de comunidade e daí pra cá que veio, continuamos até hoje, tá o nome da comunidade, que dividiu as comunidades (informação verbal)<sup>44</sup>.

E o Sr. Antônio Sales (2016) reafirma a história nos dizendo que:

Tinha bastante nominho. Outro tempo não era comunidade, era arraia. E cada gente falava arraiazinho, de cinco, seis moradores, aí lá tinha um nominho. Tinha buriti, que tem uma cabeceira lá que tem bastante buriti. Mas pra ciminha era rebatinga, que era onde meus pais, os mais velhos morava. Aqui mais perto era um tar de gratinho, aí no meio arraizama. Era bastante nominho que tinha. E as comunidades, esse foi tudo de um tempo pra cá que as irmãs, era padre Paulo também, ele ajudou bastante também a organizar, as irmãs organizaram as comunidades (informação verbal)<sup>45</sup>.

De acordo com os relatos das trabalhadoras e trabalhadores de Raizama, durante grande parte da existência do lugar as terras foram comunais, não havia cercas, as plantações eram feitas em conjunto e todos os animais eram criados soltos, sem marcação de propriedade ou algo parecido. O Sr. Manoel Nunes (2016) nos conta que:

A terra era assim, era comum. Aí naquele tempo, não achava lugar de terra boa, aí cada um ia fazer a roça, ia caçar mato, pra fazer a roça no mato, aonde que ele ia achar terra boa. Aí aonde ele achava uma terrinha, ali ele fazia roça. Aí fazia junto, ou fazia vários dele só num lugar. E quando a área era pouco, aí ele fazia sozinho, só daquela pessoa (informação verbal)<sup>46</sup>.

Já o Sr. Galdino Sales (2014), relata que: “[...] criava gado na época com uma criação com tudo misturado soltava no campo só ia ver cada 15, 20 dias que a vaca estava parindo né, que ia ver que estava com bezerrinho né” (informação verbal)<sup>47</sup>.

Isso só começou a mudar com a chegada de pessoas de fora da região. Algumas vindas do sul do país que compraram terras e se tornaram fazendeiros no local com a apropriação ilegal de parte das terras. Foram inúmeros os conflitos agrários que marcaram a história de Raizama, sendo que em alguns momentos muito mais graves, pois terras foram apoderadas através da força fazendo com que trabalhadoras e trabalhadores tivessem que fugir para as cidades mais próximas.

<sup>44</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>45</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>46</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>47</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 10 de junho de 2014.



O Sr. Antônio Sales (2016), nos explica que “não tinha cerca nenhuma. É que nessa época, tudo por aqui era comum. Então, mudou muito o povo porque entrou gente de fora. Então mudou muito o povo de perto” (informação verbal)<sup>48</sup>.

Depois de passar por todos estes problemas, a comunidade decidiu cercar as terras e dividir as propriedades para que não mais perdesse aquilo que lhe pertencia de direito para pessoas estranhas vindas de outros lugares do país.

Como as terras tinham como origem as “sesmarias”, o Prefeito de Acorizal<sup>49</sup>, na época (década de 1960/70), as dividiu entre os moradores mais idosos do lugar até aos que já tinham completado 18 anos, fazendo a doação dos títulos, conforme explica o Sr. Manoel Nunes (2016):

Porque daí quando começou a dividir as terras, aí que começou a cerca. Que aí veio a demarcação da terra né, aí cada um com o lote né, aí que veio a imprantação das cerca. Inclusive, eu quando morava pra lá, era assim, não tinha nada. Aí depois que fez isso, aí que passei pra cá, porque pra mim saiu aqui (informação verbal)<sup>50</sup>.

Porém, na década de 1990, o governo do Estado lançou o Projeto Varredura que tem sido desenvolvido pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) e apoio da Secretária de Desenvolvimento Rural, com ações voltadas ao resgate da cidadania de famílias de trabalhadores camponeses do Estado.

Através da varredura fundiária, famílias de pequenos proprietários de imóveis rurais, ocupantes de áreas com títulos de terceiros, ganharam o reconhecimento da posse de terra e adquiriram mais segurança com a entrega de certidões administrativas, pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat).

Esse documento é um instrumento público que pode ser utilizado para ação de usucapião coletivo e para alocar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), destinados a famílias de trabalhadores rurais assentadas<sup>51</sup>.

Em Jangada, município piloto (com os trabalhos iniciados em 1995), o projeto aprovado viabilizou o acesso, de antigos moradores da zona rural do município, a recursos federais antes exclusivamente destinados a assentados, considerando que a área é ocupada por grande número de pequenos produtores rurais, que vivem em posses antigas, ainda heranças das sesmarias (OLIVEIRA, 2005; PIMENTEL, 2001).

<sup>48</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>49</sup> Município ao qual Jangada fazia parte.

<sup>50</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>51</sup> Este programa permite financiamentos de até R\$ 12 mil por produtor. Com um prazo de dez anos para pagar, o agricultor conta com três anos de carência e juros de 4% ao ano. Se o devedor for pontual em seus pagamentos, esse percentual cai pela metade.

Porém, o projeto não chegou a ser realizado em Raizama, pois os técnicos responsáveis pela medição e documentação das áreas disseram que o documento existente de doação das terras pela Prefeitura de Acorizal na década de 1960/70 era suficiente para garantir direitos e possibilidades de financiamento rural pelo Governo Federal, conforme explica o Sr. Galdino Sales (2015), “[...] naquela época que veio essa varredura por aqui, isso foi bem recente, aqui não entrou porque eles vieram e viram o documento e disse que estava tudo ok e não precisava mexer” (informação verbal)<sup>52</sup>.

E, com isso, todos os proprietários de lotes em Raizama possuem uma documentação que não lhes permite conseguir recursos através de projetos do Governo Federal. O Sr. Antônio Sales (2016), relata:

Os governo, eles parece que caça jeito de prejudica aqueles mais fraco. Porque as terra foi tudo registrado os título. E dai demarcou os lote de cada um. Ai disque tá, num sei o que, ilegal. Ai tem que ver se dá pra medir outra vez pra fazer um tar de Geo. Fala em geo (informação verbal)<sup>53</sup>.

E o Sr. Galdino Sales (2015), complementa:

[...] agora está que esse título não serve, agora o pessoal daqui e de Ribeirão das Pedras se for fazer o financiamento não serve o título das terras, agora deu esse problema, porque na época não precisava mexer, naquela época lá. Agora tem que entrar na justiça para pedir outra medição e esse é o difícil, se de bastante é difícil, de cada um é pior (informação verbal)<sup>54</sup>.

E assim todos os lotes foram divididos e hoje a comunidade continua com este problema de documentação aguardando a Prefeitura de Jangada, que segundo eles, há tempos prometeu resolver a situação através da contratação de um agrimensor para realizar todas as medições necessárias para a regularização das terras.

E assim nos perguntamos o que significa nascer, crescer e viver em uma comunidade tradicional? Para tentarmos responder esta pergunta partimos para análise do conceito de comunidade que para Antonio Candido (2010, p. 76), consiste “[...] no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”.

Já o conceito de comunidade segundo o Vasallo (2004, p. 05), é:

[...] o grupo humano que habita en territorio determinado, con vínculos interpersonales, historia, formas de expresión y tradiciones, sobre todo con intereses relacionados a grupos humanos con una historia común y una historia en construcción que comparten territorios comunes, vínculos cotidianos (práxis cotidiana), grupo portador de una cultura específica, de una subjetividad social particular. Espacio de interdependência y desarrollo de lãs relaciones interpersonales

<sup>52</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 12 de agosto de 2015.

<sup>53</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>54</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 12 de agosto de 2015.

socializadas, encaminadas a la transformación socioambiental del hombre y su entorno, que puede o no asociarse a um determinado espacio geográfico [...]. La comunidad se conforma objetivamente y a partir de ello puede ser determinado como el espacio físico ambiental que propicia un conjunto de relaciones e interacciones sociopolíticas y económicas, que conducen a la expresión de las relaciones interpersonales sobre las bases de necesidades espirituales y materiales; todo lo expuesto trae como resultado las tradiciones, historia, identidad y experiencia del sentido de pertenencia de toda persona. La base sólida de la vida comunitaria es la actividad económica y unida a ello las necesidades sociales.

Ou seja, as múltiplas relações, todas as formas de viver em e na comunidade são criadas por uma teia de relações sociais interativas, estabelecidas por um modo de vida próprio em um determinado tempo/espço.

As mulheres e homens destes lugares constroem laços de afetividade e consideram o território como uso, apoderamento, afeto e símbolos específicos deste espaço. A comunidade possui características específicas de vivências e formas singulares de agir, pensar, habitar em/na comunidade. Segundo Ramos (2009, p. 08), são três os aspectos fundamentais para conceituar os espaços de uma comunidade:

[...] primeiro, a comunidade é um espaço de vida na cotidianidade; segundo, o que está dentro da comunidade são pessoas e suas relações; finalmente, o que caracteriza a comunidade é o fato de que a vida de alguém pode ser totalmente vivida dentro dela.

Entendemos com isso, que as relações sociais que estão ligadas a um território constituem a vida em uma comunidade. Porém, não compreendemos este território apenas em seus limites geográficos de uma moradia, mas sim os ambientes que se expandem para além dos espaços demarcados. Segundo Souza; Brandão (2012, p. 111), “o território neste caso é dinâmico, os limites e as fronteiras perdem as suas características principais, dando lugar para a referência significativa na vida das pessoas”. Esta forma de vivenciar o espaço foi observada em Raizama, pois as relações sociais construídas para a existência da vida naquele espaço ultrapassam os limites físicos geográficos da comunidade, sendo estabelecidas entre muitas outras comunidades próximas a ela.

Com base no que foi explicado, podemos agora compreender o que é uma comunidade tradicional a partir de vários aspectos e autores. De acordo com o Decreto N<sup>o</sup>. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, promulgado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Estas são consideradas tradicionais pela história, costumes e tradições preservados pelos seus moradores e moradoras que lá estão há muitas gerações. Herdeiros(as) que se reconhecem pertencentes ao local em que os mais velhos ainda guardam memórias de seus ancestrais, conforme relata o Professor Lucídio Sales (2016) de Raizama: “[...] eu acho que tradicional porque essas pessoas sempre viveram ali, cada comunidade tem suas tradições” (informação verbal)<sup>55</sup>.

Para tanto, Brandão; Leal (2012, p. 77) compreendem, que a comunidade é o lugar humano da vida:

[...] Desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e “comuneiros” reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha. É a associação, quanto mais livre e auto-assumida melhor – de pessoas que se congregam para serem, em meio a um mundo como o da grande cidade, o que desejam ser nela ou por oposição a ela.

Tais características são reconhecidas em Raizama, pois seus moradores afirmam que são tradicionais por existirem e resistirem às mudanças e ao sistema existente “lá fora”<sup>56</sup>.

Observa-se, assim, que a comunidade não se faz tradicional somente por apresentar aspectos folclóricos de sua cultura, mas sim como estratégia de defesa onde o modo de existir é dividido entre a relação dependente com o “mundo lá fora” e uma protegida quase-invisibilidade. Quase invisíveis, mas presentes. Enfim, são tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, são antigas e resistentes. “Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem chega de fora” (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 85).

São tradicionais porque representam uma forma de resistência às relações que hoje são construídas a partir de coisas e de trocas de mercadorias e não mais a partir de relações centradas em pessoas e redes de mutualidade. Existe, na vida em comunidade, como já foi citado, um sentimento de afetividade e reciprocidade. Laços que são construídos pelo viver juntos em um mesmo espaço. Isto faz de um lugar uma comunidade, onde mulheres e

<sup>55</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 13 de agosto de 2016.

<sup>56</sup> Forma pela qual os moradores explicam a existência de um sistema de produção (capitalista) diferente do sistema deles que perpassa pelo trabalho coletivo.

homens produzem a vida garantindo sua existência a partir do compartilhamento de um modo de vida.

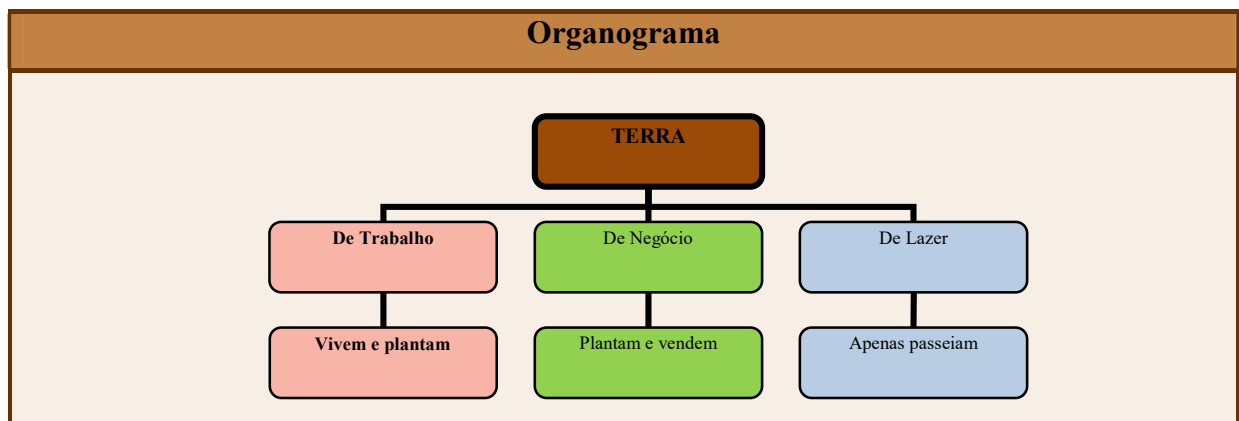
Segundo Diegues (2001), estas comunidades tradicionais possuem características que as tornam diferentes pela maneira de ser e pensar o mundo expressa por seus moradores, como: a relação de dependência da natureza, a forma de manejo da terra, a reduzida acumulação de capital - pois produzem prioritariamente para subsistência -, o pouco uso da tecnologia, a experiência vivida, percebida e herdada de gerações passadas, o trabalho coletivo, a autoidentificação com o local e o sentimento de pertencimento, além das simbologias próprias como rituais, mitos, festejos religiosos e a ocupação do território por várias gerações.

Já Acosta (2016, p. 104) considera que “[...] certamente, devemos aceitar que o ser humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, como parte integrante da Natureza, assumindo que os seres humanos somos Natureza, sem pretender dominá-la”.

Porém, uma das principais características dessas comunidades tradicionais, de uma forma geral, é o seu modo de produção que é próprio de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde a dependência do mercado já existe, mas não é total. Isto pode ser notado em Raizama, porque existe uma grande dependência destes seres humanos em relação à terra, pois é através dela que historicamente estas pessoas reproduzem sua vida material e imaterial, fazendo com que eles ainda não dependam exclusivamente da cidade para sobreviverem.

Souza (2011b) relata que, para aqueles que produzem sua existência em uma comunidade tradicional, a terra é símbolo de vida e de trabalho e de onde retiram o sustento de sua família, conforme apresentado na imagem a seguir:

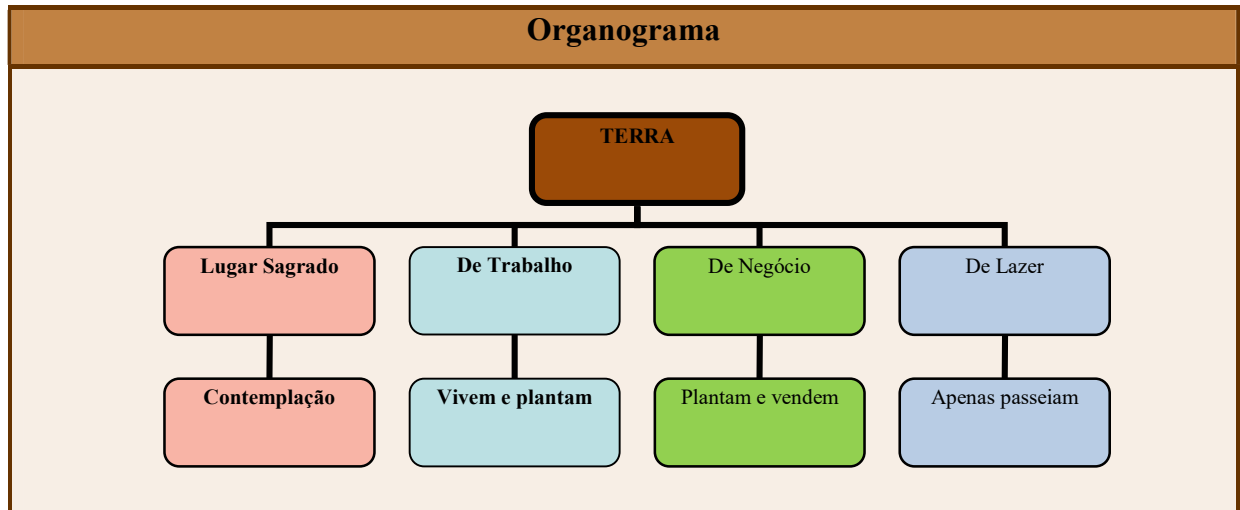
**Quadro 04: Categorias de uso da terra 1**



Fonte: Souza (2011b)

No entanto, Oliveira (2010) acrescenta ainda a terra como lugar sagrado, o lugar de encontro com Deus. A “mãe” que dá bons frutos e onde descansam os antepassados. É a raiz da economia de um povo, da sua cultura e espiritualidade. Ou seja, a terra também é objeto de contemplação conforme apresentamos no organograma a seguir:

**Quadro 05: Categorias de uso da terra 2**



Fonte: Oliveira (2010) e Souza (2011b). Adaptado pela autora.

Desta forma, para os(as) trabalhadores(as) rurais de Raizama, a apropriação se dá na posse da terra e no trabalho familiar e livre, muito diferente da apropriação configurada pelos capitalistas que se assenta na propriedade privada e na exploração do trabalho alheio. Segundo Martins (1980), quando o capitalista se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio, quando o(a) trabalhador(a) se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São gestões distintas de propriedade, em aberto conflito com o outro.

Já Diegues (2001, p.82), nos relata que:

[...] essas sociedades desenvolvem formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pelas ideias de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

Estas comunidades são diferentes (tanto sua concepção como a representação do mundo) daquelas associadas ao modo de produção capitalista onde a força de trabalho e também a natureza já se transformaram em mercadoria.

Com isso, considerando os diversos pontos que caracterizam uma comunidade tradicional já podemos apresentar Raizama, nosso campo empírico, em uma tentativa de compreensão de sua realidade concreta.

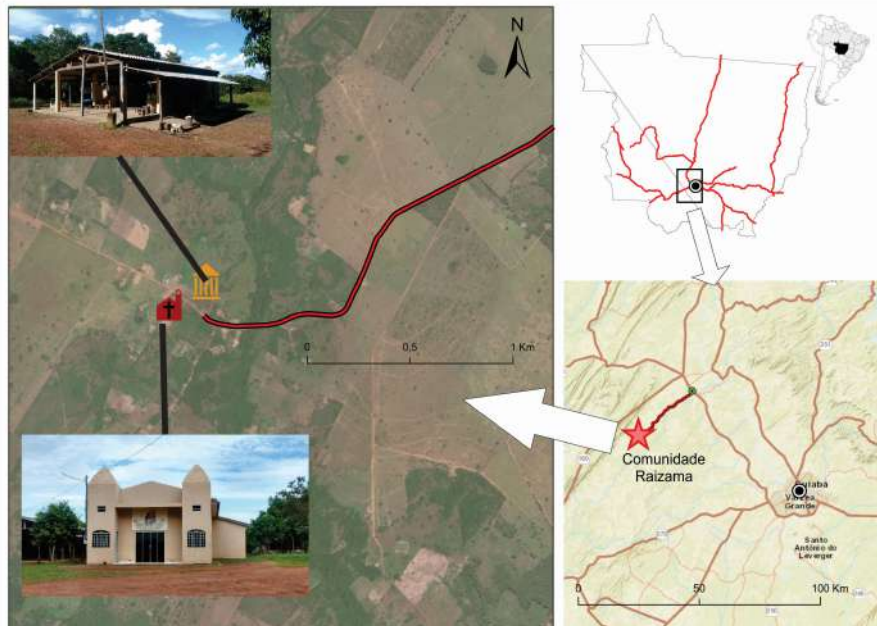
A Comunidade Tradicional Raizama está localizada no município de Jangada distante 110 km da capital do Estado do Mato Grosso – Cuiabá (imagem 19). De acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de Jangada contava com 7.696 habitantes, sendo 2.946 (38,28%) residentes na cidade e 4.750 (61,72%) no campo onde estão os habitantes de Raizama. Estes números não acompanham a média estadual e brasileira, pois segundo o mesmo censo, em Mato Grosso, do total de 3.035.122 pessoas, 2.482.801 pessoas vivem na cidade (81,80%) e 552.321 (18,20%) estão no campo. Já os números no país<sup>57</sup> apontam que 84,4% da população brasileira vivem na cidade e 15,6% estão no campo. Percebemos com isso, como o município de Jangada ainda é bastante rural, e também como a atividade agrícola possui muita importância econômica para o local, principalmente a atividade dos pequenos produtores rurais moradores das comunidades tradicionais localizadas no município.

Já o nome Raizama foi a dado à comunidade devido às numerosas raízes existentes no córrego (chamado pela comunidade de corixo) que passa pelo local.

---

<sup>57</sup> Esses números foram retirados do censo 2010 conforme já explicamos. No entanto, o IBGE divulgou no dia 31 de julho de 2017 a publicação “Classificação e características dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação”, em que relata que atualmente o Brasil é “um país menos urbano”, embora 76% da sua população ainda se concentrem em áreas predominantemente urbanas e habitem apenas 26% do total de municípios brasileiros. Na proposição da nova topologia a ser utilizada para caracterizar os dois espaços, que adota nova metodologia, a população urbana cai nestes sete anos da data base dos dados utilizados dos 84,4% que vigorava na metodologia até então utilizada para 76%, concentrados em 26% dos municípios. Já 60,4% dos municípios existentes enquadrados como rurais concentram apenas 17% da população total do país. O objetivo do estudo é promover uma discussão sobre os critérios de distinção entre rural e urbano até 2020, para que seja possível aprimorar a divulgação do próximo Censo Demográfico. O instituto reconhece, entretanto, que a questão toca em pontos sensíveis, o que deve gerar um debate na sociedade. Atualmente, cada município define através de legislação municipal própria o que é considerado zona urbana e zona rural. A classificação determina a forma de incidência de tributos. Na área urbana é cobrado o IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano, recolhido para os cofres municipais, enquanto que na área rural a arrecadação é federal, explicou o órgão. A proposta do IBGE adota três critérios básicos para a elaboração da nova classificação: a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Após análise dos critérios, os municípios foram caracterizados como "urbanos", "rurais" ou "intermediários". A metodologia aplicada segue as mesmas orientações de organizações internacionais como a União Europeia, e a de países como os Estados Unidos, o que permitiria a comparabilidade dos resultados brasileiros. O coordenador de Geografia do IBGE, Claudio Stenner, enfatiza, no entanto, que a nova metodologia não vai substituir a utilizada atualmente e que “o IBGE vai continuar a delimitação legal de urbano e rural” ([www.agenciabrasil.etc.com.br](http://www.agenciabrasil.etc.com.br)).

### Imagem 19: Localização da Comunidade Tradicional Raizama



Fonte: Organizado pelo Prof. Dr. Emerson Santos (Depto. Geografia/UFMT - 2017)

O acesso até a comunidade é feito a partir de Cuiabá pela MT – 010, estrada pavimentada, até Acorizal, totalizando 63 km. Saindo de Acorizal, ainda pela MT-10 chega-se ao trevo da BR 163/364 que dá acesso ao município de Jangada totalizando mais 16 km. De lá até a Comunidade Raizama são mais 31 km de estrada não pavimentada (geralmente em bom estado de conservação), conforme pode ser observado nas imagens a seguir:

### Imagem 20: Estrada não pavimentada



Fonte: Monlevade (2016)



Chegando em Raizama observamos que as casas não são tão próximas umas das outras como em muitas outras comunidades tradicionais do Estado, fazendo com que não seja tão simples encontrar seus moradores e suas respectivas terras/residências.

Logo na chegada à comunidade, do lado direito da estrada, encontra-se a farinheira de Raizama. Um pouco mais à frente, do lado esquerdo, temos a igreja católica e o salão de eventos onde se realizam as festas de santos e as ações sociais. Bem em frente à igreja, do lado direito da estrada, existe um campo de futebol onde mais eventos são realizados. A partir deste núcleo, as residências se espalham pela região, sendo possível chegar a todas elas com a ajuda de algum morador, pois todos se conhecem. Candido (2010, p. 76) explica que as “[...] habitações podem estar próximas umas das outras, e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega”.

Bem próximo à igreja encontramos também uma pequena casa, bem antiga, que é utilizada pelos moradores como escola. Pois, neste local acontecem as aulas da EJA (Educação de Jovens e Adultos) durante a noite e de catequese para as crianças nos finais de semana. Os cursos que ocorrem na comunidade levados pela CPT ou pelo sindicato também acontecem neste local.

Observamos, no decorrer da pesquisa, que a maioria das casas da comunidade já são construídas de alvenaria, sendo que algumas já possuem banheiro dentro do imóvel. Já em outras, o banheiro se localiza do lado de fora, mas bem próximo à casa. A mesma coisa acontece com a cozinha, pois alguns ainda utilizam somente o fogão a lenha, e por isso a cozinha é aberta ficando longe dos quartos e da sala da residência. Já os demais que possuem os dois tipos de fogão e que preferem utilizar o fogão a gás, geralmente o fazem em uma cozinha que fica junto aos demais cômodos da casa.

A água utilizada pelos moradores vem de poços artesanais, bem como de um poço artesiano construído para abastecer a comunidade. Todos os moradores possuem energia elétrica e a grande maioria possui também celular e antena parabólica. Observamos assim, um cenário em que a tecnologia contrasta com a natureza, pois ao mesmo tempo em que estas trabalhadoras e estes trabalhadores cultivam sua horta, criam seus animais, plantam mandioca, fazem farinha e cozinham no fogão a lenha, também passaram a usufruir de um pouco mais de conforto com a chegada da energia elétrica, como por exemplo poder contar com geladeira e chuveiro elétrico, televisão e ventilador, além do telefone e da internet a rádio que existe no local.

No entanto, apesar da comunidade já possuir um pouco mais de comodidade para seus moradores, ela ainda não possui um posto de saúde, sendo o mais perto localizado na Comunidade Mutum a 08 km de distância. Desta forma, quando necessário, o morador precisa se deslocar até Mutum para se consultar. Neste posto de saúde (imagem 21), havia até janeiro de 2017 apenas uma médica que atendia duas vezes por semana, porém agora só há uma enfermeira e um dentista, pois a médica foi transferida para outro município e até o momento não há previsão da Prefeitura de Jangada substituí-la.

Todavia, a prefeitura, de tempos em tempos, encaminha para a região (em forma de rodízio) médicos que atuam na cidade, na tentativa de fazer uma prevenção e cuidar das famílias moradoras da zona rural do município. Porém, como o tempo entre uma visita e outra é longo, as trabalhadoras e os trabalhadores de Raizama geralmente procuram o posto de saúde e o hospital de Jangada em casos mais graves e esforçam-se para utilizar os remédios caseiros para casos mais simples, pois ainda se trata de um costume do lugar, principalmente entre os mais idosos<sup>58</sup>.

**Imagem 21: Unidade Básica de Saúde localizada na Comunidade Mutum**



Fonte: Monlevade (2018)

Em Raizama, encontram-se aproximadamente 70 famílias<sup>59</sup> que vivem/sobrevivem de diversas formas, como por exemplo, a partir da produção de rapadura, além da colheita de frutas, verduras e legumes, bem como a criação de pequenos animais para subsistência, conforme observamos na imagem 22.

<sup>58</sup> O assunto será melhor explicado no terceiro capítulo.

<sup>59</sup> Este número é uma média que foi calculada com base nas informações apresentadas nas entrevistas realizadas.

### Imagem 22: Produção na residência da Sra. Jovina Almeida



Fonte: Monlevade (2017)

Encontramos também, além de trabalhadoras e trabalhadores rurais, alguns servidores públicos municipais, muitos aposentados rurais (basicamente os maiores de 70 anos) e outros que se consideram desempregados por não possuírem um trabalho assalariado (geralmente são os mais jovens que se reconhecem nesta situação).

Na comunidade existe ainda a Associação dos Produtores Rurais da Raizama I que retomou a produção associada da farinha de mandioca que ajuda a suplementar a renda familiar na comunidade, conforme relata a Sra. Justina (2016) “a renda da farinheira é só pra complementá” (informação verbal)<sup>60</sup>. Esta, por sua vez, muito conhecida em toda baixada cuiabana pela sua qualidade.

<sup>60</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 28 de agosto de 2016.

## CAPÍTULO 03

### A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA EM RAIZAMA/MT: SER E VIVER ASSOCIADAMENTE

Instruí-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa inteligência. Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo o nosso entusiasmo. Organizai-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa força (GRAMSCI, 1919).



Fonte: Pauluzi (2017)

O terceiro capítulo destaca as análises dos dados/fatos e acontecimentos observados durante a realização da pesquisa de campo considerando os espaços de trabalho coletivo como a farinha e os mutirões. Além disso, apresentamos outros momentos da existência solidária e cooperativa em Raizama, além de abordarmos um pouco desta existência/resistência frente ao capital. Bem como, apontamos aspectos das relações sociais em comunidade.

### 3.1 Mandioca, a “Raiz do Brasil”

#### **Farinha é de mandioca**

Sou feita de mandioca  
 Passada no caititu  
 Qualquer mistura me agrada  
 Nas mesas de norte a sul

Nada contra quem pensava  
 Que eu fosse de macaxeira  
 Sou irmã da tapioca  
 Que sai da manipueira

Me escalda o caldo de tudo  
 Carne, peixe, ovo e galinha  
 Quem me consome eu saúdo  
 Me orgulho de ser farinha...

Farinha de mandioca  
 Farinha de cada dia  
 Farinha que mata a fome  
 Farinha que delicia

Farinha que faz farofa  
 Farinha que faz pirão  
 Farinha que faz paçoca  
 Arrumadinho e bolinho de feijão

**Eliezer Setton**  
**Compositor Nordestino**

A mandioca é uma raiz nativa da Amazônia brasileira e possui aproximadamente quatro mil variedades (EMBRAPA, 2006) e justamente por isso é um símbolo da identidade cultural do país. A produção de mandioca é milenar, pois é cultivada pelos índios há milhares

de anos. Escavações arqueológicas desvendaram que há cerca dois mil anos já se fazia uso de pilões para socar mandioca e milho, encontrando-se também silos para armazenar esses produtos. As pinturas rupestres representando “tipitis” indicam que também se dominava a técnica de fabricação da farinha, o que atesta que a mandioca fazia parte da alimentação da população dessa época (PINTO, s/d).

Existe uma lenda indígena bastante conhecida que conta o surgimento desta planta que se tornou parte da alimentação dos brasileiros.

Filha do cacique da tribo, foi concebida sem que tivesse um pai. O chefe da tribo furioso, condena a filha grávida a morte, mas em sonho é avisado para não executar a filha. A jovem, então dá a luz a uma menina muito bela e branca, “Mani”, que com menos de um ano já falava fluentemente. Para a desgraça de todos, ao completar um ano, morre inesperadamente, sem sinais de sofrimento. Enterrada, do seu túmulo, nasce espontaneamente uma planta de folhas grandes e raízes grossas e fortes que fazem rachar a terra. Reconhecendo nas raízes que vinham da terra, a cor branca de Mani, a indiazinha falecida, os índios batizaram-na de “Manihoc” e dedicaram-se ao seu cultivo para sempre (MACHADO, 2017).

A mandioca foi o primeiro produto registrado pelos colonizadores que no Brasil chegaram, conforme consta na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal: “Eles (os indígenas) não comem senão d’outra coisa a não ser dum inhame (mandioca) que brota da terra”. Além disso, é uma raiz classificada pela quantidade de ácido cianídrico que possui, podendo ser a mansa (também chamada de doce, macaxeira ou aipim), ou a brava, que é venenosa.

Segundo Putz (2004), a produção da farinha de mandioca que se tornou um dos principais sub-produtos da raiz, era um trabalho basicamente feminino. Depois de arrancar as raízes, as mulheres indígenas ralavam o alimento em um tipo de prancha de madeira cravejada de pedras pontudas. A massa que dali resultava era então passada no tipiti, instrumento de tranças vegetais feito para filtrar a manipueira (caldo venenoso pela presença de ácido cianídrico), e levada a grandes panelas de barro sobre o fogo. Sem parar de mexer, as índias deixavam a massa ser cozida até atingir o ponto desejado. Havia dois tipos principais: a farinha fresca, que durava somente três dias; e a chamada farinha-de-guerra, que depois de muito bem torrada, durava mais de um ano. A farinha-de-guerra ganhou esse nome por integrar o farnel das expedições guerreiras tanto de indígenas quanto de portugueses.

Uma singularidade observada pelos europeus era a forma de consumo da farinha pelos indígenas que foi apelidada de arremesso, isso porque os indígenas pegavam a farinha com os dedos, fazendo um punhado, e atiravam à boca sem deixar cair um grão sequer. Inclusive esta forma de se alimentar era um costume dos mais idosos da Comunidade Raizama. Segundo

relatos é um hábito comer a farinha de mandioca, a paçoca de carne e outros alimentos também feitos à base de farinha utilizando as mãos, principalmente durante os mutirões para plantar e colher.

Outro alimento da culinária indígena preparado a partir da mandioca é o beiju. É produzido com manipueira seca ao sol ou evaporada se cozida no fogo. As mulheres indígenas colocavam essa fécula em uma espécie de frigideira e deixavam aquecê-la até se tornar consistente. Com técnicas criadas pelos indígenas, a raiz dá origem a outros produtos que, até hoje, compõem a mesa do brasileiro como o pirão e o tucupi.

A mandioca teve papel essencial na alimentação dos povos indígenas, dos portugueses, e dos bandeirantes. Segundo Silva (2008), foi na época das expedições pelo interior do país, que a mandioca se tornou alimento para os bandeirantes, que faziam questão de manter grupos cultivando a raiz e produzindo a farinha. A importância histórica e cultural da mandioca está justamente no fato de ela ter sido base de sustento das pessoas durante a colonização do Brasil e dos povos antigos.

Por esses motivos, a mandioca é muito importante para a história do Brasil e, automaticamente, para a região onde se encontra a Comunidade Raizama, pois conforme o Censo Agropecuário de Mato Grosso (2006)<sup>61</sup>, o município de Jangada é o maior produtor de mandioca do Estado, sendo 18.425 toneladas por ano com 262 estabelecimentos identificados. Já o município de Nobres (segundo colocado) produz apenas 8.343 toneladas/ano e conta com 171 estabelecimentos verificados.

E se ainda considerarmos o município de Terra Nova do Norte que produz 2360 toneladas de mandioca por ano e possui 586 estabelecimentos cadastrados, percebemos o quanto o município de Jangada é importante neste segmento<sup>62</sup>.

Além disso, conforme explicamos, a comunidade ainda guarda traços/costumes da cultura indígena que há muito tempo está presente naquela região. De acordo com os relatos apresentados pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores de Raizama, a farinha de mandioca sempre esteve presente na dieta dos mesmos. O que mudou foi apenas a forma de produzi-la, pois antigamente era ainda muito mais artesanal/manual através de ralos, sucucris (imagem 23) e torradeiras.

---

<sup>61</sup> Segundo o IBGE o novo Censo Agropecuário de Mato Grosso será realizado ainda em 2017.

<sup>62</sup> Quadro em anexo com o Censo Agropecuário de Mato Grosso 2006 com a produção de mandioca em toneladas e quantidade de estabelecimentos por município.

### Imagem 23: Sra. Jovina Almeida segurando um “Sucuri”

O Sucuri é um instrumento utilizado na produção artesanal da farinha de mandioca. Coloca-se a mandioca ralada dentro deste tipo de cilindro para que a mesma possa ser torcida/espregida e assim perder o máximo de umidade possível para que depois possa ser torrada.

Atualmente este processo é feito em uma prensa mecânica.



Fonte: Monlevade (2016)

Hoje a comunidade conta com poucos equipamentos, porém os mesmos possuem inovações tecnológicas e são capazes de agilizar e facilitar parte do processo, como torradeiras e empacotadeiras elétricas. No entanto, mesmo com a aquisição dos novos equipamentos, não se perderam as características de um produto feito pelas mãos destas trabalhadoras e trabalhadores rurais, ou seja, ainda se trata de um produto artesanal.

### 3.2 A farinha e sua importância histórica para a comunidade

Produzir a farinha de mandioca sempre foi um costume para as trabalhadoras e trabalhadores de Raizama. Porém, nem sempre existiu um espaço destinado a esta prática, pois as famílias sempre produziram cada uma em sua casa, com seus utensílios rudimentares (também chamadas de tecnologias sociais, que abordaremos mais à frente) e, às vezes, contando com a ajuda dos vizinhos, conforme explica o Sr. Manoel Nunes (2016): “Eu criei, já existia farinha, só que não era com farinha naquele tempo. Era no ralo. A farinha sempre existiu. Nunca deixou de existir. Não era quantião assim, mas sempre existia sim” (informação verbal)<sup>63</sup>.

Os espaços chamados de farinheiras só surgiram na região, bem como em Raizama, no final da década de 1980 durante o governo Carlos Bezerra (1987-1990). Segundo relatos dos nossos entrevistados e entrevistadas os recursos eram disponibilizados através de projetos voltados aos pequenos produtores rurais, porém só poderiam ser utilizados por eles através de associações ou cooperativas. Através destes projetos, as associações poderiam receber

<sup>63</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.



recursos financeiros, pequenos tratores e até mesmo vacas leiteiras para ajudar na subsistência desses pequenos agricultores.

Assim, as trabalhadoras e os trabalhadores da região se organizaram com a ajuda do Estado e da Prefeitura de Jangada (Prefeito Sinobelino Machado da Silva – Gestão 1988-1992) para criar associações que pudessem receber os referidos recursos. Sabourin (2009), nos explica que as Associações de Produtores são destinadas a administrar a conexão entre o mundo doméstico local (a família, a comunidade etc.) e a sociedade externa: o mercado de troca, a administração, a cidade etc. Além disso, é o modelo de organização local dos agricultores que mais se desenvolveu nos últimos trinta anos.

A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, tais como a Igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos; a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos). Distinguem-se associações comunitárias, que agrupam os agricultores de uma mesma comunidade ou de um assentamento de reforma agrária, das associações de desenvolvimento, organizadas em geral na escala municipal e que federam várias comunidades (SABOURIN, 2009, p. 88).

Desta forma, a primeira farinheira foi construída na comunidade Mutum Boa Vista e recebeu recursos através da associação de seus trabalhadores(as) rurais.

Com o passar do tempo, mais comunidades se interessaram e mais associações foram criadas, neste tempo a comunidade Raizama e a Comunidade Mutum (são 08 km de distância entre as duas) se uniram para criar apenas uma associação que representasse todas as trabalhadoras e os trabalhadores, conforme relata o Sr. Galdino Sales (2017):

Primeiro formô Mutum, Vaquejador, que foi o pólo, que eles vieram fazer a formação, nós foi sócio do Mutum, dá associação do Mutum na época, e outros, de lá pra cá, que ficava perto do Vaquejador foi sócio do Vaquejador, da associação do Vaquejador, pra receber o reforço. Se não, tudinho ia ficá fora. E na época veio o recurso através da associação do Mutum e do Vaquejador [...] (informação verbal)<sup>64</sup>.

O Sr. Antônio Sales (2016) complementa:

Óia, saiu essa idéia de uma associação. Então o governador fez uma reunião aqui no Mutum com os povo das comunidade, ai foi aprovado uma associação no Mutum e ai ele trouxe uns técnico pra expriçá, pra vê se formava a associação, e formou. Formou a associação e teve diretoria, tudo. Foi tudo bem feito. Então daqui associou no Mutum. E dessa associação tinha que pagar um poquinho de mensalidade e já foi projetado a farinheira. Desde que montou a associação já foi projetado a farinheira (informação verbal)<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>65</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2016.

No entanto, O Sr. Galdino Sales (2017) nos explicou que em menos de um ano as moradoras e os moradores de Raizama começaram a se questionar o porquê de não criarem uma associação específica para a comunidade:

Nós era sócio lá, nós ajudou o Mutum, e outros ajudou o Vaquejador, era os dois mais forte. Mas aí logo depois, nós perguntemo, óia, ocê vê, era muita gente, e se vê que coisa, com muita gente num funciona. Nós queria saber o porquê que nós num podia montá uma associação dentro da nossa comunidade. Aí que falaro que nós podemo e que eles podia ajudá nós montar a associação (informação verbal)<sup>66</sup>.

Foi então que surgiu, com a ajuda do Governo do Estado e da EMATER<sup>67</sup>, a Associação dos Produtores Rurais de Raizama, em 1988. A Sra. Justina Nunes (2016) também lembra o que aconteceu nessa época: “Aí primeiro a associação da Raizama era no Mutum, aí parece que num durou nem ano, desmembrou porque daqui era bastante, desmembrou daqui da Raizama pra ficar aqui do Mutum pra lá” (informação verbal)<sup>68</sup>.

E assim, de acordo com a ata geral de fundação da associação (em anexo) no dia 10 de fevereiro de 1988, às 14 horas, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais de Raizama se reuniram na propriedade do Sr. Manoel Nunes para a assembleia que criou a associação e já realizaram a primeira eleição (chapa única) para a diretoria e para o conselho fiscal da mesma.

Neste dia, estavam presentes além dos moradores da comunidade, o Sr. Sinobelino Machado da Silva, no ato representando a EMATER e o Sr. Luiz Gonzaga Ruiz que lavrou a ata. Após a leitura do Estatuto Social os presentes elegeram a seguinte chapa denominada “Chapa União do Trabalho” para presidir a Associação pelo período de 01 ano:

- Presidente: Manoel Pereira Nunes;
- Vice-presidente: Marcos Pereira Nunes;
- Secretário: Severino Egídio de Sales;
- Tesoureiro: Antônio Egídio de Sales;
- Conselho Fiscal: Justina Bonifácio Nunes, Galdino Pereira de Sales e Elisa de Oliveira Sales;
- Suplentes do Conselho Fiscal: Ejoel Xavier de Almeida, Felipe Pereira Nunes e Calistro Nunes Rodrigues.

<sup>66</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>67</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso.

<sup>68</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 28 de agosto de 2016.

Após a votação, que foi unânime, todos os membros tomaram posse e assinaram a ata. E com a associação devidamente criada e registrada, o primeiro passo foi decidir qual seria a prioridade da comunidade no momento. Assim, mediante a participação e opinião de todos os associados, decidiram direcionar os esforços para a construção da primeira farinheira na comunidade.

O Sr. Galdino Sales (2017), que estava presente neste momento histórico para Raizama, nos conta que a primeira farinheira foi construída totalmente de madeira e palha e envolveu a participação de todos da associação, inclusive com doação dos materiais:

Despois que montemo a associação, aí que nós falou que ia fazer a farinheira né, nós vai trabaia pra nós fazer a farinheira, foi o primeiro trabaio que nós fez. Tudo tem que ter participação, reunião, aí surgiu tudo as idéia de um acato, e foi acatado a farinheira primeiro. Aí nós fizemo a farinheira de palha ainda . Na época, um dava o pau né, ali como que nós tava num tinha dinheiro pra comprar material, não tinha dinheiro pra comprar nada, nada, nada. Nós entremo do zero, mas na época tinha bastante madeira, aí falemo: um dá o esteio, o que tivé esteio dá, o que tivé uma madeira de cima dá, o que tivé, nós reuni e vê o que nós vai fazer. Aí cada um surgiu, fulano vai dá um esteio, fulano vai dá um caibro, aí fomo, juntemo as madeira, tudo e amuntemo tudo ali (informação verbal)<sup>69</sup>.

Este espaço era bastante pequeno e precário, além de possuir um beiral muito baixo, contava apenas com um motor a gasolina. A falta de estrutura resultou em um incêndio que destruiu totalmente a farinheira, segundo nos relatou o Sr. Galdino Sales (2017): “Foi até que um dia essa farinheira, esse fogo saiu fora da fornalha, alcançô a palha e aí pegou. Queimou tudo. Rapidinho. Destruiu tudo. Fiquemo sem a farinheira” (informação verbal)<sup>70</sup>.

Com isso, as associadas e os associados novamente tiveram que conversar e resolver o que fazer mediante o estrago que foi imenso, pois neste momento a farinheira já tinha um papel muito importante na existência de todas(os). O Sr. Galdino Sales (2017) ainda nos explicou que:

Aí tivemos que conversá outra vez e vê como que nós ia fazer. Só que pra nós que iniciemo do zero deu certo né, de palha memo deu certo, já ajudou muito a comunidade, favoreceu muito a comunidade. Antes era no Sucuri que nós torrava a farinha, lá já era num forno diferente. Antes se fazia dois saco no dia, lá nós fazia vinte saco. Então o povo já viu que era diferente. Então queimou esse e o povo já achou que nós era capaz de fazê outro. Aí reunimo pra vê como que era, como que nós ia fazê. Daí lá também era terreno alheio, o povo canhava um pedaço de terreno. Aí nós falou que já que tinha queimado memo, a associação ia comprá um terreno e fazê a farinheira no terreno da associação, e tudo ia ter o direito igual. Aí que compremo esse pedaço de terra que tá a farinheira até hoje. Ali foi muito mutirão (informação verbal)<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>70</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>71</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

E assim surgiu a farinheira que hoje conhecemos e que foi construída a partir de vários mutirões sendo inaugurada em 25 de março de 1992. De acordo com os relatos, este segundo barracão, agora feito de concreto, foi construído com o apoio do Prefeito de Jangada, na época o Sr. Sinobelino Silva, que doou materiais de construção e também a força de trabalho de um pedreiro para ajudar os associados na construção durante os mutirões. Além da construção ser de melhor qualidade e estar localizada agora em um terreno comprado com recursos da própria associação (através da doação de capital de todos os associados), os equipamentos também foram dispostos de uma forma que pudessem ter maior durabilidade, inclusive o motor a gasolina foi trocado por um motor a diesel para que não houvesse tantos problemas de manutenção.

Desta forma, desde 1988 a Associação dos Produtores Rurais de Raizama vem tentando organizar e orientar as ações de suas associadas e seus associados. Nestes 30 anos de existência, estas trabalhadoras e trabalhadores já passaram por diversos momentos de dificuldades, bem como de alegrias na farinheira, alguns períodos em que houve uma acentuada queda na produção e, automaticamente, na venda da farinha e outros períodos em que a fila para usar o espaço chegava a 60 dias de espera, tamanha era a procura. Sobre esta organização o Prof. Lucídio Sales (2016) explica:

Você agendava. Tinha uma agenda. Desde quando começou a farinheira, começou a associação, então a associação sempre teve uma diretoria, onde tem presidente, tem tesoureiro, tem secretário, então, por exemplo, o secretário agenda. Por exemplo, eu quero fazer farinha tal dia, aí olhava na agenda, se tinha vaga, tem, sem não colocava meu nome aí. Aí a questão da alimentação, aí por exemplo pra arrancar a mandioca, eu via quantas pessoas, quantos sacos de mandioca que ia arrancar, e via quantas pessoas que ia fazer esse trabalho, dez pessoas, então eu falava pra dez pessoas e era trocado o dia. Hoje você me ajudava e o dia que você fosse arrancar, você me ajudava, que é o mutirão. Pra fazer a farinha era a mesma coisa. Então eram doze pessoas em média que ficava e fazia, então eu chamava doze pessoas e o dia que ela fosse fazer eu pagava esse dia pra ela. Tipo um rodízio (informação verbal)<sup>72</sup>.

No entanto, mesmo entre altos e baixos, a associação seguiu seu caminho tendo todas as ações e decisões registradas em atas que são guardadas pelos representantes eleitos em cada nova votação.

De acordo com Sabourin (2009), estas organizações formais de direito associativo se fundamentam na adesão voluntária e foram essencialmente concebidas para garantir a defesa de interesses e o manejo de bens comuns. Já Haubert (1981, p. 07) complementa:

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 13 de agosto de 2016.

A associação agrupa muitas vezes todos os membros da comunidade, porém o faz em torno de um objetivo específico. Em geral, trata-se de um projeto de tipo produtivo ou econômico, focalizado em novas funções, além daquelas da família ou comunidade: acesso ao financiamento e aos equipamentos coletivos (escola, água, eletricidade e posto de saúde), apropriação fundiária, comercialização ou transformação dos produtos agrícolas.

Destarte, observando as atas da associação desde sua criação conseguimos identificar que o seu principal objetivo é: Art. 3º. – [...] cuidar de interesses comuns da comunidade, visando o seu crescimento social e econômico, bem como administrar e conservar os bens adquiridos e/ou doados à mesma e que possuam características de uso coletivo.

Além disso, o regimento deixa claro os deveres dos associados:

- a) Contribuir sempre com a associação, colocando-se sempre à disposição para o trabalho comunitário ou colaborando financeiramente, desde que necessário e fruto de decisão da assembleia;
- b) Zelar pelos bens da comunidade, mesmo que estes estejam sendo usados por ele próprio temporariamente ou em definitivo;
- c) Aceitar a decisão da maioria nas reuniões de Assembleia, mesmo que esteja ou não presente na respectiva reunião;
- d) Manter atualizadas junto à Associação as taxas de qualquer natureza, aprovadas em Assembleia.

Bem como, por ser uma associação coletiva, fica proibido debater assuntos de caráter político, religioso ou racial. Sabourin (2009) nos explica, ainda, que a ação coletiva é executada por meio de “instituições”, entendidas como um conjunto de regras e normas que são de fato aplicadas por um grupo de pessoas para organizar atividades. Esta ação coletiva depende da capacidade de composição e ajustamento de regras comuns; o estabelecimento destas no contexto de um grupo institui um incentivo à cooperação e ao compartilhamento.

Já Ostrom (1990, p. 15), relata que a ação coletiva é direcionada por três diferentes níveis de regras, sendo cada nível condicionado pelo superior:

- 1) As regras operacionais regem as decisões cotidianas e envolvem as informações a serem trocadas e as recompensas ou sanções correspondem aos comportamentos; 2) as regras coletivas são decididas pelo grupo e fundamentam as regras operacionais: são os regulamentos, que especificam os direitos e deveres do membros; 3) as regras constitucionais não são decididas pelo grupo e sim em um âmbito mais amplo; portanto, envolvem mais do que o grupo. Elas definem as modalidades das escolhas coletivas e influem sobre a natureza das regras coletivas operacionais.

Sendo assim, para que as regras tenham êxito precisam ser transparentes (conhecidas por todos), aplicadas pelos outros e acompanhadas de penalidades.

É importante ressaltar que, mesmo antes da criação da associação, as relações familiares, as redes de proximidade e a ajuda mútua já existiam em Raizama e eram conduzidas pela reciprocidade camponesa também compreendida como “dinâmica da dádiva<sup>73</sup>” criadora de sociabilidade. E justamente por isso, acreditamos que a associação (farinheira) tenha tido êxito, pois, historicamente, a comunidade possui uma estrutura baseada no parentesco e conduzida pelo princípio da reciprocidade, ou seja, Raizama tem como base de organização material e imaterial o trabalho coletivo que também chamamos de produção associada. o que muito facilitou a organização e manutenção de uma associação.

Desta forma, no decorrer destes 30 anos e com base nas atas registradas, a associação passou por muitas diretorias (todas foram eleitas por unanimidade a partir de uma chapa única), houve inúmeras reuniões extraordinárias e muitas decisões foram tomadas, como apresentamos no quadro 07, a seguir (informações retiradas das cópias das atas que nos foram concedidas):

**Quadro 06: Reuniões e resoluções da Associação (além das eleições para a diretoria) registradas em atas**

<b>Dia</b>	<b>Resoluções</b>	<b>Votos</b>
10/02/1988	Criação da Associação dos Produtores Rurais de Raizama	Aprovado por unanimidade
20/09/1997	Reativação da associação	Aprovado por unanimidade
19/11/2001	Apresentação da proposta de implementação de um Projeto Técnico elaborado pela Terra Assessoria, Consultoria e Planejamento LTDA a ser financiado com recursos do PADIC – II. O Projeto Técnico elaborado contempla alocação de recursos financeiros distribuídos em duas áreas temáticas: projeto produtivo e difusão de tecnologias.	Aprovado por unanimidade
07/01/2008	Assembleia extraordinária – mudança no estatuto – a associação passa a se chamar Associação dos Produtores Rurais da Raizama I	Aprovado por unanimidade

<sup>73</sup> A economia da dádiva será melhor explicada no item 3.4 desta tese.

10/05/2010	Reunião para discutir a possível aquisição de equipamentos elétricos para a farinha	Aprovado por unanimidade a organização dos associados para arrecadar fundos e parcerias para efetivação da compra dos equipamentos.
23/10/2015	Reunião com o representante da EMPAER, do Centro Burnier <sup>74</sup> , do Sindicato dos Produtores Rurais de Jangada e da FASE <sup>75</sup> para discutir a situação dos jovens na comunidade.	Aprovado por unanimidade a parceria entre as instituições na tentativa de planejar projetos conjuntos na região.

Além disso, ainda nos foi dito durante as entrevistas que houve reuniões para decidir sobre a participação ou não em projetos direcionados pelo Governo Estadual e Federal, utilização dos recursos oriundos das taxas pagas pelos associados para melhoria do espaço da farinha e para quitação de documentos etc. (que não foram registradas em atas).

Para fazer parte da associação, a trabalhadora e/ou trabalhador rural de Raizama deve pagar uma taxa fixa de 250 reais (geralmente uma pessoa por família faz parte da associação) e 08% da produção da farinha para manutenção da associação e do espaço da farinha. Caso alguém que não seja associado queira usar o espaço deve pagar 12% da produção (vende e coloca o dinheiro no caixa da associação) como taxa e agendar como os demais associados.

O Sr. Galdino Sales (2017) nos explica a forma de manutenção da associação:

É desse jeito que sobrevive. Porque ocê tem que ter um caixa, pra mode de nós num tá toda vez tirando nosso dinheiro memo, pra num precisá tá reunino o povo, porque tá difícil. Assim é melhor, vamo supor, se precisa de um motor pipa, tem o caixa, ai num precisa pedir e todo mundo já sabe (informação verbal)<sup>76</sup>.

Ainda de acordo com Haubert (1981), as trabalhadoras e os trabalhadores não se tornam membros da associação por essência ou nascimento, como é o caso da comunidade, mas sim por livre e espontânea escolha e por intermédio de relação contratual (o pagamento de um direito, de uma taxa ou cota-parte). Mesmo porque a associação precisa sobreviver de

<sup>74</sup> Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social de Mato Grosso.

<sup>75</sup> Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

<sup>76</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2017.

alguma forma e em Raizama a maneira escolhida em assembleia foi uma cota para entrar e taxas mediante a produção da farinha.

### 3.3 Farinhar em Raizama: organização do processo de trabalho

Desde sua reinauguração, em 25 de março de 1992, até aproximadamente 2012, a farinheira representou a base de subsistência de todas as famílias de Raizama. Conforme explica o Sr. Galdino havia fila para utilização do espaço. A associação mantinha uma agenda para organizar a produção das famílias permitindo que todos pudessem utilizá-la da mesma forma, e isto acontecia sempre coletivamente.

Esta produção sempre ocorreu a partir da “*Troca de Dia*” onde uma família coopera com a outra sem utilizar pagamento em dinheiro por este trabalho, mas sim dispondo do seu tempo para ajudar, sabendo que, em outro dia, outras famílias a ajudarão, conforme explica a Sra. Robertina Sales (2015): “Troca de dia aqui tem também, por exemplo, se eu vou fazer a farinha aí junta uma quantidade de que eu vou precisar para aquele dia e vai lá e me ajuda. Aí quando essa pessoa que me ajudou vai fazê eu vou lá e ajudo, isso a gente chama de troca de dia” (informação verbal)<sup>77</sup>.

Já o Sr. Galdino Sales (2017) complementa:

A troca de dia ali é assim, a madrugada pra descascar mandioca, é tudo mundo junto, agora pra torrã, pra fazê-lo a farinha já, aí ocê vê, na época ocupava oito pessoa, aí ocê vai troca o seu dia com essa oito pessoa. Ai ele vai fazê e ajuda ele também. Cada um tem seu dia. Só as troca que é diferente, um dia eu ajudo fulano, aí outro dia ele que me ajuda (informação verbal)<sup>78</sup>.

Observa-se, assim, que o todo o trabalho na farinheira sempre foi realizado de forma associada e autogestionária. Estas trabalhadoras e trabalhadores não valorizam o lucro e nem permitem a exploração da força de trabalho do outro, pois toda a produção é pautada na solidariedade que vai além do âmbito material. Segundo Vazzoler (2004), no campo é comum o desenvolvimento de formas mais rudimentares de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de trabalho, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da colonização até os dias atuais.

Este tipo de cooperação autogestionária, em que as trabalhadoras e os trabalhadores utilizam de maneira conjunta os meios de produção e o compartilhamento das decisões, tem

<sup>77</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 12 de agosto de 2015.

<sup>78</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.



sido a forma associativa melhor utilizada pela comunidade na luta pela sua existência e resistência.

A autogestão pode ser entendida como a propriedade coletiva dos meios de produção e sua administração democrática, com a participação por igual de todos os que trabalham no espaço de produção, com cada pessoa tendo direito a um voto na tomada de decisões (SOUZA, 2011). Totalmente diferente do que acontece no capitalismo (conforme explicamos no cap. 01), estas iniciativas buscam a construção de uma alternativa superior à heterogestão que aliena a força de trabalho dos seres humanos. Tem-se a consciência de que o objetivo maior destas práticas autogestionárias e associativas é a emancipação do ser humano do trabalho repetitivo e alienado, além da construção de outro sistema que incorpore as dimensões econômica, política, social, ambiental e cultural, que garanta a sobrevivência com dignidade de todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores rurais.

A Sra. Maria Sales também conhecida como Dona Mariquita (2016), nos relata como é a produção associada na farinheira:

Funciona assim, unido né, parceria, junta três, quatro família, pra fazer só pra uma. Ai agenda né, vamo supor, segunda feira é meu, ai nós já arruma as família que vai ajudar nós, ai terça-feira já é de outro, ai quarta-feira, ai todo mundo vai ajudano né, trabaia tudo em grupo. Um ajudando o outro. Desde quando cheguei aqui sempre foi só assim (informação verbal)<sup>79</sup>.

Já o Sr. Antônio Sales (2016), nos explica a importância do trabalho coletivo desenvolvido historicamente na comunidade:

[...] eu por exemplo entendo que o coletivo é o jeito melhor. Um ajudano o outro. Sempre foi assim. Assim, pra quem é fraco é melhor. Fraco assim de dinheiro. Aqui ainda tem interesse de um ajudar outro. Muitas coisa que ainda faz é desse mesmo jeito. Isso vem de longe. Prefere do jeito que tá acostumado (informação verbal)<sup>80</sup>.

Entendemos que os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento são reforçados por todos serem donos da farinheira e por repartirem os frutos do trabalho de forma igualitária. Assim, não há exclusão social e muito menos competitividade. Além disso, Hobsbawm (2015, p. 117), nos explana que:

<sup>79</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 10 de setembro de 2016.

<sup>80</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

O trabalho manual coletivo é, por tradição, uma atividade bastante ritualizada, profundamente entrelaçada com a estruturação ritual das vidas dos indivíduos e das coletividades sociais, os ciclos das estações do ano, início e fim, os ritos de passagem e tudo o mais. Tanto os lugares de trabalho quanto os grupos de trabalho são estruturados e, com frequência, coesos.

Assim, em Raizama, a produção da farinha de mandioca vai se concretizando no dia-a-dia do trabalho associativo e nas relações que os trabalhadores estabelecem entre si. Pois, diferentemente de uma empresa privada – em que o trabalho é a manifestação da valorização do capital, local onde se controla abusivamente as trabalhadoras e/ou trabalhadores, espaço em que a força de trabalho é uma mercadoria e onde o empresário toma todas as decisões sobre técnicas, controle e gestão – os espaços coletivos de produção ou espaços associativos apresentam formas de organização que visam prover os meios de vida destes seres humanos através da cooperação e da autogestão, não apresentando conceitos como salário e lucro. Conforme explica Kraychete (2011), as condições efetivas de um espaço associativo têm por objetivo a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores associados, conforme as regras por eles definidas. Esta forma social de produção suscita e requer mecanismos democráticos de controle e de gestão.

Para Razeto (2016) a cooperação atua em benefício de grupos sociais e categorias econômicas distintas daquelas em que se sustenta o capital:

Estes grupos organizam-se cooperativamente buscando ampliar suas atividades economicamente distintas do capitalismo. Sua própria lógica de funcionamento e operação atua num sentido que é contrário a lógica de funcionamento e expansão do capitalismo. A contradição entre o cooperativismo e o capitalismo consiste fundamentalmente na forma como o cooperativismo tende a liberar e autonomizar aquelas forças sociais e fatores econômicos que o capitalismo quer submeter e explorar em seu benefício.

No entanto, de 2012 a 2015, a farinheira foi pouco utilizada, pois além da queda no preço da farinha, a estrutura antiga e precária do local também dificultava a produção fazendo com que grande parte da comunidade deixasse de produzir durante este tempo. O espaço era utilizado somente por poucas trabalhadoras e/ou trabalhadores para produção de subsistência (mesmo assim a produção sempre foi coletiva), desta forma o processo entre uma farinhada e outra levava um bom tempo, pois primeiro as famílias precisavam consumir o que haviam produzido para então agendar novamente o espaço. Além disso, os jovens não mostravam interesse em aprender como fazer a farinha justamente porque pouco se conseguia produzir mediante o grande trabalho que se tinha em executar os processos naquelas condições

precárias. Sobre esta questão o Sr. Leocádio Sales (2015), nos relata que “[...] aqui num tem o emprego que eles qué, chega fim de semana qué dinheiro. Aí o pai num tem como dá dinheiro tudo final de semana, ai foi pra lá, tá pra lá trabaiano” (informação verbal)<sup>81</sup>. E desta forma a farinha ficou durante esses anos sendo subutilizada.



No entanto, em meados de 2014, através de um projeto da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER<sup>83</sup>, alguns equipamentos foram conseguidos para agilizar e facilitar o processo da produção da farinha de mandioca. Durante mais de um ano a torradeira, a prensa e o triturador elétricos, bem como a nova peneira ficaram guardadas na EMPAER esperando a farinheira de Raizama passar por uma reforma, pois no espaço que existia não seria possível a instalação dos novos equipamentos.

Assim, em novembro de 2015, a Associação dos Produtores Rurais da Raizama I convocou uma reunião com todos os associados e não associados da comunidade para discutir o que poderia ser feito para que Raizama não perdesse os equipamentos conseguidos através

<sup>81</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>82</sup> Imagem ilustrativa

<sup>83</sup> A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) foi criada em 1992 através da fusão entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MT), a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Empa) e a Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codeagri).

do projeto. A reunião aconteceu em 05 de dezembro de 2015 no espaço da farinha e contou com a participação de aproximadamente 30 trabalhadoras e/ou trabalhadores. Após as explicações por parte do Sr. Roberto Teixeira Damascena representante da EMPAER e do Sr. Galdino Sales representante da associação, ficou decidido que a farinha seria reformada pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da comunidade (imagem 25). E que os custos seriam arcados por eles mesmos, bem como a reforma que seria executada através de mutirões.



E com isso, no decorrer do ano de 2016, ocorreram diversos mutirões (geralmente aos sábados – imagem 26) para a reforma da farinha. Parte da madeira utilizada na cobertura foi conseguida por meio de doação diretamente no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA do Mato Grosso através de um projeto apresentado pelo Prof. Lucídio Sales, atuante na comunidade.

**Imagem 25: Farinheira durante a reforma**



Fonte: Lyra (2016)

Para conseguir mais recursos, a comunidade organizou bazares, almoços (imagem 27) e rifas e também contou com a ajuda da Prefeitura de Jangada que entrou com uma contrapartida de, aproximadamente, R\$ 10.000,00.

<b>Ações em prol da reforma da Farinheira</b>	
<b>Imagem 26: Mutirão</b>	
<b>Imagem 27: Almoço beneficente em 2016</b>	
Fonte: Lyra (2016)	

Desta forma, em outubro de 2016, a farinheira recebeu os novos equipamentos que foram entregues pela EMPAER<sup>84</sup> e prontamente foram instalados pelos associados. Em dezembro do mesmo ano, a produção da farinha de mandioca renasceu em Raizama com muita força, para a alegria de todos os que se envolveram na reestruturação do espaço e que lutaram coletivamente para a concretização deste projeto.

<sup>84</sup> Um ponto relevante que foi observado em diferentes pesquisas realizadas no Brasil sobre trabalho associado, produção associada, economia solidária, etc. e que merece ser destacado é que muitos desses grupos, associações e mesmo cooperativas de produção que existem no país, são, em algum momento da sua existência, auxiliados por entidades, organizações não governamentais ou mesmo pelo próprio governo. Como é o caso da EMPAER que há muitos anos atua na região de Raizama assessorando os pequenos produtores com projetos voltados para o crescimento socioeconômico destes espaços na tentativa de melhorar a qualidade de vida no campo. Isto não quer dizer que tais comunidades dependam constantemente de ajuda externa para sobreviverem, pois como já foi dito, historicamente as trabalhadoras e os trabalhadores destes locais se organizam para produzir a existência através do trabalho e seu princípio educativo que ocorre em diversos espaços e tempos da comunidade e tem como essência a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação.



**Entrega dos equipamentos para a nova farinheira<sup>85</sup>****Imagem 28 – Torradeira****Imagem 29 – Trator****Imagem 30 – Prensa****Imagem 31 – Triturador**

Fonte: Robertina Sales (2016)

<sup>85</sup> No dia da entrega dos equipamentos não pudemos estar presentes. No entanto, a Sr<sup>a</sup>. Robertina Sales fotografou e nos enviou posteriormente as imagens dos momentos que considerou mais relevantes no dia.

A produção da farinha de mandioca em Raizama sempre ocorreu com base nos processos historicamente desenvolvidos pelas trabalhadoras e trabalhadores da comunidade. Anteriormente, era produzida em casa e de forma mais artesanal através de sucuris e torradeiras manuais, conforme relata o Sr. Antônio Sales (2016): “Fazia o ralinho de latão, de pedaço de latão, e por aqui tinha muito aquele urubamba, fazia o espremedor. Fazia com sucuri, trançava o sucuri e fazia. Assim que fazia, aí relava a mandioca, fazia a massa, relava no ralo e prensava e fazia a farinha. Torrava no forno de barro” (informação verbal)<sup>86</sup>.

Posteriormente, a farinha passou a ser produzida em um espaço construído especificamente para este trabalho. No entanto, os processos ainda continuavam artesanais, pois, apesar de existir uma prensa, uma torradeira movida a gasolina e um espaço maior, as etapas de produção ainda eram manuais. Com a reinauguração da farinheira em 1992, o espaço ganhou uma torradeira com motor movido a diesel que já ajudou bastante, pois segundo relatos das trabalhadoras e trabalhadores este motor pouco quebrava em relação ao anterior. Foi somente em 2016 que os novos equipamentos elétricos (tritador, prensa, peneira e um forno aberto) chegaram e foram instalados para utilização de todos da comunidade.

Contudo, apesar do novo espaço e dos novos equipamentos, a produção da farinha continua ocorrendo de forma coletiva, a partir da “troca de dia”, além disso grande parte dos processos ainda são realizados de forma artesanal. Esta forma de organização do processo de trabalho que chamamos de artesanal também pode ser compreendida como uma tecnologia social, pois envolve diretamente a participação dos(as) trabalhadores(as) da comunidade e seus saberes historicamente construídos em busca de uma melhoria na qualidade de vida de todos. Segundo Rios; Lima (2016, p. 95):

[...] as Tecnologias Sociais, que são baseadas na disseminação de soluções para problemas voltados às demandas de alimentação, recursos hídricos, educação, habitação, saúde, meio ambiente, renda, trabalho, cultura, dentre outras. Podem ainda aliar saber popular com conhecimento técnico-científico, sendo libertadora de potencial físico e financeiro, bem como da inventiva do produtor direto – o trabalhador, não promovendo diferenças entre patrão e empregados e agregando capacidade de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários, assumidos por trabalhadores, bem como o empoderamento coletivo e comunitário noutra lógica de desenvolvimento, o desenvolvimento local.

Mesmo sendo muito utilizados pelas comunidades tradicionais, estes conhecimentos não são reconhecidos pela sociedade como um tipo de tecnologia, sendo necessária a sua problematização e definição. Além disso, é importante evidenciarmos que as tecnologias

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

sociais buscam a produção coletiva e democrática considerando as realidades locais e buscando soluções de problemas como, por exemplo, a exclusão social.

Novaes; Dias (2009) nos explicam ainda que as tecnologias sociais possuem características como: são adequadas aos pequenos produtores e não ao mercado; buscam a satisfação das necessidades humanas estimulando a criatividade e os conhecimentos dos(as) trabalhadores(as); e podem ser capazes de propiciar economicamente cooperativas e associações populares.

Assim, encontramos em Raizama uma organização coletiva do processo de trabalho que nasce da sabedoria popular e engloba também conhecimentos científicos a partir da utilização de novos equipamentos elétricos. Desta forma, de acordo com os relatos colhidos e as observações realizadas, pudemos compreender todo o processo de tratamento da mandioca até o resultado final quando se tem a farinha ensacada e pronta para ser consumida e vendida:



**Imagem 32: Fluxograma com as primeiras etapas da produção da farinha de mandioca**



### Imagem 33: Fluxograma com as últimas etapas da produção da farinha de mandioca



Fonte: Fotos e organização da autora (2017)

Depois de ensacada e pesada, a farinha é entregue a um atravessador que estipula a quantidade que irá levar e o preço que irá pagar. Em nenhum momento da história da Associação dos Produtores Rurais de Raizama a farinha de mandioca foi vendida diretamente ao consumidor. Mesmo depois da reestruturação do espaço, a farinha continua indo para as mãos dos atravessadores, conforme explica a Dona Mariquita (2016): “Só com os atravessador. Nós memo dessa associação nunca levou pra cidade. Só os atravessador. E aí o preço é deles né. E lá pra eles sobem e pra nós só vai caindo” (informação verbal)<sup>87</sup>.

Já a Sra. Justina Nunes (2016) complementa:

<sup>87</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 10 de setembro de 2016.

Os compradô que arruma preço. Hora que eles quer comprá mais barato eles vem falano que lá é, agora não sei quantos que tá, mas se ele fala que lá é cem, ai ele paga no daqui oitenta, mas as vez lá tá duzentos mas ele fala que tá cem, ai aqui ele paga oitenta. Ai vende. Ai a hora que ele fala que lá subiu um pouquinho, ai eles paga a quantia que eles fala que subiu. É, se lá tá duzentos e eles fala que tá cinquenta, só pra comprá por cinquenta aqui (informação verbal)<sup>88</sup>.

Observamos que são os atravessadores que definem o valor do saco de farinha de mandioca e dependendo das condições do mercado abaixam ou aumentam este preço, fazendo com que a associação não tenha escolha, pois dizem que por serem responsáveis pela intermediação entre a comunidade e o mercado consumidor assumem todos os riscos e prazos destas transações comerciais. Eles se tornam, assim, os responsáveis pela mobilidade na relação de comercialização, pois controlam o transporte e a venda da farinha.

Sobre isto, Engels (2009) nos explica:

Agora, surge pela primeira vez uma classe que, sem tomar absolutamente parte da produção, conquista a direção da produção em seu todo e submete a si economicamente os produtores. Uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores e explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e os riscos da troca de produtos, de colocar à venda seus produtos até nos mercados mais distantes e de tornar-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de atravessadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais que, como recompensa para seus serviços muito reduzidos, fica com a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a essas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período da civilização, uma posição permanente de maior destaque e logrando um domínio cada vez maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas (p. 156).

Além de explorar os produtores, conforme relata Engels, devemos considerar que a partir da existência do atravessador os preços dos produtos ficam mais caros, pois o mesmo insere os custos com a logística e posteriormente retira o lucro entre a compra e a venda dos produtos. No caso de Raizama, o consumidor final da farinha produzida na comunidade paga mais caro pelo produto, pois não há alternativas para comprar diretamente com a associação.

Em contrapartida, os atravessadores não interferem no processo de produção da farinha de mandioca na comunidade, pois se há farinha os mesmos compram e revendem, caso não haja, precisam esperar o dia em que o presidente da associação os comunique sobre a produção. Além disso, os atravessadores também não intervêm exigindo a fabricação da farinha, nem mesmo sugerindo qualquer tipo de alteração no processo. Nesta situação, a associação não permite que esses agentes externos interfiram na forma como organizam a

---

<sup>88</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 28 de agosto de 2016.

produção da farinha, nem mesmo na quantidade a ser produzida, nem nos prazos para produção, muito menos na maneira como organizam o trabalho.

No entanto, os associados sabem de todas as consequências desta decisão de depender diretamente do atravessador para vender a farinha e têm consciência de que são explorados, pois o Sr. Galdino Sales (2017) atual presidente da associação nos relatou:

Os atravessador sempre tá mudano. Se tiver um ou dois, quando vê já tem três ou quatro. E só aí a gente já vê que dá renda né. É exploração memo. É explorá, porque hora que tá fartano a farinha pra ele, ele até que sobe o preço, mas hora que tá sobrano, aí eles coloca o preço deles, se querê vender, vende (informação verbal)<sup>89</sup>.

Mesmo assim, as trabalhadoras e/ou trabalhadores ainda preferem trabalhar desta forma, pois além de não terem segurança, organização e apoio suficiente para distribuírem direto ao mercado consumidor (justamente por isso não querem assumir este tipo de compromisso), os atravessadores garantem que toda a farinha produzida pela associação e colocada à venda seja comprada, ou seja, ao final da produção a farinha já é entregue aos atravessadores, garantindo assim um dinheiro rápido, conforme explica o Sr. Galdino Sales (2017):

E continuamo no atravessador memo. Ainda é bom de ter o atravessador. O que sai é o que faz. [...] Farta apoio, farta de orientação de outras pessoa, farta de informação. Porque não é fácil, aí que tem que ser a união, muito bem pranejado, e esse que é o perigo. Hoje o povo tá acostumado naquilo, se fez dez saco, ele já quer o dinheiro de dez saco hoje. O atravessador chega e se for barato ele já paga, e lá nós vai ter que enfrentar uma barreira né, nós vai vender com trinta dia, nós vai vender com quarenta dia, nós vai vender com quinze dia pra receber, esperar pra receber, pra pagar. Nós num tem pra segurar esses trinta dias pra quem vai fazer a farinha. Océ vê, quem faz uma farinha, ele já faz apurado memo, o produtor rural, ele precisa memo. As veiz ele faz a farinha já apurado hoje pra vender, porque ele tem compromisso pra pagar. E se vende lá pra esperar com trinta dias né, a barreira que nós enfrenta é isso (informação verbal)<sup>90</sup>.

Observamos que a associação também não tem ainda um caixa específico e suficiente para poder arcar com os prazos que o mercado exige. Porém, os associados pensam em começar a vender direto e dizem que aos poucos irão se organizar para tal situação, segundo relata o Sr. Galdino Sales (2017):

E o que nós tá pensano em fazer agora. Tô levano a Ata pra registrá agora, esta semana, ai eu tô indo lá no contador, vê como que tá na mão de outro né. Então vou ver como que tá né. Ai pra registrar, pra fazer esse tipo de coisa, pra mexer com isso ai (informação verbal)<sup>91</sup>.

<sup>89</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>90</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>91</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2017.

Contudo, ainda não há prazo para que isso realmente aconteça. O que se tem de fato até o momento é o retorno da produção da farinha de mandioca (a farinheira tem funcionado praticamente todos os dias da semana, como antigamente), aumento no número de associados e um interesse maior por parte dos jovens que agora estão participando mais ativamente de todo o processo.

No entanto, juntamente com a venda da farinha aos atravessadores, o aproveitamento da produção movimentou outras formas de destino desse produto como o autoconsumo, doações e redistribuição entre as famílias.

Compreendemos assim que a produção da farinha de mandioca possui os seguintes elementos que constituem o processo: a) a força de trabalho (trabalhadora ou trabalhador); b) o objeto de trabalho (mandioca); c) os meios de trabalho (terra). Todos estes elementos combinados resultam em uma relação social de produção em que esses seres humanos trabalham a terra, colhem a mandioca, produzem a farinha coletivamente e se apropriam inteiramente do resultado deste trabalho. A resistência destas trabalhadoras e trabalhadores se revela pela permanência, reprodução ou adaptação de atividades e estruturas que afrontam a lógica da troca mercantil. Segundo Nunes (2011, p. 52):

A principal força dessas experiências talvez seja o exemplo “subversivo” de atuar na economia sem submeter-se aos princípios capitalistas de competitividade exacerbada e lucro privado, dentro de uma lógica de cooperação, de igualdade, de liberdade e autonomia e de respeito ao meio ambiente.

Além disso, entendemos que estas são características importantes de práticas econômico-culturais baseadas também em mediações de primeira ordem, pois revela-se a partir da produção coletiva dos bens visando a melhoria das condições de vida das pessoas, além de ter como objetivo a preservação das funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos. São formas particulares de visão de mundo e de sociedade em que a produção da existência é mediada pelo trabalho e por relações diretas e profundas com a natureza.

Podemos observar diversos indicadores do trabalho de produzir a vida associativamente, ou melhor, do trabalho associado. O processo se caracteriza por reduzida divisão social e técnica, o que propicia ao conjunto da comunidade o conhecimento de todo o processo de trabalho. Os frutos do trabalho são, majoritariamente, para a manutenção da vida material e simbólica das famílias e das comunidades (sobrevivência) – e não para fins de troca mercantil. A relação com a natureza é de intercâmbio e de equilíbrio vital (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 420).

Apesar da associação produzir excedente econômico para ser aplicado em sua própria manutenção, um ponto importante a ser ressaltado é que ela não visa à acumulação de capital, mas sim, à produção da existência de todos em Raizama, colaborando assim com a manutenção dos vínculos entre os membros da comunidade. Neste sentido, Marx (1985, p. 71) discorre que: [...] O membro da comunidade se reproduz, não através da cooperação em trabalho produtor de riqueza, mas cooperando em trabalhos para os interesses comuns (reais ou imaginários) destinados à manutenção da união face a pressões externas ou internas”.

Além disso, a associação também colabora com a substituição do trabalho assalariado pela produção associada em comunidade.

[...] Do ponto de vista endógeno, a prática do trabalho associado desdobra-se em várias instâncias, dentre as quais se destacam: a política equitativa de distribuição de rendimentos; a organização diferenciada do processo de trabalho; e a gestão coletiva e democrática ou autogestionária do espaço de trabalho. Os rendimentos tendem a ser distribuídos de modo muito mais igualitário do que nas empresas tradicionais. [...] A organização do trabalho nesses espaços passa por modificações nas quais se nota a tendência ao desaparecimento das hierarquias tradicionais, da burocracia e da típica estruturação taylorista do trabalho (DAL RI, 2010, p. xii).

A produção associada remete a uma realidade em que as trabalhadoras e os trabalhadores se associam em unidades de produção para realizar o seu trabalho de forma autônoma buscando extinguir os elementos mais proeminentes da exploração e da subordinação capitalista do trabalho.

[...] os trabalhadores passaram a buscar, de forma coletiva e associada, a restituição ao trabalho de meios de produção, sem a intermediação de um proprietário direto, para poderem obter alguma renda, ou seja, temos a constituição de movimentos pelo trabalho associado (BENINI, et al., 2013, p. 304).

O que caracteriza, sobretudo, o trabalho associado é o controle, consciente, livre, coletivo e universal dos trabalhadores (que são absolutamente todas as pessoas capazes) sobre o processo de produção e de distribuição dos bens (TONET, 2011).

Temos, assim, como elementos da produção associada as relações sociais, culturais e econômicas que não se reduzem à apropriação dos meios de produção e nem à apropriação da força de trabalho, pois esta cultura do trabalho (produção associada) está fundamentada no princípio educativo do trabalho. Visto que, quando “o ser humano se transforma através do trabalho, cunha saberes sobre este, sobre si mesmo e sobre os outros, transmitindo o fazer e o saber a outras gerações” (CAETANO, NEVES; SILVA, 2015, p. 05).

É neste ponto que entendemos a concepção dialética de Marx da relação ser humano – natureza. Pois não se pode transformar nada ao nosso lado sem transformar a nós mesmos. Comprendemos, desta forma, que a produção associada simboliza o trabalho autônomo, fundado no tempo disponível e dotado de sentido para as trabalhadoras e trabalhadores.

Desta maneira, esta cultura do trabalho representa as relações que os trabalhadores associados estabelecem entre si e com a sociedade. É tudo aquilo que remete à maneira como o ser humano existe no e pelo trabalho.

Segundo Palenzuela (2014, p. 69):

A cultura do trabalho, em sua dupla dimensão material e ideal tem sua origem e seu âmbito de reprodução nos processos de trabalho. É dizer, que tanto os saberes técnicos, as habilidades e as percepções sensitivas que configuram o ofício, como os valores e representações e as produções simbólicas, nascem e cristalizam nos lugares e no tempo do trabalho (tradução livre).

Mulheres e homens – em suas posições nas relações sociais de produção – participam de determinados processos de trabalho construindo e interiorizando valores como a solidariedade, a cooperação e a competência e elaboram significados sobre a própria atividade e seu pertencimento a um universo determinado.

[...] Essa construção social que contém os argumentos que reforçam a centralidade do trabalho na vida social é transmitido no processo de socialização, especialmente através de instrumentos como a família, a escola e os meios de comunicação social. Esta ideologia do trabalho está presente nos espaços de produção e se integra, como um elemento mais, no componente ideal das culturas do trabalho (PALENZUELA, 2014, p. 69).

Já para Tiriba (2008, p. 85), a cultura do trabalho diz respeito:

[...] aos elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas, etc) e simbólicos (atitudes, idéias, crenças, hábitos, representações, costumes, saberes) partilhados pelos grupos humanos – considerados em suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade e geração. Determinada em última instância pelas relações de produção, nos remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho.

O conceito de cultura do trabalho ou cultura do trabalho associado – assim também chamado por Tiriba – remete à existência humana que se dá de uma determinada forma e relacionada a uma prática cultural. São relações de produção perpassadas pelas relações culturais. Assim, ao produzir a vida material, o ser humano também produz interações sociais, interações e relações com a natureza, interação e relação com os outros seres vivos, ou seja,

tudo aquilo que se situa no âmbito da produção imaterial. Desta forma, se o trabalho – como mediação dialética entre o homem e a natureza – compõe uma peculiaridade do ser humano, também deve-se inseri-lo como componente que constitui a cultura e que por ela está também formado.

Tiriba; Fischer (2012, p. 618) ainda complementam:

Na produção associada, os trabalhadores e trabalhadoras se associam e produzem bens materiais e imateriais, conferindo-lhes outras representações sobre o mundo e sobre o ser humano. Portanto, se os processos de produção da vida social se configuram como processos de produção de saberes, haveremos de ter em conta as experiências associativas que vão se tecendo em meio às contradições entre capital e trabalho. É possível afirmar que, nessas experiências, a cultura do trabalho caracteriza-se pela unidade da diversidade de culturas e experiências vividas coletivamente por trabalhadores e trabalhadoras no percurso do seu fazer-se como classe trabalhadora [...].

Portanto, compreendemos que a partir da produção associada, as trabalhadoras e os trabalhadores de Raizama conseguem seguir lutando e confrontando um sistema que oprime e explora. Mesmo com seus limites e contradições coexistentes com o sistema dominante, esta forma de viver e enxergar o mundo permite que, através da experiência acumulada, a cultura e os saberes sejam passados de uma geração para outra.

[...] há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. [...] Em alguns momentos, a cultura e os valores dessas comunidades podem opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle (THOMPSON, 2001, p. 261).

Quanto à cultura, Thompson (1998) relata que podemos entendê-la, em sentido amplo, como modo de vida ou, mais especificamente, como modo de luta; e, em sentido estrito, como produção intelectual e artística, sentidos que se encontram na totalidade histórica. Nessa dupla perspectiva, incluem-se entre as manifestações culturais tanto as estratégias de reprodução ou transformação do ser social em seu conjunto quanto as expressões das diferentes subjetividades históricas.

Além disso, Thompson (2001) nos explica que as relações culturais não podem ser colocadas em segundo plano, pois a cultura é permeada por contradições que movimentam a evolução social. Bem como, é algo construído pela inter-relação dos fatores sociais, políticos e econômicos. Ou seja, para o historiador, a ideia de descrever um modo de produção com ênfase no econômico colocando de lado as normas, a cultura e os demais conceitos que abarcam esta descrição é arbitrária, pois a cultura não é um apêndice, mas sim faz parte do



processo histórico e justamente por isso não podemos desconsiderá-la quando falamos da produção da existência em Raizama.

Thompson (1981) ainda nos esclarece que os costumes eram práticas antigas, porém frequentemente reconsideradas a partir da experiência, categoria que, segundo ele, faz seres humanos tornarem-se sujeitos a partir de um modo de vida que reflete a consciência de classe desses trabalhadores e trabalhadoras. Para o historiador, compreender a experiência na vida de mulheres e homens reais é entender o diálogo existente entre ser social e consciência social.

Experiência: uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15)

A experiência implica que o ser humano reflita sobre os fatos ocorridos. Experimentar alguma coisa quer dizer que o indivíduo viva alguma situação e reflita sobre ela. Para Thompson (1981, p. 16), “[...] A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”. Ainda acrescenta, “o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes” (2001, p. 260). A noção de experiência torna-se, portanto, chave para superar a contradição entre determinação e agir humano.

Existe outro termo médio necessário, a “cultura” e que somada à “experiência” cria um ponto de junção de outro tipo. Ou seja, cultura e experiência são indissociáveis. A junção se daria entre “cultura e não cultura, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social” (THOMPSON, 1981, p.189). E esta experiência ainda é dividida por Thompson entre experiência percebida e experiência vivida. Segundo Moraes; Muller (2003, p. 12):

A experiência percebida seria a consciência social, nos termos definidos por Marx. A experiência vivida seria aquela resultante das experiências vivenciadas na realidade concreta e que se chocam com a experiência percebida. [...] Isso significa que a vivência da experiência não reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante; ao contrário, a experiência pode levar a rever práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, pode ajudar a constituir identidades de classe, de gênero, de geração, de etnias.

Assim, ao compreendermos a cultura como parte não passiva de análise histórico-social, podemos reconhecer que a experiência vivida, além da percebida é também sentida pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores de Raizama, pois os mesmos não vivenciam sua

própria experiência apenas como ideias na forma de pensamento. Eles também vivenciam sua experiência como sentimentos e tratam esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores na arte ou nas convicções religiosas.

Enfim, a experiência é o que conduz a própria vida destes seres humanos, abrangendo elementos concretos da existência (objetividade e subjetividade), o individual e o coletivo, o universal e o particular.

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso de demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio (THOMPSON, 1981, p. 17).

Portanto, compreendemos a importância da experiência justamente pelo fato de ela ser social e histórica e implicar, necessariamente, no passado, presente e futuro.

Por conseguinte, encontramos em Raizama a produção associada que, com suas inúmeras características, produz cultura e saberes que possibilitam a existência de mulheres e homens enquanto seres humanos a partir da experiência acumulada. Assim, temos trabalhadoras e trabalhadores que, neste percurso histórico, buscam o seu fazer-se como classe trabalhadora. E neste sentido, Thompson (2001) nos explica que, dentro de uma visão marxista, a classe deve ser entendida como uma categoria histórica – derivada de processos sociais –, descritiva de pessoas em uma relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Portanto, a classe é uma formação tanto econômica quanto cultural, o que impossibilita dizer qual aspecto é prioritário.

Thompson (2001, p. 277), também acena para a ligação entre a cultura e a formação de classe:

[...] a classe se delineia segundo o modo como os homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.

E ao conceber classe ao mesmo tempo como “uma formação social e cultural” que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes, Thompson estende a abrangência das manifestações classistas à dimensão simbólica do ser social ao mesmo tempo em que acentua as dimensões política e histórica das

manifestações culturais e resgata a importância do agir humano no desenvolvimento do processo histórico.

E este agir humano, materializado nas experiências individuais e em grupo, consiste em situações vivenciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores de Raizama que buscam produzir a sua existência cultivando princípios como a cooperação, e a ajuda mútua - que também chamamos de produção associada -, valores que são inerentes ao modo de vida destes seres humanos que buscam resistir à cultura dominante.

### **3.4 Mutirão ou Muxirum: a união que faz a diferença**

Em Raizama, outra forma de produção associada encontrada é o Mutirão ou “Muxirum” como é chamado pelos moradores e relatado pelo Sr. Antônio Sales (2016), “Nessa época por aqui tudo fazia esses muxirum. Por aqui fala muxirum e não mutirão” (informação verbal)<sup>92</sup>. Entendemos esta prática de extrema importância para a constituição histórica da comunidade, bem como para a manutenção dos costumes e das tradições da mesma, pois são ações comunitárias fundamentadas em princípios como solidariedade, mutualidade e reciprocidade ainda muito presentes em diversos momentos, espaços e contextos da vida em Raizama.

A origem do mutirão, segundo Caldeira (1956), já preocupou diversos escritores que se empenharam em estudá-lo na tentativa de entender o costume. Desta forma, Caldeira (1956, p. 19 a 24) relata ainda que podemos encontrar artigos como o de J. Figueiredo Filho (1942) dizendo que se trata de uma tradição deixada pelos povos indígenas. Já Joaquim Alves (1945) escreve que os portugueses, quando chegaram ao Brasil, encontraram costumes da vida agrícola que conservaram, como o caso do mutirão dos indígenas que permaneceu ao lado de outros costumes daquela época. No entanto, Arthur Ramos (1943), possui uma tese contrária aos outros pesquisadores e diz que o mutirão apesar de ser um termo de origem tupi<sup>93</sup>, é uma forma de trabalho coletivo de origem africana.

Com isso, temos consciência de que para entendermos a importância desta prática de ajuda mútua encontrada em Raizama não precisamos nos deter nas possíveis origens que ela tenha, mas sim entender que a mesma sofreu influência de variados povos e de suas

<sup>92</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>93</sup> Segundo Curt Nimuendaju apud Caldeira (1956, p. 26), “a palavra *apatchiru* dos Tupinaré é a designação usual em tupi para a reunião de gente para um trabalho comum (ordinariamente para uma pessoa daquela gente)”. Já segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2017), o mutirão tem sua etimologia derivada do tupi = motirô.

respectivas tradições. Isso faz com que o mutirão ainda seja encontrado em diversas comunidades tradicionais do país, sendo resultado da união de seres humanos que produzem sua existência a partir de hábitos e costumes historicamente construídos.

O termo mutirão é utilizado em diversas partes do Brasil para designar dois tipos de práticas desenvolvidas a partir da ajuda mútua, da cooperação e da associação: a primeira está relacionada com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de igrejas, estradas, barracões); e a segunda envolve o trabalho em benefício de uma família (construção de cercas, casas ou mesmo desmatar ou plantar uma área).

Caldeira (1956, p. 29), nos relata ainda que:

[...] as práticas de auxílio mútuo são realizadas por diversas motivações, entre elas: amizade, parentesco e compadrio, ora se revestem de caráter pessoal e se traduzem na prestação recíproca de vários serviços, ora se realizam em grupos familiares ou coletivos e envolve a maioria dos elementos que formam a vizinhança.

Consultando o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Online (2017), encontramos os seguintes significados para o mutirão:

Grupo de pessoas que se reúnem para trabalhar durante a colheita ou no roçado, sem receber remuneração, geralmente em benefício de uma delas; Serviço sem remuneração, prestado por pessoas de uma comunidade, para a construção ou reforma de um imóvel de uma das pessoas do grupo; Qualquer trabalho voluntário por parte de um grupo de pessoas de uma comunidade que tem por objetivo beneficiar o grupo todo.

Além disso, o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Online (2017), apresenta as algumas diferentes denominações para o termo, como por exemplo: mutirom, mutirum, adjunto, adjuntório, ajuri, boi de cova, muxirã, muxirão, muxirom, ponxirão, putirão, putiro e putirum.

Já segundo Cascudo (2012), podemos entender o mutirão como:

[...] o nome genérico por que é conhecido o trabalho coletivo entre as populações rurais. O mutirão compreende determinados trabalhos: broca de roçados, capina de plantações, cava de leirões, reparos em paredes de açudes, cobertura de casas de palha, transporte de maneira pesada, canoas, etc. Por ampliação, pode abranger igualmente algumas formas de parceria no trabalho agrário. O mutirão é uma instituição social que atenua, corrigindo-os, os efeitos individualistas que a economia lata imprimiu à vida rural brasileira. O dono do serviço anuncia sua intenção de realizar um mutirão. Convida os vizinhos, que acodem pressurosos. No dia designado, manhã cedo, chegam os trabalhadores munidos dos instrumentos necessários: foices, enxadas, machados, cordas. De ordinário há um responsável pela direção dos trabalhos, o *cabo*, evidente reminiscência da época das bandeiras. O dono do serviço é considerado com honras excepcionais e, no regresso, à tarde, é conduzido de cadeirinha ou sobre os ombros de algum trabalhador. É indispensável a música. Na véspera, um animal doméstico é sacrificado. Aguardente em profusão. À noite, no terreiro da casa, danças regionais. [...] Existem mutirões femininos entre

rendeiras e fiandeiras e para outros trabalhos executados por mulheres. O mutirão é antes de tudo uma permanência cultural. Uma instituição social. Uma resultante do instinto gregário do homem. Consequência da vida em sociedade. A unificação de esforços no sentido econômico. O povo une-se para enfrentar o trabalho, como se une para bater o inimigo comum às portas da cidade, ou para apagar o fogo na casa do vizinho. Apenas cada grupo social o organiza segundo seus hábitos ou tendências peculiares, em consonância com o ambiente. É uma instituição universal (p. 471 e 472).

Assim, em Raizama, homens e mulheres saem para ajudar trabalhadoras e trabalhadores das comunidades vizinhas, como a Comunidade Mutum e Vaquejador, por exemplo, e, em outro dia, estas(es) trabalhadoras(es) vem a Raizama para ajudá-los. O Sr. Galdino Sales (2015) nos explica como isto acontecia:

Nesse tempo ai, na verdade né tinha muito muxirum. Já programava tudo no mês, no ano tudo programava, o tar do muxirum de fulano. Ia cem cento e poucas pessoa, sessenta, num tinha quantia. Programava aqui, do Vaquejador, pro Mutum, muito longe, Ribeirão ai né. Quando fazia lá, daqui ia, eles ia, quando fazia daqui tudo de lá vinha. Untão se vê, saia madrugada pra participa do mutirão na comunidade. Quando saia daqui ia pra lá, saia daqui madrugada, duas horas da madrugada, pra chega lá cedo pra pegá. E quando fazia aqui o de lá vinha, mesma coisa, era trocado (informação verbal)<sup>94</sup>.

Entende-se o Mutirão ou “Muxirum” como uma reunião de moradores de uma ou várias comunidades para realizar uma ação específica como plantar ou colher, por exemplo. O Sr. Antônio Sales (2016) nos relata o que ocorria nos mutirões:

Era pra fazer roça, limpar roça, de enxada. Fazia de tudo. Fazia muxirum pra roçá, fazia muxirum pra derrubada, fazia pra torar madeira, que nesse tempo por aqui fazia cerca de contra porco. Tudo na mão. Torava a madeira com machado, na mão. Bardeava donde ia fazer a cerca no ombro. Bardeava onde ia fazer a cerca contra porco. E o muxirum era assim, tinha o tar do quebra torto, que por aqui fala quebra torto, ai armoço, janta, ai arves de tarde fazia festinha pos muxiruero (informação verbal)<sup>95</sup>.

Segundo Neves (2013), quem realiza o mutirão convida as pessoas da própria comunidade e das comunidades próximas e como “pagamento” ajuda nos próximos mutirões promovidos pelos participantes do seu.

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. [...] Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajuda-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há

<sup>94</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>95</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016

remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CÂNDIDO, 2010, p. 81 e 82).

O Sr. Galdino Sales (2016) nos explica que nos mutirões também ocorria a troca de dia como forma de retribuição pela ajuda dada:

É, nessa época tocava a roça. Esse, agora fala mutirão, mas nessa época era muxirum. Tudo era trocado o dia. Do mês ocê já programava, fim da semana de fulano, terça de cicrano, quarta de cicrano, sábado é de dicrano, já tudo programado. Ocês sabem que tinha roça de dois arqueire que pegava ele bem cedo, quando era umas hora, umas três hora da tarde tava tudo carpido e se pudesse tudo prantado. Com troca de dia porque todo mundo fazia muxirum. Daqui pro ribeirão, lá pra onde Filinha mora, quando fazia aqui ele vinha, quando fazia lá a turma ia (informação verbal)<sup>96</sup>.

Além disso, Caldeira (1956) explica que são duas formas de se manifestar a solidariedade e a ajuda mútua entre as trabalhadoras e trabalhadores através de um mutirão. Na primeira, quem precisa de ajuda convida com antecedência a vizinhança. O convite é realizado diretamente, mas também pode ocorrer de forma indireta, pois quem é convidado para o serviço convida outros que também podem ajudar no trabalho. Na segunda, a ajuda mútua surge do impulso instintivo de ajudar alguém que se encontra necessitado e que por algum motivo deixou de pedir ajuda. É uma forma de reafirmar, perante o grupo, o espírito de solidariedade. O Sr. Manoel Nunes (2016) nos explicou como esses convites aconteciam:

Naquele tempo o pessoal marcava um dia e falava que tar dia ia fazer um muxirum, e convidava aquele pessoal pra ir trabaiá naquele dia. Se fosse de carpir, de capiná, ia todo mundo com inchada capiná. Ali ele dava o alimento, e ai trabalhava o dia inteiro. E juntava gente, juntava 40, 50, 60 pessoa. Muitas vezes, ia gente sem ocê precisá chama, quando ele sabia, ele ia. Ai trabalhava desde bem cedinho. Ai terminava, ia todo mundo pra casa (informação verbal)<sup>97</sup>.

Independente da forma e de quem recebe ou pede ajuda, não existe contrato que o obrigue a participar, pois o mesmo fica no dever de retribuir a prestação do serviço na primeira oportunidade que surgir por considerar uma obrigação consagrada pelo costume e uma norma totalmente moral de convivência. Ou seja, o mutirão é constituído a partir de um contrato moral de retribuição também entendido por Mauss (2003) como uma retribuição da dívida que será melhor explicado ainda neste texto.

Já o Sr. Antônio Sales (2016), nos explica que o organizador ou “dono” do “Muxirum”, aquele que recebe os trabalhadores e trabalhadoras de outras comunidades tem a

<sup>96</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>97</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 26 de maio de 2016.

obrigação de oferecer o quebra-torto<sup>98</sup>, almoço e jantar a todos que participam do trabalho. Nesta perspectiva, Willems (1947), explica que existem duas formas de reciprocidade relacionadas ao mutirão: a primeira é chamada de reciprocidade instantânea, pois se refere às comidas e bebidas que o “dono do mutirão” oferece aos participantes ao final do trabalho coletivo; já a retribuição dos serviços prestados constitui a segunda forma, também chamada de reciprocidade adiada.

O Sr. Antônio Sales (2016) nos informa também que antigamente cada pessoa podia fazer um “Muxirum” a cada 20 ou 30 dias, pois existia um rodízio nas comunidades que era seguido “se eu fizesse hoje daqui uns 30 dia, 20 dia podia fazê otro” (informação verbal)<sup>99</sup>. Acrescenta dizendo que participavam sempre aproximadamente 50 pessoas de diferentes comunidades próximas “reforçando os vínculos sociais existentes baseados nas relações de parentesco, vizinhança, compadrio e amizades (SOUSA, 2013)”.

Ainda segundo o Sr. Antônio Sales (2016), apenas os homens participavam dos trabalhos mais pesados nos “Muxiruns” na roça, e as mulheres eram responsáveis pela comida servida aos participantes e às vezes também aproveitavam este acontecimento e organizavam o “Muxirum” para fiar algodão, pois naquele tempo “quase tudo plantava algodão, dormia na rede de fio, fiado por aqui mesmo, tecido por aqui mesmo” (informação verbal)<sup>100</sup>. Sobre a participação das mulheres nos trabalhos nos mutirões Caldeira (1956) nos explica que a forma como acontece em Raizama é basicamente a mesma no restante do país e que a tarefa destinada a elas nestes eventos é basicamente a preparação dos alimentos para os demais participantes:

Muito embora não se disponha de informações concludentes sobre a escala em que as mulheres participam dos trabalhos agrícolas em regime de ajuda mútua, nas diversas zonas do país, parece que o concurso do elemento feminino é principalmente indireto e, só em determinados casos e circunstâncias, direto. No mutirão, mais do que nas atividades habituais da família camponesa, acentua-se o aspecto da divisão do trabalho entre os sexos. Dada a inferioridade relativa do rendimento do trabalho da mulher e sua inaptidão física para certos labores, como por exemplo, brocas e derrubadas, cabe ao homem a parte mais árdua nessas tarefas. Mas, ainda que a natureza de certas atividades permita a participação da mulher na faina coletiva, o trabalho que naturalmente lhe está reservado é o de preparar alimentos para os participantes do mutirão. Assim, simultaneamente com a labuta dos homens na roça, há o mutirão das mulheres em casa para execução de tarefas. [...] Contudo, quando determinado serviço é extremamente urgente e demanda o máximo de emprego de pessoas, as mulheres participam diretamente da tarefa

---

<sup>98</sup> Café da manhã reforçado, servido geralmente entre 04h00 e 05h00. O quebra-torto é uma refeição seca e servida em temperatura ambiente (nem fria nem quente) composta por restos do jantar do dia anterior. Alguns exemplos de refeições servidas no quebra-torto são os empamonados de feijão, de carne, de bucho e tripas, de torresmo, de peixe etc. Também podem ser servidas misturas, igualmente empamonadas, como carne com arroz, carne com banana (seja verde ou madura), carne com tubérculos (mandioca, cará, batata-doce etc.). As carnes costumam ser de porco, boi, caça, peixe ou galinha, dependendo da época e do que o mato-grossense caça, pesca ou cria.

<sup>99</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>100</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

agrícola, observando-se o princípio da divisão do trabalho em consonância com a tradição local (p.35).

Assim, os homens e os meninos, quando já conseguiam ajudar, iam para a roça e as mulheres e as meninas, quando não ajudavam na preparação das comidas, ficavam em casa, fiando algodão.

No entanto, com o passar do tempo a prática do Mutirão ou “Muxirum” para plantar, colher ou fiar deixou de ser comum em Raizama e nas comunidades próximas. Aos poucos este costume vem se perdendo. No entanto, nossos depoentes não sabem afirmar exatamente o porquê desta tradição não ser mais executada com tanta frequência como antes, pois esporadicamente ainda acontece. Alguns dizem que o trabalho na terra se tornou menos penoso e mais rápido com a chegada de alguns poucos equipamentos na comunidade e com isso são necessárias menos pessoas para realizar o trabalho que antes era totalmente manual e mais demorado. Já outros relatam que o fato de muitos jovens não viverem mais em Raizama dificulta a organização de mutirões, pois para este evento são necessários braços fortes e muita disposição para um dia duro de trabalho ao sol, e isto, os mais idosos já não conseguem mais realizar com o mesmo vigor.

Com isso, muitas vezes o que lhes resta (salvo algumas exceções como nos casos de saúde) é realizar todo o trabalho no campo com a ajuda de poucos familiares e maquinários ou então pagar a diária (em dinheiro) para outra pessoa de Raizama, ou mesmo de comunidades vizinhas, quando o trabalho for mais urgente e pesado, conforme relata o Sr. Antônio Sales (2016), “eu trabaio sozinho. Eu pago argum, quando tem servicinho aí eu pago arguem. Uma pessoa, duas pessoa pra ajudar na limpa. Porque a limpa de pranta ar veiz é mais difícil. Ai tem que pagar” (informação verbal)<sup>101</sup>.

Todavia, o que ocorre nos dias de hoje são pequenos “Muxiruns”, também chamados pelas trabalhadoras e trabalhadores de “Muxirunzinhos”, com o objetivo de realizar tarefas que possuam um objetivo coletivo, como por exemplo, a organização da Festa de São Vicente de Paulo em que a comunidade se organiza para limpar o pátio da igreja, organizar a festa, fazer toda a comida que será distribuída, além de cuidar das prendas, sorteios e leilões, conforme explica o Sr. Antônio Sales (2016), “Esse tá quase, pouca, as veiz faz um muxirunzinho, mas poquinho. Num tá mais como era. Num é mais. É pouca coisa. Ar veiz é pra limpar igreja ainda faz, é muxirunzinho” (informação verbal)<sup>102</sup>. Já o Sr. Manoel Nunes (2016) relata que “esse mutirão foi acabando, devagar, degavar, foi acabando, acabando até

<sup>101</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.


<sup>102</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.



quase não ter mais. Agora o que eu sei é que só quando reúne igreja, negócio assim, mas de outros tipos de roça assim, parece que tá difíci” (informação verbal)<sup>103</sup>.

Além disso, outro exemplo foi a organização de ações em prol da reestruturação da farinha que envolveu toda a comunidade trabalhando coletivamente para organizar um almoço beneficente (imagem 34), em que alguns limpavam o terreno para receber as pessoas, outros fizeram inúmeras panelas de comida (imagem 35), alguns venderam as rifas, outros serviram os pratos (imagem 36) e os demais realizaram os leilões e o sorteio das rifas (imagem 37).

Segundo Sabourin (2000, p. 45), “a regulação das diversas formas de mutirão é característica da lógica de reciprocidade. Trata-se da solidariedade na produção da força de trabalho no seio da comunidade”.

<b>Almoço beneficente para arrecadar recursos para a reforma da farinha</b>	
<b>Imagem 34: Trabalhadoras preparando o almoço</b>	 A photograph showing several women working in an outdoor kitchen area. They are standing around large pots on a brick stove, preparing food. The area is covered by a simple wooden structure.
<b>Imagem 35: Galinhada sendo preparada</b>	 A close-up photograph of a large metal pot filled with a chicken soup (galinhada). The soup is yellowish and contains pieces of chicken and vegetables.

<sup>103</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

**Imagem 36: Trabalhadoras(es) servindo o almoço**



**Imagem 37: Sorteio das rifas**



Fonte: Lyra (2016)

A própria reforma da farinheira foi realizada aos poucos e em grande parte pelos moradores associados em forma de mutirão que decidiram em uma reunião realizar os encontros aos sábados a partir de uma escala de trabalho.

Ao todo foram 12 sábados para a finalização da obra que também teve ajuda de um pedreiro contratado pela associação e um associado que fazia o papel do servente da obra. Uma escala de trabalho foi organizada com base na disponibilidade de cada associado, em que cada um cedia um dia do seu tempo para ajudar o pedreiro durante a semana e depois participava do mutirão aos sábados. Desta forma, todos os associados conseguiram ajudar na obra que durou três meses. Já durante os sábados de mutirão (imagem 38), o trabalho tinha início sempre às 07h e seu encerramento ocorria por volta das 16h30 com uma parada para o almoço. Durante o período, as trabalhadoras e os trabalhadores alternavam as tarefas e todos participavam de alguma forma da reforma. Caso alguém não pudesse comparecer, mandava outra pessoa para substituí-lo em suas tarefas, pois já havia assumido o compromisso e não poderia deixar de honrá-lo por entender que as demais pessoas contavam com a sua presença na divisão das tarefas já definidas antecipadamente, conforme explica a Sra. Mariquita (2016): “Aí fez rodízio. Aí quem não ia, vamo supor, que fosse funcionário e não podia ir, igual meu marido que trabalha na fazenda, ai ele pagava o dia pro sobrinho dele ou pro irmão dele ir. Cada dia era um” (informação verbal)<sup>104</sup>.

<sup>104</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 10 de setembro de 2016.

Percebemos, a partir das conversas e entrevistas realizadas, que a preocupação com o coletivo é algo de extrema importância para a comunidade, pois todos zelam para não faltar aos compromissos assumidos e se realmente não puderem comparecer há a preocupação de colocar alguém em seu lugar. A exceção ocorre nos casos de doenças em que as faltas são totalmente entendidas e incentivadas para que a trabalhadora ou o trabalhador enfermo possa se recuperar logo e assim continuar ajudando nas tarefas.

**Imagem 38: Mutirão para a reforma da farinheira**



Fonte: Lyra (2016)

Estas são práticas menores de “Muxiruns”, porém preservam todas as características encontradas nos mutirões mais antigos, pois a solidariedade, a cooperação, a ajuda mútua, o trabalho coletivo e a reciprocidade continuam presentes, visto que seus moradores ainda conseguem preservar elementos particulares da cultura existente que foram aprendidos com as

gerações anteriores. Ao mesmo tempo em que transforma sua realidade, Raizama mantém os princípios fundamentais para a existência enquanto comunidade tradicional.

Esta forma de organizar a produção material e imaterial da vida em comunidade Ploeg (2008) chama de agricultura camponesa moderna ou modo camponês de fazer agricultura que articula a produção e as relações sociais mais globais que se definem com base em seis características principais: uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

São várias as formas existentes do modo camponês de fazer agricultura, mas todas elas possuem como características comuns: uma relação intensa com recursos naturais vivos, mas restritos à otimização do trabalho e à valorização da ajuda mútua; e um afastamento institucionalizado das regras do mercado capitalista associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista (SABOURIN, 2009).

Com isto, entendemos que a lógica da reciprocidade está presente na produção e no consumo, bem como no manuseio dos recursos. Existe solidariedade na produção e no compartilhamento dos bens coletivos, uma vez que se destinam à produção familiar. Sabourin (2009) nos explica ainda que o fundamento da ajuda mútua ou da solidariedade no sistema de reciprocidade não busca a produção única de valores de uso ou de bens comuns para compartilhar, e sim a criação “de ser”, de vínculo social. Para conseguir a considerações dos demais membros da comunidade, é necessário possuir, mas é necessário possuir para dar, para retribuir, no espaço da família e de uma família para a outra (dote e dotações). Assim, esta lógica da reciprocidade visa de fato estender as relações sociais e afetivas através da redistribuição, ou seja, por meio da reprodução da dívida ou do compartilhamento dos recursos.

Quando falamos sobre a reprodução da dívida estamos nos referindo ao que Marcel Mauss (2003) intitula de economia do dom ou da dívida. Em sua obra, “Ensaio sobre a dívida: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, publicada originalmente em 1925, o sociólogo relata que a dívida ou o dom é o princípio de várias organizações sociais em todo o planeta independente de sua base ser capitalista ou não capitalista. E justamente por isso a dívida produz diversos tipos de alianças, como por exemplo, matrimoniais, políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas. “A finalidade é antes de tudo moral, seu objeto é produzir um sentimento de amizade entre duas pessoas envolvidas” (2003, p. 211).

Na dádiva não se incluem apenas presentes, bens e riquezas, mas também comidas, ritos festas, esmolas, etc.

Ainda segundo Mauss (2003), há na dádiva a obrigação de retribuí-la, não somente como algo voluntário, livre e gratuito, mas também como algo obrigatório e interessado. Não existe a simples troca de bens entre indivíduos, mas a obrigação mútua da retribuição. O sociólogo também explica que não existe somente a obrigação de retribuir, mas que existe, igualmente, a obrigação de dar e a de receber.

Já Godelier (2001, p. 22), quando discorre sobre o estudo de Mauss diz que é necessário entender que “antes de receber um dom é preciso que ele tenha sido dado”. Temos assim um ciclo da dádiva que, de acordo com Gaiger (2016), envolve três momentos distintos:

O momento desencadeador é o da primeira dádiva, ofertada graciosamente conforme as regras do jogo quando a seu conteúdo e destinatário; o segundo gesto é aquele do recebimento, em atitude de acolhida ou de renovação dos vínculos e dos compromissos de aliança e amizade conexos; posteriormente, em lapsos de tempo variáveis e sem qualquer conotação de encomenda pelo primeiro ofertante, sobrevém o momento da retribuição, na qual os deslocamentos se invertem e o valor do bem agora ofertado supera o do bem original (p. 68).

Temos, assim, um contexto em que se deve dar mais, mesmo não existindo regras que determinem essa condição de equiparidade entre as coisas dadas, mas sim, baseando-se nos valores sociais que as coisas possuem e que variam de acordo com o grupo social e as circunstâncias em que essas dádivas acontecem. Desta forma, o ciclo se repete com a realimentação das dívidas.

É importante salientar também que recusar dar é entendido como um tipo de descaso e se recusar a receber pode significar a recusa de um pacto, conforme explica Mauss (2003): “Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão” (p. 201 e 202). Entendemos, com isso, que existem vários direitos e deveres que envolvem o dar e o receber, fazendo com que o doador obtenha respeito e o donatário obtenha uma dívida que, por obrigação, deve ser paga para que os vínculos existentes entre eles permaneçam e se sustentem.

Com isso, não podemos entender a dádiva como um ritual ou algo que ocorre apenas como uma forma de passar o tempo, pois criar e manter vínculos foram e continuam sendo ações muito importantes no mundo.

Godelier (2001, p. 22 e 23) nos explica o significado de dar, bem como disserta sobre o dom e suas consequências nas sociedades:



[...] Dar é transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém de quem pensamos que não pode deixar de aceitar. O doador pode ser um grupo ou um indivíduo que age sozinho ou em nome do grupo. Assim o donatário pode ser um indivíduo ou um grupo ou uma pessoa que recebe o dom em nome do grupo que representa. Logo, o dom é um ato voluntário, individual ou coletivo, que pode ou não ter sido solicitado por aquele, aquelas ou aqueles que o recebem. [...] Dar parece instituir simultaneamente uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quicá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado.

Assim, entendemos que são duas correntes opostas que abarcam um mesmo ato e que são passíveis de identificação em nossas sociedades através da reciprocidade. Por exemplo: a troca de dia, a ajuda mútua, o apadrinhamento e a solidariedade na produção ou na redistribuição de alimentos, como acontece em Raizama.

Temple; Chabal (2017) acrescentam dizendo que a reciprocidade significa a existência de uma ligação de um primeiro termo para um segundo, bem como do segundo para o primeiro. A reciprocidade é uma relação que se redobra e que envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua.

### 3.5 As Relações Sociais em Comunidade

Não só Raizama, mas inúmeras outras comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil possuem a sua organização social regulada pela chamada *reciprocidade camponesa*, em que as relações familiares e a ajuda mútua constituem formas de relacionamento e organização (SABOURIN, 2009). A organização desses grupos ocorre pelo reconhecimento das regras transmitidas de uma geração a outra e garantidas pela autoridade dos chefes de família.

Em Raizama, as relações sociais estão, em grande parte, relacionadas aos laços de parentesco existentes, pois a família é o ponto central da vida afetiva destas pessoas. Segundo Engels (2009, p. 13), “[...] quanto menos desenvolvido estiver o trabalho, quanto mais reduzida for a quantidade de seus produtos e, em decorrência, a riqueza da sociedade, tanto mais fortemente a ordem social é dominada pelos laços de parentesco”.

De acordo com a explicação do Sr. Antônio Sales (2016) “aqui o que não é parente é bem pouco dessas fazenda maior. Mas o resto aqui tudo é parente” (informação verbal)<sup>105</sup>. A formação desta comunidade acontece até hoje em função dos laços consanguíneos ou de

<sup>105</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

casamento, garantindo a manutenção de uma cultura própria, fortemente caracterizada pelas superstições e pela religiosidade que são passadas através das gerações.

Como aconteceu durante muito tempo com os casamentos na região, em Raizama o noivo “roubava” a noiva e os dois fugiam. Isto bastava para que fossem declarados casados. Não havia nenhum tipo de cerimônia religiosa ou festa, mas sim um acordo verbal e moral de que uma vez “roubada” a moça já se tornava uma mulher casada e com isso o rapaz já tinha obrigações de ter e manter uma casa. Só depois de tudo confirmado pela família das partes é que o casal seguia para o cartório para oficializar a união, porém isto poderia levar muito tempo, pois dependia da disponibilidade de tempo e de dinheiro do casal.

Contudo, roubar alguém não significava necessariamente levar para longe, fugir totalmente aos olhos dos pais e parentes, mas sim “roubar” e “fugir” pra levar para uma nova casa, um novo espaço que muitas vezes ficava muito próximo da casa dos pais do rapaz ou da moça<sup>106</sup>.

O Sr. Galdino Sales (2016) nos explicou como isso acontecia:

Nós tava conversano assim, porque tuda vida corria a noticia que, aqui na região, falava fulano roubou cicrana. Falava, mas pra onde que ele foi, pra onde será que ele foram. Ai falava tá lá na casa de mamãe, tá lá em casa de papai. Diz que roubou né, mas tá na casa da famia. Uma vez que apareceu um que conversano comigo, ele lembrou desse, mas como que eu ouvi falar que fulano roubou fulano e fugiu. Fugiu com fulano e ele ta na casa do pai da menina. Casamento já existiu. Tuda vida existiu, mas é raro esse. O comum era dessa forma. Depois que ia no cartório. Era muito raro ter um casamento (informação verbal)<sup>107</sup>.

Atualmente, pouca coisa mudou, pois trocou-se o “roubar” pelo simples comunicado às famílias de que o casal passará a viver juntos. Ainda não se tem o costume de fazer festas ou celebrações na igreja. O que se pode perceber nas falas das trabalhadoras e trabalhadores entrevistados é que a tradição e o costume com relação aos casamentos e formação das famílias em Raizama persistem, mesmo com a chegada à comunidade da televisão (décadas atrás), da escola e da internet, que poderiam ser instrumentos de mudanças e perda de identidade.

Paradoxalmente à ausência de casamentos na igreja, um ponto importante foi observado em Raizama: a prática da religião naquele espaço existe com muita força, pois é algo muito presente, composto de sentido, significados e símbolos. Podemos citar como exemplo a tradicional festa religiosa de São Vicente de Paulo. Esta festa mantém costumes e tradições que foram herdadas de gerações passadas, por isso é entendida como tradicional.

<sup>106</sup> Utilizamos os termos “rapaz” e “moça”, pois trata-se da forma utilizada pela comunidade quando relata as histórias que envolvem os casamentos.

<sup>107</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

Além disso, é organizada pela comunidade de forma coletiva, pois mesmo existindo os festeiros oficiais em cada ano, as tarefas são distribuídas de forma que todos participem, conforme explica o Sr. Antônio Sales (2015):

Antes por aqui tinha aquelas pessoa mais antiga que faziam festa por tradição já de fazer. Era todo ano. Chegava naquele dia e fazia a festa. Ai sempre assentava os ajuizados. Tinha os ajuizado, esse, mais o da despesa maior que dava comida, dava bebida, dava de tudo, era só o dono da casa da festa. Ele que arrumava jeito pra dar de tudo. Por aqui tinha festa que ia dois dia, duas noite. Dos tempos prá cá mudou a parte da organização. Que ai organização sempre nessa festa do São Vicente de Paulo, ai já junta mais pessoa pra ajudá organizá. E antigamente pra organizá memo era o dono da casa. Os juizado que assentava pra sair arrumava os negócio que era pra entregá, dava pros dono da casa e ai ele que ia administrá, como que ia fazer. Hoje já é diferente porque a organização já é grupo de organizador (informação verbal)<sup>108</sup>.

Conversando com uma das festeiras, compreendemos como a festa é organizada: são meses de preparação que antecedem os três dias de comemorações e toda a comunidade participa. Primeiramente são realizados mutirões para limpar o espaço ao lado da igreja onde ocorre a festa. Existe um barracão onde acontece o baile e outro pequeno espaço coberto onde se encontra o altar do santo (imagem 39) e é realizada a reza, também chamada de ladainha cantada (imagem 40).



<sup>108</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.



**Imagem 40: Espaço do altar e da reza**



Fonte: Monlevade (2014)

Depois da limpeza, a comunidade se organiza em diferentes grupos para sair com a bandeira do santo realizando novenas, recolhendo esmolas e convidando os moradores de outras comunidades para a festa. Esta esmola é aquilo que a pessoa pode doar para ajudar na festa, ou seja, uma galinha, um porco, arroz, feijão e até mesmo dinheiro, pois tudo será utilizado para a realização do festejo. A Sra. Robertina Sales (2014), festeira em 2014, trabalhadora nascida e criada em Raizama nos relata:

Reuni a comunidade inteira pra fazer os trabalhos, ai esse é bem antes assim daí já vem reunindo fazendo os mutirões da comunidade faz o mutirão assim pra limpar o terreiro. Sai nas comunidades sai, com a bandeira, bandeira de São Vicente. Ai vai tirar a esmola para o santo e já convidando pra festa. [...] Na verdade assim quando sai com a bandeira o pessoal da marcha e só dinheiro mesmo da esmola, ai assim quando a gente pede prenda daí esses que eles dão quando você as vezes dá galinha, ai pode as vezes tem gente que até dá arroz, feijão mais é pouco, se for galinha ou porco esses negócios a gente põe no leilão. O que ganha do pessoal de outras comunidades o pessoal daqui também, assim da prenda esses vai no leilão. Na verdade o que faz o mesmo assim pra o gasto do almoço da janta esse mais é dos festeiros (informação verbal)<sup>109</sup>.

Desta forma, mesmo existindo os festeiros oficiais daquele ano, a comunidade coletivamente organiza todos os detalhes do festejo e nos três dias do evento as tarefas são distribuídas de forma que todos participem. Assim, existe um grupo responsável pela alimentação, outro pela limpeza, um preparando o baile, outro cuidando da missa e das rezas.

Segundo o Prof. Lucídio Sales, morador e também participante do evento em 2014, a festa de São Vicente de Paulo é uma das poucas que ainda mantém características de tempos passados:

<sup>109</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 10 de junho de 2014.

[...] aqui é uma das poucas festas que ainda existe na região e que ainda permanece algumas culturas, então, por exemplo, aquele barracão de palha ali, ele é exclusivo para as famílias, elas vem armam a rede, para deitar as crianças agora a noite. Antigamente todas as festas de santo, de igreja daqui tinha isso aí, hoje não tem mais. [...] e também a outra parte fundamental é a questão da alimentação, aqui é praticamente uma semana de festa, por que, fica desde quarta feira agora, as famílias já vem pra cá, pra estar ajudando na organização da festa, por exemplo arrumar alguma coisa que ta faltando, trocar palha dos barracos que tem e já é uma forma de solidariedade entre a comunidade, durante o ano todo, uma festa dessa aqui é onde a comunidade se encontra, é o momento, por exemplo eu moro aqui no fundo da igreja, tem pessoas que eu fico o ano todo sem ver, por que a gente trabalha tem outros afazeres, a pessoa também tem outros afazeres, então é assim, um momento muito importante na comunidade é esse momento aqui. E ele vai até hoje, tem a festa agora a noite, amanhã tem o dia todo, tem almoço e janta, ninguém paga nada de alimentação, aqui só paga bebida, alimentação é livre pra todo mundo, segunda-feira tem a tradicional feijoada, por que aqui nós matamos em média de 6 vacas por festa, fora porco e galinha, então aí na segunda tem a feijoada dos ossos e da buchada (informação verbal)<sup>110</sup>.

Como se pode observar, a Festa é um evento muito importante na comunidade e repleta de significados e respeito às tradições, costumes, credos e expressões simbólicas que resultam na produção social da vida. Caetano; Neves (2014, p. 601) explicam também que “[...] os moradores têm a possibilidade de integrar prazer e trabalho, já que a prioridade é a reprodução ampliada da vida e não o sobretrabalho”.

Desta forma, entendemos que as trabalhadoras e os trabalhadores de Raizama se reconhecem como “uma comunidade herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral, que pode vir de tempos imemoriais ou de tempos muito próximos” (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 84).

A comunidade possui memória dos fatos históricos que ocorreram desde seus ancestrais até os dias atuais englobando todas as situações de luta e conquista, de confronto, expropriação e resistência. Assim, a produção da vida material e imaterial destas trabalhadoras e destes trabalhadores parte da acumulação de saberes que atravessa gerações. Estes saberes decorrem das vivências coletivas e solidárias que perpassam a vida destas mulheres e homens de Raizama que possuem uma forma específica de ser e estar no mundo, pois, segundo Thompson (1998, p. 336):

[...] se a comunidade é unida pelos laços de parentesco e pelo trabalho comum, possui igualmente elementos da cultura comum, feitos de fortes tradições orais (que são essenciais para transmitir os rituais populares) e de uma herança de costumes e histórias frequentemente codificados no dialeto do povo.

<sup>110</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 27 de setembro de 2014.

Desta forma, a vida em comunidade transcorre pelas práticas associadas e coletivas que permitiram a formação de seres humanos políticos, fortalecidos mutuamente, e engajados na luta pela resistência ao seu modo de vida e permanência em suas terras. Esses enfrentamentos só são possíveis porque existe um aprendizado que decorre destas experiências vividas. Ou seja, há um processo educativo, há a produção de saberes resultantes não só do conhecimento transmitido pela escola, mas também em consequência das lutas que ocorrem em outros espaços sociais no decorrer da vida. “[...] A construção desses novos conhecimentos tem como base a própria realidade dos sujeitos” (SOUSA, 2013, p. 19).

Mészáros (2008) explica que grande parte da nossa formação e aprendizagem acontece fora dos ambientes escolares formais:

[...] Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras a ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal (p. 53).

E, com isso, compreendemos que saberes são construídos a partir das práticas sociais educativas como os mutirões, as trocas de dia, as ações solidárias desenvolvidas pela comunidade. Esses saberes, principalmente a partir da oralidade e dos exemplos dos mais idosos, são transmitidos de uma geração para outra fazendo com que a cultura e a tradição de produzir a vida associadamente encontrada em Raizama seja mantida.

Assim, um dos saberes presentes em Raizama que podemos apresentar é em relação à terra e à cura de enfermidades por meio da natureza (plantas, ervas e raízes), isto é, da relação ser humano/natureza. Sendo esta relação de equilíbrio vital. Estas trabalhadoras e trabalhadores possuem grande prazer e um imenso contentamento em trabalhar na terra que faz parte de sua história. Para estas pessoas, a terra é sinônimo de vida e de trabalho, pois é de onde retiram o sustento de sua família e a cura para inúmeras doenças. “[...] Esses trabalhadores e essas trabalhadoras aprenderam com os seus antepassados não só a cuidar da terra, mas como viver dela a partir de uma lógica não mercantil” (CAETANO; NEVES, 2013, p. 268).

Desta forma, este saber é passado de forma oral de geração em geração, sendo possível, nos dias atuais, encontrar nestas comunidades mulheres que ainda produzem remédios caseiros, como o xarope de mel com casca de jatobá e babosa e as famosas “garrafadas” que por terem muitas ervas medicinais concentradas são usadas para tratar diversas enfermidades.

As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. [...] O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade (THOMPSON, 1998, p. 18).

Justamente por isso ainda é possível, depois de tanto tempo, visualizar as características da cultura e dos saberes presentes em Raizama.

O Sr. Claudino Almeida (2016), trabalhador nascido e criado em Raizama, nos contou um pouco mais sobre os remédios caseiros:

Na verdade eu fala pro ceis, aqueles que usa remédio do mato é mais sadio que esses de agora, qualquer coisinha é uma pastilha, um coisa, faz bem pruma coisa e prejudica outra em outro lugar. E esses povo mais velho daqui que num vivia dependente de doutor, esse sempre parecia mais veio né, se ferve tar coisa ferve tar coisa. Então esse ai é mais sadio do que esses de agora (informação verbal)<sup>111</sup>.

Observa-se, com a fala do Sr. Claudino, que em Raizama o costume de tratar as doenças com remédios caseiros sempre existiu. Até pouco tempo as crianças eram criadas somente com este tipo de remédio. Sem contar que os mais idosos tinham o costume de sempre procurar o “raizeiro”<sup>112</sup> da comunidade para fazer o tratamento das enfermidades. Somente em casos mais urgentes e de extrema gravidade as trabalhadoras e os trabalhadores buscavam ajuda nos postos médicos das cidades mais próximas, como por exemplo, o posto de saúde de Jangada e o pronto socorro de Várzea Grande.

Porém, com a chegada de um posto de saúde na Comunidade Mutum, próximo a Raizama, no qual, até janeiro de 2017, um médico atendia duas vezes por semana, a tradição dos remédios caseiros pouco tem sido perpetuada, simplesmente pelo fato dos mais jovens acharem mais prático procurar o posto de saúde para buscar um pacote de soro ou para procurar ajuda quando uma criança está com diarreia. Estes são exemplos de pequenas enfermidades que, até pouco tempo, se tratava em casa com soro caseiro e ervas medicinais.

<sup>111</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>112</sup> Segundo as trabalhadoras e os trabalhadores da comunidade são pessoas com grande conhecimento em preparar remédios caseiros a partir das folhas e raízes de ervas medicinais.

No entanto, entre os mais idosos, a prática ainda é costumeira como pudemos observar quando o Sr. Galdino sofreu um pequeno acidente de moto indo para o município de Jangada. Ele foi socorrido e levado para casa e não para um posto de saúde ou hospital como possivelmente faríamos por se tratar de uma pessoa de mais idade. A queda o deixou com vários hematomas, machucados, alguns cortes que foram tratados com chás, compressas com ervas medicinais socadas e banhos com plantas específicas para tirar a dor no corpo. Após um mês retornamos a Raizama e o Sr. Galdino já se encontrava completamente recuperado e confirmou que em nenhum momento procurou um médico, tratando apenas com os remédios caseiros feitos a partir das plantas medicinais.

Além disso, até bem pouco tempo, todos os partos eram realizados na própria comunidade. A Sra. Euzébia foi a parteira daquela localidade até ficar com a saúde bastante debilitada e não mais conseguir realizar o seu trabalho. Somente em caso de emergência as trabalhadoras eram levadas para a cidade para terem seus filhos. Ademais, após o parto todas estas mulheres eram “medicadas” com as garrafadas, ou seja, com o composto de ervas que tinha o objetivo de cicatrizar e prevenir qualquer tipo de infecção.

No entanto, todos estes saberes acumulados pela Sra. Euzébia não foram transferidos para nenhuma outra trabalhadora ou trabalhador. Segundo as senhoras entrevistadas, isso aconteceu porque não houve interesse de ninguém em Raizama nem mesmo de comunidades próximas em aprender o ofício. E com isso, nos últimos anos, todos os partos têm acontecido na cidade de Jangada ou mesmo em Várzea Grande.

Apesar de ainda encontrarmos em Raizama muitos idosos que possuem um enorme conhecimento sobre os remédios caseiros e que ainda os utilizam com bastante frequência, também observamos que estes saberes correm o risco de se perder com o tempo, pois os mais jovens, conforme explicamos, preferem a facilidade dos postos médicos e hospitais das cidades próximas para levarem seus filhos. Isto tem preocupado os mais idosos da região que, nas entrevistas que nos foram concedidas, deixaram claro o quanto gostariam que esses costumes continuassem a ser passados de uma geração a outra e não fossem esquecidos com o tempo.

Assim, na contramão dos mais jovens da comunidade, a Sra. Jovina Almeida de 80 anos, trabalhadora nascida e criada em Raizama, procura manter viva a tradição dos remédios caseiros e em 2016 (informação verbal)<sup>113</sup>, nos mostrou o seu quintal e as diversas plantas medicinais que cultivava para consumo próprio e para fazer as garrafadas. Entre as que nos mostrou e cujo uso explicou, estão:

---

<sup>113</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

- Vick – chá utilizado para gripes e resfriados;
- Hortelã – chá para acalmar;
- Sabugueiro – chá para catapora;
- Melissa – chá para pressão alta e para acalmar;
- Guaco – chá para tosse;
- Terramicina – banho com as folhas para curar feridas;
- Pitanga – chá das folhas para o rim;
- Figatil – suco das folhas para o fígado;
- Jucá – chá para inflamações;
- Sofre de rim quem quer – chá para o rim;
- Jatobá – chá para problemas respiratórios;
- Urucum – anti-inflamatório.

### Remédios Caseiros<sup>114</sup>

**Imagem 41: Sra. Jovina Almeida e seu canteiro de ervas medicinais**



**Imagem 42: Urucum**



Fonte: Lyra (2016)

<sup>114</sup> Imagens ilustrativas

Além disso, em praticamente todas as falas das trabalhadoras e dos trabalhadores mais idosos que foram entrevistados, foi possível notar dois sentimentos distintos quando o assunto é produzir na própria terra todos os alimentos necessários para viver com saúde e não depender da cidade para quase nada, e ter a facilidade de encontrar na cidade praticamente tudo que precisam para sobreviver sem ter que lidar com a terra de sol a sol (em plena terceira idade) para produzir o que precisam.

Quase todos os entrevistados que possuem um pouco mais de idade foram categóricos em afirmar que amam a terra e são gratos a ela pelo sustento de toda família, pois antigamente tudo se produzia em Raizama, restando apenas o sal e algum tecido que eram comprados na cidade, conforme explica o Sr. Claudino Almeida (2016):

Antigamente nós não comprava de nada na cidade. Nós cuida feijão, arroz, era de tudo. A gordura, o óleo memo é até hoje, nós não sabe preço de óleo. Nós não tem costume de comprar o óleo. Nós só vê fala, mas nós memo não usa. Toda vida nós cria porco. A gordura é nossa memo. A gordura ainda está daquele jeito, mas outras coisas de mercadoria não. Nós não precisava comprar feijão né, nós tinha saco e mais saco de feijão ai, arrumava pó nele pra num imbixá pra ficar bastante. Agora tem que trazer tudo (informação verbal)<sup>115</sup>.

A Sra. Jovina Almeida (2016) ainda complementa: “Do outro tempo ia daqui pra lá, mas agora vem de lá pra cá né. Arroz ficava aqui na sacaria de arroz empilhado, socava no pilão todo dia socava pra comer. Açúcar eu fazia. Agora traz tudo de lá” (informação verbal)<sup>116</sup>.

O Sr. Galdino Sales (2016), também trabalhador de Raizama nos relata que “tinha fartura. Você vê que tinha fartura aqui. Não precisava comprar nada” (informação verbal)<sup>117</sup>. Já o trabalhador, Sr. Manoel Nunes (2016), acrescenta:

Naquele tempo quase ninguém comprava nada no comércio né. A pessoa prantava, coia, guardava pra comer. Comia o ano inteiro do que ele cuida. Ele não ia comprar arroz no mercado, ele não ia comprar feijão, ele não comprava nada dessas coisa, ele não comprava nada no mercado. Naquele tempo tudo saia da roça da própria pessoa (informação verbal)<sup>118</sup>.

Porém, nos dias atuais e com o avançar da idade de todos eles, é bem menos sofrido comprar os mantimentos na cidade de Jangada do que sozinhos plantarem e colherem tudo para o seu sustento, conforme relata o Sr. Claudino Almeida (2016): “Hoje tudo as coisa fico

<sup>115</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>116</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>117</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>118</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

muito mais fácil” (informação verbal)<sup>119</sup>. Para os mais idosos poder comprar a maioria dos produtos na cidade é bem mais simples que ter que cuidar de muitas roças, conforme explica o trabalhador, Sr. Antônio Sales (2016): “naquele tempo levava tudo pra cidade. Hoje traz muito mais da cidade do que leva” (informação verbal)<sup>120</sup>. Inclusive a prática dos mutirões, que antes era tão comum na comunidade, está se perdendo, conforme explicamos anteriormente no texto.

Nesta perspectiva, conforme já relatado por Borges (2012) no primeiro capítulo desta tese, a partir da evolução do capitalismo como sistema econômico, o campo passa a se subordinar à cidade e não só com relação a aspectos econômicos, mas também se subordina quanto aos valores, modelos e estilos de vida e acaba rompendo com as relações sociais que existiam anteriormente.

Assim, em Raizama, um dos fatores que também auxilia esta dependência/subordinação é a escolha dos mais jovens em deixar a comunidade para estudar na cidade e na maioria das vezes não voltar a Raizama depois de formados, principalmente porque acreditam que na cidade poderão ter uma melhor qualidade de vida. Além disso, muitos saem para trabalhar com carteira assinada em outros municípios acreditando ser esta a melhor forma para sobreviverem. Com isso, podemos constatar que apesar do campo já possuir políticas públicas<sup>121</sup> (mesmo que consideradas paliativas ou compensatórias por não resolverem efetivamente os problemas enfrentados historicamente pelo camponês) voltadas para as trabalhadoras e trabalhadores rurais, ainda faltam políticas públicas voltadas para esses jovens do campo que os incentivem a permanecer em suas terras ou mesmo voltarem para seus lares.

O fato do ensino superior atualmente ser mais acessível a toda população que há muitos anos, proporciona a oportunidade para este jovem do campo de estudar e viver na cidade durante a universidade. Já os que saem para trabalhar, quando chegam a voltar é porque mal conseguem sobreviver onde estão e retornam extremamente frustrados e desanimados por não possuírem mais perspectivas de um futuro melhor, segundo nos relatou o Prof. Lucídio Sales em uma entrevista realizada em 2016. E quando chegam à comunidade também não encontram esta perspectiva, pois não há políticas públicas que os estimulem a voltar ou permanecer no campo. E assim, cada vez mais Raizama tem se tornado uma comunidade com

---

<sup>119</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.



<sup>120</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>121</sup> Exemplos de políticas públicas voltadas para o pequeno(a) produtor(a) rural/agricultor(a) familiar/camponês(a): \* Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); \* Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); \* Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); \* Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); \* Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária; \* Terra Forte; entre outros.



grande número de idosos e grande parte deles não tem mais a companhia das filhas/filhos ou mesmo das netas/netos.

Contudo, mesmo apresentando esta realidade, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais de Raizama ainda não dependem exclusivamente da cidade para sobreviver, pois muitas famílias continuam cuidando de sua roça, mesmo que de forma tímida, plantando poucos produtos para subsistência, de preferência aqueles que não exigem dedicação de sol a sol para cultivar, conforme observamos nas fotos tiradas pela trabalhadora Robertina Sales (imagem 43 a 48), quando solicitamos a ela que nos mostrasse o que representa ser e viver em Raizama além da farinheira.

<b>Produtos para subsistência</b>	
<b>Imagem 43: Parte da horta na residência da Sra. Robertina Sales</b>	
<b>Imagem 44: Filho da Sra. Robertina Sales ajudando a cuidar da horta</b>	

**Imagem 45: Horta da Sra. Robertina Sales**



**Imagem 46: Criação de galinhas na residência do Sr. Claudino Almeida**



**Imagem 47: Criação bovinos na residência da Sra. Robertina Sales**



**Imagem 48: Plantação de mandioca na residência do Sr. Galdino Sales**



Robertina Sales (2016) nos explicou que apesar de comprar vários produtos e mantimentos na cidade, o que mais a deixa feliz é poder comer o que plantou e o que criou com as próprias mãos. E que, apesar do trabalho para se ter uma alimentação com mais qualidade, é muito prazeroso estar em contato com a terra e manter esse vínculo que existe há gerações na comunidade.

Assim, é bastante comum encontrarmos roça de banana, mandioca, cana e, em alguns casos, uma pequena horta, além da criação de pequenos animais para subsistência como galinhas e porcos. Além disso, ainda produzem farinha de mandioca para o próprio consumo, bem como para complementar a renda familiar, conforme já relatado neste capítulo.

No entanto, existe uma preocupação bastante presente em Raizama com relação à agricultura e a suas formas menos destrutivas do meio ambiente. As trabalhadoras e os trabalhadores rurais da comunidade estão, o tempo todo, cuidando de suas terras para que consigam proteger os recursos naturais que lá existem contra todo tipo de produtos químicos que possam impactar na saúde e na vida de todos na comunidade. Além de que, também não há a pretensão de se plantar, colher e distribuir em grande quantidade.

“[...] Um aspecto relevante na definição destas culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas” (DIEGUES, 2001, p. 84). Conforme conseguimos apreender com as entrevistas realizadas os(as) moradores(as) de Raizama produzem para viver e somente o que por ventura não venha a ser consumido é vendido.

Assim, existe uma relação destes(as) trabalhadores(as) muito próxima com a terra baseada em um manejo que visa mantê-la forte e produtiva para as futuras gerações. Este tipo de agricultura, baseada não só em questões ambientais, mas também sociais, é compreendida por todos(as) eles(as) como agroecologia. Apesar de nem sempre utilizarem este termo nas conversas e reuniões, o que produzem e o que ainda pensam em produzir na comunidade tem como base os princípios agroecológicos.

Para Sevilla Guzmán; González de Molina apud Caporal; Costabeber (2004):

[...] a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e expropriadoras da natureza e da sociedade.

Nesta forma de organização, o local tem papel fundamental por ser rico em recursos, conhecimentos e saberes que ajudam na efetivação deste tipo de agricultura.

Resumindo, a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

Na construção desta nova ciência chamada de Agroecologia foram inseridos conhecimentos de várias áreas como física, sociologia, antropologia, economia e história que ajudaram a esclarecer as crises ambientais pelas quais o planeta vem passando ocasionadas pelos perversos modelos de desenvolvimento e de agriculturas convencionais adotadas por grande parte da sociedade. Além disso, contribuíram também para novas formas de pensar e construir sistemas de manejos e de agricultura que caminhem em direção à sustentabilidade. Caporal (2010, p. 01) relata ainda que “a agroecologia, no seu sentido mais comum, é a ciência que nos ajuda a articular diferentes conhecimentos científicos e saberes populares para a busca de mais sustentabilidade na agricultura”.

Percebemos, com isso, que ao contrário do modo tradicional que transforma o sistema agrícola em monoculturas, a agroecologia com seu olhar multidisciplinar busca construir, a partir de um todo, e relacionando-se com saberes científicos e populares, um sistema de agricultura com base ecológica e, justamente por isso, mais profundo.

Caporal; Costabeber (2004) complementam ainda dizendo que, para respeitar tais princípios, a agroecologia deve considerar os requisitos sociais, respeitar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, valorizar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de possibilitar o alcance de resultados econômicos positivos ao conjunto da sociedade considerando um entendimento temporal de longo prazo.

Em Raizama, conseguimos observar que a produção agrícola que lá existe apresenta três objetivos principais que, segundo Engelmann; Cunha (2009), são basilares para a agroecologia: 1) o social: considera a autossuficiência alimentar, o desenvolvimento rural e a satisfação das necessidades da comunidade; 2) o ambiental: se preocupa com a continuidade da produção ao longo do tempo; 3) o econômico: integra a produção a partir do uso da biodiversidade pela preservação dos ecossistemas, através de uma continuidade produtiva e com o uso de tecnologias mais racionais do ponto de vista ambiental e totalmente em conformidade com as possibilidades de realização local.

Contudo, apesar de existir todo este cuidado e preocupação por parte dos seus(suas) moradores(as), Raizama sofre diretamente com as mazelas (exploração máxima dos recursos naturais, utilização de agrotóxicos, desmatamentos, etc.) provocadas pelas grandes fazendas de monoculturas que a cercam. São grandes empreendimentos voltados para o agronegócio que cultivam soja, cana de açúcar de também fazendas que se ocupam da pecuária.

Dominado por grandes grupos econômicos e transnacionais, o agronegócio determina os preços dos insumos e produtos e impõe decisões sobre o quê, quando, onde produzir e comercializar. Fazem isso de acordo com as estratégias do mercado internacional, ignorando os interesses do país, nossa soberania e segurança alimentar, e os problemas e direitos dos trabalhadores rurais. Nos moldes que existe hoje, o agronegócio provoca a violência no campo, a expulsão dos povos, a precarização das relações de trabalho, a rotatividade no emprego e a flexibilização de direitos (JORNAL BRASIL 247, 2014).

Além disso, existe também o desmatamento de toda área onde estão localizadas as fazendas provocando muitos impactos negativos ao meio ambiente e ao clima. Também é ruim para a biodiversidade, além de soltar gases do efeito estufa na atmosfera. Alguns dos principais motivos que favorecem o desmatamento do bioma são a atividade madeireira ilegal, a pecuária e a cultura de soja.

As florestas são parte vital do ciclo da água. Elas são responsáveis por transportar a água do solo para a atmosfera, por evaporação – tecnicamente chamada de evapotranspiração. As florestas tropicais são capazes de transportar mais água do que qualquer outro ecossistema terrestre. Esta umidade cai em forma de chuva, seja localmente ou em outras regiões. A evapotranspiração também tem um efeito resfriador no ambiente, assim como a transpiração humana. Em geral, o desmatamento gera um clima mais seco e quente (MST, 2015).

A agricultura padece com extremos de temperatura. Plantas de determinadas culturas, por exemplo, não são capazes de resistir a altas temperaturas. Estações chuvosas fora de época, períodos com muita ou pouca chuva, precipitações frequentes ou muito espaçadas, todas estas oscilações também têm efeito sobre a produção agrícola (MST, 2015).

E assim, o Brasil tem pago um alto preço por investir com força no agronegócio (na grande propriedade rural) em detrimento do pequeno agricultor, do camponês, como forma de promover o desenvolvimento econômico. O agronegócio tem provocado um profundo desmatamento e a superexploração do meio ambiente derrubando as florestas para receberem gados, plantação de soja, algodão, cana, etc.

Além do desmatamento, existe ainda a grande contaminação dos solos pelo uso exarcebado de agrotóxicos. Assim, mesmo Raizama optando por uma produção com base

agroecológica, ainda se torna refém dos agrotóxicos utilizados pelos fazendeiros da região, pois uma vez em contato com o solo e com o lençol freático, estes pesticidas podem contaminar tudo e todos que estão em sua volta.

Em 2015, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) afirma que o consumo de agrotóxicos/ano por brasileiro é em média de 7,5 litros, mas a quantidade de veneno que vai para as matas, rios e florestas são bem maiores do que pensamos. O Brasil e Estados Unidos atualmente lideram o uso de veneno na agricultura. Porém, enquanto o mercado mundial teve um acréscimo de 93% no consumo de agrotóxicos, o mercado agropecuário brasileiro teve um crescimento de 190%. Este valor representou, no início da década, uma marca de 853 milhões de litros, em grande parte nas lavouras. Tendo alimentos como pimentão, morango e pepino como campeões em contaminação. A contaminação do lençol freático causada pela degradação química traz efeitos abomináveis para o clima e reservas de água. Essa emissão de poluentes causada pelo uso de agrotóxicos contamina o ar e todo o entorno. Essas plumas de contaminantes envenenam a água, tornando-a inapta para dessedentação animal e consumo humano (MARTINS, 2017).

Com base nas entrevistas realizadas com as trabalhadoras e os trabalhadores rurais de Raizama pudemos notar a preocupação de todas(os) com o avanço do agronegócio na região. Mesmo porque, os problemas que estes fazendeiros causam no local já vem de muito tempo, desde a ocupação ilegal daquelas terras, conforme explicamos no capítulo 02. Estas(es) trabalhadoras(es) têm medo da utilização excessiva dos agrotóxicos que causam problemas de saúde como intoxicações agudas, câncer e também causam problemas ao meio ambiente.

Verdadeiros venenos que apresentam riscos sanitário, ocupacional e ao meio ambiente. Banidos em outros países, alguns agrotóxicos continuam sendo empregados livremente no Brasil. Os danos a saúde vão desde aos agravos agudos (gastrointestinais e hepáticos), como também agravos crônicos psiquiátricos (depressão, distúrbios do desenvolvimento), neurológicos (surdez, doença de Parkinson), desreguladores endócrinos (diabetes, hipotireoidismo, infertilidade, aborto), teratogênicos (má formação, abortos), mutagênicos (induz defeitos no DNA dos espermatozoides e óvulos) e carcinogênicos (mama, ovário, próstata, testículo) – (PIGNATI, 2014).

Apesar de ainda não terem observado nenhum tipo de problema com a saúde especificamente causado pelo uso de venenos (relatam que ainda não conseguiram observar a ocorrência de doenças ligadas exatamente ao uso de agrotóxicos pelos fazendeiros), já constatarem as mudanças ocorridas no meio ambiente e que vêm atingindo diretamente suas plantações, pois com o desmatamento, os períodos de chuvas e os períodos de seca já apresentaram mudanças, bem como a temperatura no local também tem se elevado nas últimas décadas. Estas mudanças no clima impactam diretamente nas plantações, pois em Raizama o uso da terra sempre seguiu o ciclo da natureza.

Podemos exemplificar estas mudanças climáticas diretamente com a plantação de mandioca na comunidade que ficou totalmente comprometida devido à escassez de chuvas em agosto e setembro (geralmente o período chuvoso tem início ainda nos primeiros dias de setembro) deste ano de 2017. Por não contarem com equipamentos de irrigação e dependerem das chuvas para efetuarem o plantio, este ano tiveram bem pouco êxito nas plantações das ramas de mandioca e conseqüentemente produziram pouca farinha neste período. Ou seja, além do impacto ambiental, a questão climática ainda traz consigo impactos econômicos e sociais, pois uma vez produzindo pouca farinha, quase nada pôde ser comercializado para ajudar na renda familiar, pois acima de tudo eles a utilizam para se alimentar.

Assim, observamos a importância das políticas públicas voltadas para o agricultor familiar. Estes(as) camponês(as) abastecem nossas mesas com alimentos de melhor qualidade e são a minoria das pessoas ocupadas no campo. “O gênero de vida do camponês se forma em função da cidade, com a qual aparece em equilíbrio de complementariedade, de tal ordem que a cidade necessita muito mais dele do que ele dela” (DIEGUES, 2001, p. 90). De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2017), a agricultura familiar é responsável por 70% do que se consome no país. No entanto, muito ainda precisa ser feito para que estas(es) trabalhadoras(es) tenham de fato a garantia do direito ao trabalho digno no campo e tenham também a valorização da identidade camponesa como forma de romper com as desigualdades no campo. Ou seja, ainda falta muito para que estes seres humanos tenham uma existência pautada na justiça social e na dignidade humana com garantias dos seus direitos como trabalhadores(as) rurais que são.

### **3.6 Outros momentos da existência associada e solidária**

Conforme relatamos, “comunidade” significa um local carregado de histórias, que traz em si as noções de localidade, proximidade, parentesco, espiritualidade, compartilhamento de recursos e reciprocidade (SABOURIN, 2009). Neste espaço, os seres humanos vivem coletivamente a partir da reciprocidade e da utilização de recursos comuns e em prol de projetos comuns.

Essas comunidades rurais são marcadas por um território e possuem algumas particularidades na forma de produzir a existência, pois “coexistem paralelas à realidade da zona urbana, cuja resistência se dá com seu modo de vida e identidade específica. Elas carregam tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados” (NEVES, 2013).



Para Razeto (1994, p. 34 - 43), as relações econômicas e culturais solidárias encontradas não só em Raizama, mas em inúmeras comunidades tradicionais, possuem as seguintes características:

**a) Relações de comensalidade:** quando os bens fluem em termos de um compartilhar, distribuir ou consumir em função de disponibilidades e necessidades comuns a todos ou individualmente diferenciadas, implicando um grau de integração entre seus membros; **b) Relações de cooperação:** quando os trabalhadores contribuem, com cotas, para a organização de um empreendimento administrado em comum, no qual utilizam suas próprias forças de trabalho e em que a riqueza gerada em meios de produção é repartida entre os sócios, de acordo com os critérios previamente estabelecidos entre eles; **c) Relações de doação:** quando um dos sujeitos, individual ou coletivo, situa-se como doador e o outro como beneficiário, o que não implica um correspondente fluxo no sentido inverso; **d) Relações de reciprocidade:** quando não há explicitação de um acordo de intercâmbio; o nexa entre as partes não é só econômico, podendo basear-se na afetividade.

Sabourin (2009), acrescenta ainda mais duas características: a) *Parentesco*: em geral, os membros das comunidades são descendentes de um ancestral comum; b) *Localidade*: a maioria das comunidades tem origem do desmembramento ou divisão de grandes fazendas ou herdadas das sesmarias.

Observamos que todas estas características estão muito presentes em Raizama, pois existe a preocupação diária em distribuir e consumir de forma igualitária. Os moradores estão o tempo todo atentos e preparados para ajudar caso alguém necessite de algo, principalmente relacionado à alimentação. Se alguém está doente, geralmente a comunidade se organiza para ajudar, não só doando os alimentos, bem como os preparando, segundo explicou a Sra. Robertina Sales (2016), “[...] vamo supor que eu preciso fazer uma cirurgia. Eu faço e enquanto eu to ali que eu não posso fazer as coisa, as pessoa vai e faz. Lava roupa, faz comida, ajuda no serviço” (informação verbal)<sup>122</sup>.

A Sra. Mariquita (2016) nos contou que sua vizinha fez uma cirurgia e por isso precisou ficar um mês de repouso. Antes mesmo dela voltar para casa, a comunidade se organizou fazendo compras de mantimentos para a família, bem como elaborou uma agenda com as datas e os nomes das trabalhadoras e dos trabalhadores que poderiam ajudá-la com os serviços domésticos, com as criações e com a horta. Muitos se dispuseram a cooperar para que a trabalhadora pudesse se recuperar logo. Neste caso, mais uma vez, observamos a solidariedade presente em Raizama, pois mesmo não tendo pedido ajuda, a trabalhadora foi atendida por grande parte da comunidade. Como neste fato, muitos outros exemplos foram observados em Raizama, principalmente quando se trata de pessoas doentes, pois rapidamente

<sup>122</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 28 de agosto de 2016.



a comunidade se organiza para prestar assistência não só à(ao) enferma(o), bem como para a família da(o) mesma(o).

A Sra. Robertina Sales (2015) nos relatou como a comunidade se organiza nestes casos:

Por que assim, a gente tem costume de fazer assim, alguma coisa beneficente, alguma promoção, faz um almoço, uma rifa, pra ajudar quando vê que a pessoa tá precisando, um problema de saúde, as vezes uma cirurgia, então a comunidade junta e faz, agora mesmo tá marcado um pra o dia 03, assim com um rapaz daqui que fez uma cirurgia, aí a comunidade dá os alimentos e faz aquele almoço, o pessoal ainda dá e vai lá e compra o almoço, a gente sempre faz isso (informação verbal)<sup>123</sup>.

Já a Sra. Justina Nunes (2016) acrescentou:

Eu falo assim, que se uma pessoa precisa a comunidade faz coleta de oferta. Tem que é esse tipo de mutirão, memo que é trocado, mas algum que precisa assim e não tem como pagá, maioria ainda ajuda. [...]Mas só que é assim, ele dá um, você dá outro, mas só que não vai somar, pra medir quantia. Num tem isso. E se as veiz a gente deu alguma coisa pra alguém ou alguém deixou de ajudar, ninguém num vai falá. Nós num vai desfazer (informação verbal)<sup>124</sup>.

Observamos, assim, que as trabalhadoras e os trabalhadores de Raizama não atuam de forma associada somente na produção da farinha de mandioca ou nos mutirões para reformas ou limpezas, pois em diversos espaços/tempos de existência a colaboração, a solidariedade, a reciprocidade estiveram e continuam presentes na comunidade.

O prof. Lucídio Sales (2016) explica:

Hoje o que é mais forte nesse sentido, é a questão da solidariedade quando alguém tá passando por algum tipo de dificuldade. Por exemplo, eu nem tenho conhecimento se isso existe em outros lugares do Brasil. Alguém foi ofendido de cobra e tá de cama, tá doente. A comunidade se reúne pra doar alimentos pra essa família. Alguém se acidentou, quebrou a perna e tá no hospital doente, e a comunidade tem essa solidariedade de doar alimento, doar o que precisa. Por exemplo, é natural você ir lá no domingo na Raizama ou em qualquer outra comunidade lá e tá tendo um almoço lá na igreja. Tá fazendo pra ajudar a família de fulano de tal que tem que fazer uma cirurgia e tem que fazer particular porque pelo SUS vai demorar muito e é urgente, precisa de dez mil reais e vai fazer esse dinheiro. Tá vendendo almoço pra arrecadar dinheiro pra essa cirurgia de fulano de tal. A comunidade que organiza e consegue tudo. Tudo doado. A comunidade doa o alimento, a comunidade faz o alimento, a comunidade vende o alimento e o dinheiro é pra aquela família. E nisso daí, as outras comunidades também ajuda. Por exemplo, lá na Raizama, um monte dessas situações já aconteceu. A comunidade reúne e vai fazer um almoço pra ajudar fulano de tal. E as outras comunidades colaboram de vim comprar esses alimentos (informação verbal)<sup>125</sup>.

A circunstância de não possuírem mais terras comuns não os impede de ajudar um ao outro quando necessário, participando ativamente da vida dos amigos e familiares, afinal em

<sup>123</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 12 de agosto de 2015.

<sup>124</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 28 de agosto de 2016.

<sup>125</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 13 de agosto de 2016.

Raizama os laços de parentesco são fortes e evidentes. O que se percebe é a existência de uma grande união e da ajuda mútua, fazendo da comunidade um lugar acolhedor e que de certo modo ainda guarda muito da sua cultura e tradição. Há um sentimento de pertencimento ao grupo e ao local, uma identificação coletiva que permite o compartilhamento de práticas, saberes e valores.

Segundo o Sr. Antônio Sales (2016), “[...] aqui na comunidade ajuda muito. E ajuda de tuda forma, no dinheiro, de tuda forma. E vem gente até de longinho pra pedir ajuda aqui. O povo ajuda também nas festas. Ajuda muito (informação verbal)<sup>126</sup>. Já o Sr. Galdino Sales (2016) acrescenta: “Nóis ajuda muito. A comunidade ajuda muito. Muito memo. É. Nóis ainda tá firme. Um ajuda o outro. Precisou nós tá pronto. Não só da comunidade mas de outras comunidade também” (informação verbal)<sup>127</sup>.

No entanto, o fato de estarem sempre em uma relação de ajuda mútua não impede que ocorram conflitos e divergências de opiniões, afinal são muitas pessoas decidindo e opinando coletivamente sobre assuntos que, de muitas formas terão impacto na vida de todos na comunidade. O prof. Lucídio Sales (2016) nos explicou também sobre os desentendimentos em Raizama:

[...] eu costumo dizer que são todos irmãos. O seu irmão você tem aquela afinidade, tem aquele respeito, aquela coletividade, mas também tem suas divergências, normal e natural. Mas a coletividade e a forma de se ajudar é mais forte que as divergências que existem nas comunidades (informação verbal)<sup>128</sup>.

Em todas as reuniões que participamos houve sempre quem discordasse de algum assunto da pauta, e justamente por isso nem tudo foi aprovado por unanimidade, exceto as eleições para a presidência da associação. Mesmo assim, uma vez a maioria decidindo, os demais concordam com o resultado e respeitam a decisão.

Além das reuniões, formou-se um conselho com moradoras e moradores da comunidade para ajudar a resolver questões pendentes em Raizama (foi criado ainda quando a igreja de concreto foi construída, há muitos anos). Estruturado com 09 pessoas, (escolhidas a cada dois anos) entre homens e mulheres da comunidade, o conselho busca ajudar nos problemas e impasses existentes em Raizama, conforme explica a Sra. Mariquita (2016):

<sup>126</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2016.

<sup>127</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>128</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 13 de agosto de 2016.

“Tem o conselho da comunidade, aí é o presidente com nove componente da comunidade. Tudo vota. Que nem assim, agora quase tudo trem é tudo na votação” (informação verbal)<sup>129</sup>.

Quando ocorre algum caso de doença, acidentes, ou mesmo festa de santo ou um outro evento, o assunto é levado para o conselho que, por meio de votação, decide por uma solução ou ideia comum que posteriormente é apresentada à comunidade. Só depois da aprovação da maioria dos moradores é que o conselho determina a ação que será tomada naquele caso específico, de acordo com Sr. Galdino Sales (2016):

Bamo supor, aqui tá precisano, ai já reúne o conselho, já conversa aqui, já passa pra comunidade. Se a comunidade aceitou, bem. Se a comunidade num aceitou, bamo vê o que que a comunidade aceita. O que é melhor, nós bamo discutir, o que ser melhor nós vai apoiar esse tamém. Se ele aceitou a proposta do conselho, bem. E se ele num aceitou bamo vê a proposta dele. As veiz é melhor né. Agora nós qué o negócio mais fácil, que dá resultado mais violento né. Então a gente num faz nada sozinho (informação verbal)<sup>130</sup>.

Já a Sra. Tomázia Sales (2015) acrescenta “é o conselho que é o primeiro né, que vai na frente, ai a comunidade tudo, todo mundo ajuda” (informação verbal)<sup>131</sup>.

Como foi o caso da Festa de São Vicente de Paulo que não se realizou neste ano de 2017. O conselho entendeu que, devido ao enorme gasto que a comunidade teve com a reforma da farinheira, a festa não seria realizada este ano. No entanto, organizou uma reunião e colocou a proposta para votação em que a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores decidiu realmente não realizar a festa para evitar mais despesas, ficando resolvido que para a comemoração ao dia do Santo protetor da comunidade seria realizada uma missa com a presença de todos(as). O Sr. Galdino Sales (2016), reafirma a importância do diálogo:

Tudo nós conversa antes. Não faz nada sozinho. Principalmente negócio de comunidade. Nós faz tudo junto. Depois de muita conversa pra ter resultado. Porque a conversa tem isso, nós tá vencendo de fala, um apoia, o outro num apoia. Um quer de um jeito, o outro quer do outro. Mas esse que é bom conversa pra chegar o bom senso pra ver o quar que é melhor pra gente (informação verbal)<sup>132</sup>.

Ademais, durante as observações e entrevistas conseguimos entender o quanto viver em comunidade é importante para estas trabalhadoras e trabalhadores e quais são os benefícios de lá estar e poder compartilhar a vida com amigos e familiares. O prof. Lucídio Sales (2016) explica:

<sup>129</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 10 de setembro de 2016.

<sup>130</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

<sup>131</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 13 de setembro de 2015.

<sup>132</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

Eu acho assim que uma das melhores coisas que tem é o calor humano. E você viver em comunidade é um calor humano que você precisa. Você viver em comunidade, você tá mais próximo das pessoas, apesar de que nós todos temos a nossa família, mas muitas vezes você não tá, vamos dizer assim, um dia legal com sua família, você tem sua comunidade. Você tem alguém, tem seu vizinho que vai lá na sua casa, que conversa, você não tá legal aqui, mas tem um acontecimento coletivo, você vai lá, você sente essa coletividade, que é um calor humano diferente. Eu acho que especificamente é a tranquilidade, um lugar tranquilo, apesar de que hoje isso tá mudando um pouco. Essa tranquilidade já não é tanta, mas ainda existe. Diferente de você viver na cidade, você ainda consegue comer uma mandioca, um mamão, uma banana doado pelo seu vizinho, pelo seu amigo, pelo seu parente e na cidade você não consegue mais isso. É claro que isso faz parte do calor humano que eu falei, mas é uma questão de sobrevivência. As vezes eu falo assim, a pessoa que acha que morar na cidade é tão bom, porque lá é maravilhoso. Eu falo que aqui você passa fome se você tiver com preguiça de comer, porque você ainda acha uma mandioca de graça, você ainda acha um mamão de graça, uma cana de graça, uma banana que você não paga nada, que vai ser de graça. São coisas assim também que é importante em comunidade (informação verbal)<sup>133</sup>.

A Sra. Mariquita (2016) ainda acrescenta: “[...] Tudo é bom. Tuda coisa. A amizade, a união. Eu sou feliz. Muito muito feliz. O que eu tenho á tá bão demais, tenho o básico e já tô feliz, a felicidade que eu tenho já me dá tudo. Sou tranquila. Tô em paz” (informação verbal)<sup>134</sup>. Compreendemos, assim, que as relações construídas em comunidade vão muito além das questões econômicas de troca ou compartilhamento de produtos, pois envolvem a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação em diversos momentos e situações vivenciadas pela comunidade.

Importante considerarmos também que nenhum dos(as) entrevistados(as) pretende sair de Raizama, pois, segundo contam, quase todos(as) nasceram ou foram criados na comunidade, casaram, tiveram seus filhos, produziram a existência a partir do que Raizama lhes ofereceu, e assim pretendem por lá continuar até os últimos dias.

O Sr. Antônio Sales (2015) é extremamente direto quando relata o seu sentimento por Raizama: “Ah eu amo aqui, eu gosto daqui. Eu lutei muito pra gente fica aqui. Meu lugar é aqui. Sai daqui não, tem que morrer aqui memo” (informação verbal)<sup>135</sup>. Em 2016 o Sr. Antônio Sales ainda reforçou seu sentimento dizendo:

Mas eu vou fala a verdade, eu gosto daqui, eu amo a terra. Eu num disfaço desse pedacinho de terra que a gente tem. Fico aqui. Daqui acho que só pro cemitério. Graças a Deus a gente tá aqui e vai permanecer o resto da vida aqui memo (informação verbal)<sup>136</sup>.

<sup>133</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 13 de agosto de 2016.

<sup>134</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 10 de setembro de 2016.

<sup>135</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>136</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffá de Monlevade em 01 de maio de 2016.

Já o Sr. Leocádio Sales (2015) disse “Tô enraizado no lugar né” (informação verbal)<sup>137</sup>. E a Sra. Tomázia (2016) acrescentou “Criei aqui e vou morrer aqui memo” (informação verbal)<sup>138</sup>.

Conseguimos compreender, com base nas falas e nas observações, que estes homens e mulheres desenvolveram uma maneira especial de ser e viver, fundamentada em características como igualdade, coletividade, solidariedade, no viver em conjunto e democraticamente, além de compartilharem a mesma visão de mundo e de sociedade. Marx; Engels (2007, p. 64), afirmam:

[...] É somente na comunidade (com outros) que cada indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível. [...] Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua liberdade na e por meio de sua associação.

Estas trabalhadoras e trabalhadores formam-se individual e coletivamente através do processo educativo (saberes apreendidos) proporcionado pelas suas experiências herdadas e vividas em comunidade que são transmitidas de uma geração para outra principalmente através da oralidade. São seres humanos que procuram viver em harmonia com a natureza, pois dela dependem para produzir a existência e que também se importam profundamente com a família, seja ela doméstica ou comunal, e valorizam as relações de parentesco como forma de organizar as atividades econômicas, sociais e culturais. Enfim, diferenciam-se dos demais grupos, segundo Caetano; Neves; Silva (2015, p. 04), “pela histórica organização social, cujas vidas foram e continuam a ser forjadas na luta e na resistência pelo território”. Assim é Raizama.

### **3.7 Limites de existência e resistência da produção associada frente ao modelo capitalista**

O trabalho, conforme já destacamos neste texto, é uma ação em que o ser humano regula, controla e se inter-relaciona com a natureza. A partir do trabalho transforma a natureza e a si próprio, buscando a criação de valores de uso e a satisfação de suas necessidades, conforme relata Marx (2014, p. 218):

<sup>137</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 05 de dezembro de 2015.

<sup>138</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 26 de maio de 2016.

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

No entanto, com o surgimento do capitalismo, o trabalho passa a se subordinar ao capital e com isso os trabalhadores e as trabalhadoras passam a ser controlados pelos capitalistas a quem seu trabalho agora pertence. Ou seja, alguns poucos passam a se apropriar da força de trabalho (aqui já entendida como uma mercadoria) de muitos sob a forma de um mercado hipoteticamente “livre”, pois o(a) trabalhador(a) tem a “liberdade” de vender sua força de trabalho para o patrão.

Porém, o capital utilizando de forma ordenada e constante a força de trabalho de uma grande maioria de seres humanos, conseguiu produzir mais-valia sobre aquilo que o(a) trabalhador(a) necessita para sobreviver. Segundo Harvey (2016, p. 68), “esse excedente está na raiz do lucro monetário”. E geralmente esse sistema não aparenta ser prejudicial ao trabalhador, pois o que ocorre é que o mesmo recebe um valor considerado justo e em forma de salário pelo seu trabalho. Ao mesmo tempo em que trabalha para produzir a mais-valia que o capital necessita para perdurar.

[...] Essa “justiça” se baseia na ideia de que os trabalhadores têm direito de propriedade privada individualizada sobre a força de trabalho que fornecem para o capital na forma de mercadoria (uma mercadoria cujo valor de uso para o capital é capaz de produzir valor e mais-valor) e são “livres” para vender essa força de trabalho para quem quiserem (HARVEY, 2016, p. 68).

Quando não se tem outra opção que não seja vender a própria força de trabalho para sobreviver, há um enorme benefício para o capital e toda sua estrutura de exploração, pois, estes(as) trabalhadores(as) acabam criando mais valor do que recebem. E o trabalho que antes tinha como propósito a produção dos valores de uso, se tornou algo alienado e concentrado na produção de valores de troca de mercadorias, reforçando diariamente o poder do capital e a dominação da classe trabalhadora. Ainda segundo Harvey (2016, p. 68), “[...] os trabalhadores são colocados em uma posição em que não podem fazer nada, exceto reproduzir pelo trabalho as condições de sua própria dominação. Para eles, esse é o sentido de liberdade sob o domínio do capital”.

No entanto, existe em Raizama uma realidade um pouco diferente desta apresentada pelo capital em que o trabalho se torna alienado e tem como base a exploração mental,

emocional e física dos(as) trabalhadores(as). Assim, entendemos que o que distingue um trabalhador ou trabalhadora da Associação dos Produtores Rurais de Raizama de um capitalista é que:

[...] o capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores do valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) (MARX, 2014, p. 220).

Já em Raizama o trabalho não é resumido a produtividade e lucratividade. Muito menos os(as) trabalhadores(as) atuam de forma isolada e/ou individualizada. Não há competição um com os outros e tampouco uma separação entre o ser humano e a natureza. Além de que, os(as) trabalhadores(as) não são indiferentes ao trabalho que realizam, pois conhecem todas as etapas de produção. Marx (2012, p. 32 e 33) discorre:

[...] O modo de produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual.

Exatamente como acontece em Raizama em que a propriedade da farinha é coletiva e o trabalho é realizado de forma associada. Entendemos como objetivo principal da farinha produzir para a existência e somente o que não é consumido pode ser vendido ao atravessador. Existe o foco no valor de uso, na propriedade comunal e na autogestão.

A seguir apresentamos uma representação de como a organização do processo de trabalho ocorre na farinha em Raizama. A imagem foi organizada com base nas observações das experiências vividas pela comunidade no processo de produção da farinha, bem como nas entrevistas com os(as) trabalhadores(as) associados(as). Buscamos com isso, explicar de uma melhor forma os limites de existência e resistência da comunidade frente ao capital.

Quadro 07 – Organização do Processo de Trabalho na Farinheira em Raizama



Fonte: Organizado pela autora (2018)



Conforme observamos no quadro apresentado, temos dois momentos distintos na produção material da vida em Raizama que ocorre a partir da farinha de mandioca produzida no espaço chamado de farinheira. Um primeiro momento de produção que resiste historicamente à lógica mercantil (em verde) e o segundo momento que engloba a distribuição e a circulação e que já foi apropriado pelo capital (em amarelo).

No momento do plantio e da colheita, cada família é responsável pelas suas mudas, preparação da terra, cuidado com as ramas e colheita das raízes. O trator (imagem 49) que pertence à Associação é compartilhado entre todos(as) associados(as) e suas respectivas plantações.

**Imagem 49: Trator pertencente a Associação**



Fonte: Monlevade (2016)

Já a produção da farinha de mandioca é realizada de forma associada, autogestionária, a partir da troca de dia, conforme explica o Sr. Galdino (2017)<sup>139</sup>:

Porque tudo é pago né, mas nós inverte ele que ninguém vai sentir. Se nós for pagar no dinheiro esses doze dia, pra nós fazê quinze saco, não sobra nada de dinheiro no final. Aí que surgiu isso de ser trocado o dia, porque nós num vai fazer conta desse dia que nós memo fez, esse vai fica pra nós. Então foi isso que nós discutiu né, pra fica mais fácil pra nós, pra não sentir tudo de uma vez. Aí todo mundo concorda que é a melhor forma (Informação verbal).

<sup>139</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

Tudo é feito coletivamente e há uma divisão nas tarefas, porém as mesmas não são fixas como em uma fábrica capitalista, pois os(as) trabalhadores(as) empregam sua força de trabalho em diversas etapas de produção, as quais consideram mais viáveis e possíveis de realizar. Um dia, o(a) trabalhador(a) ajuda a descascar a mandioca, no outro dia a lavar, já em outro a prensar e assim, sem qualquer problema, todos se ajudam mutuamente. Isto não quer dizer que não haja opiniões contrárias ou algum tipo de desentendimento, pois como já explicamos anteriormente, quando isto ocorre as questões são resolvidas pelo voto e a decisão da maioria é sempre respeitada.

Entendemos esta forma de organização da divisão do trabalho como algo flexível e autogestionário, pois nada é definitivo e, dependendo da quantidade de pessoas que estão na farinheira naquele dia, o trabalho é distribuído conforme habilidade, força e disponibilidade de cada um.

Ademais, esta ajuda mútua além de contribuir para a produção material da vida, também se torna uma forma de preservar regras de compartilhamento e solidariedade que produzem e/ou reproduzem valores de confiança e amizade (SABOURIN, 2009).

Existe uma agenda em que as famílias anotam os dias em que utilizarão a farinheira. Trata-se de uma forma de organização para que todos possam usar da mesma forma sem prejuízo a ninguém. Além disso, também há um caderno de controle de quem ajudou na produção do dia. Depois de um dia de trabalho o associado assina o caderno como forma de registrar o dia dedicado à farinheira. É desta maneira que a troca de dia é organizada e controlada pelos associados, pois a quantidade de dias que o trabalhador ajuda famílias a produzir, será a mesma em que será ajudado pelas famílias<sup>140</sup>.

Diferente do que acontece no capital em que o trabalhador não se reconhece no produto que ele mesmo cria por realizar um trabalho alienante, em Raizama, o(a) trabalhador(a) participa de todas as etapas do processo e se reconhece na farinha produzida.

Harvey (2016, p. 81 e 81) nos explica esta condição:

[...] espera-se que o capital tenha um forte incentivo para pagar o mínimo possível aos trabalhadores, fazê-los trabalhar ao máximo de horas, com a maior intensidade possível, fazê-los arcar com a maior parte possível dos custos de sua própria reprodução (mediante atividades e tarefas domésticas) e mantê-los tão dóceis e disciplinados quanto possível (por coerção, se necessário) no processo de trabalho. [...] Também é importante que o capital evite, se possível, toda e qualquer forma de

<sup>140</sup> Em fevereiro de 2018 quando realizamos a última entrevista com alguns associados nos foi dito que a farinheira estava operando em sua capacidade máxima (sendo processados cerca de 60 sacos de mandioca por dia) e que já havia fila para os associados agendarem novos dias. Em janeiro de 2018, devido às férias escolares, a farinheira chegou a operar com mais de 40 pessoas, pois os jovens conseguiam ajudar na produção por não estarem na escola.

organização coletiva dos trabalhadores e mantenha sob controle, por qualquer meio possível, todo desejo de influenciar politicamente o aparelho estatal.

Todavia, em Raizama, todos os associados se organizam com o objetivo primeiro de ajudar e permitir que todas as famílias produzam a sua existência e não para trabalhar objetivando lucro ou a concorrência entre si. Isto fica claro no momento em que só é vendida a farinha que foi produzida e não será consumida pela família, ou seja, só existe excedente a partir da sobra.

A resistência da qual falamos acontece exatamente nestes momentos de plantio, colheita e produção, pois estes(as) trabalhadores(as) executam as tarefas da mesma forma que historicamente sempre fizeram (coletivamente/troca de dia) e não pretendem, por hora, mudar isso, mesmo depois da reforma. Muito menos permitem que algum agente externo influencie ou mude a forma como organizam a produção, a quantidade produzida ou mesmo o tempo de trabalho. O Sr. Galdino (2017) nos explica sobre a forma de organização das trocas de dia na farinheira:

É, igual hoje, continua o mesmo jeito. Nós continua do mesmo jeito com essa farinheira que nós construiu. Temo uma agenda, temo uma Ata, um livro pra registrá e tudo que trabalhou assina ali, quem fez, quem tá no mutirão, tem uma lista de limpeza da farinheira, quem tá ali tá lavrando a Ata, e a pessoa assina pra falá que ela participou daquilo. Esse não participou, se tivé doente é perdoado esse dia do mutirão dele pra limpeza, pra fazê a farinha é outro. Aí pra fazê a limpeza não veio por pobrema de saúde, aí esse é perdoado (informação verbal)<sup>141</sup>.

Desta forma, o atravessador compra o que tem sobrando, no dia em que os(as) trabalhadores(as) produzem. Não há nenhum tipo de influência por parte destes compradores na forma como os(as) associados(as) decidem se organizar. Assim, entendemos o que representa esta forma de organização coletiva/associada/autogestionária frente ao modo de produção capitalista. Harvey (2016) relata que:

[...] a consideração da contradição entre capital e trabalho certamente aponta para a ambição política de suplantar a dominação do capital sobre o trabalho, por intermédio de formas de organização em que trabalhadores associados coletivamente controlam seu tempo, seus processos de trabalho e seu produto (p. 70).

Harvey (2016) acrescenta ainda que existem grandes obstáculos para se colocar em prática qualquer tipo de estratégia que conteste o capital e que isto se deve à “maneira como a contradição entre capital e trabalho está ligada e incorporada a outras contradições do capital”

<sup>141</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

(p. 70). Temos, destarte, uma resistência que se manifesta pela continuidade (reprodução/adaptação) de práticas historicamente construídas que desafiam/contestam a lógica de mercado e que possui direta ligação com os valores humanos e com os saberes que possuem.

Assim, além da resistência, temos os limites em que a produção associada acontece em Raizama, fazendo com que, no momento da distribuição e circulação da farinha, estes(as) trabalhadores(as) submetam-se ao mercado (atravessador/capital), pois, a farinha que não é consumida pelas famílias é vendida direta e exclusivamente para os atravessadores que garantem a compra à vista de todo produto disponível.

Além disso, esses compradores estipulam o preço do quilo da farinha de acordo com o mercado e com a possibilidade de se obter ainda mais lucro com a revenda da farinha<sup>142</sup>. O Sr. Galdino (2017) nos relata “[...] é eles que coloca o preço. Quando tá bem procurado e que tá pouco, aí que a gente tem o direito de colocá preço” (informação verbal)<sup>143</sup>. O fato da associação não conseguir colocar preço na farinha é um dos principais limites observados, pois com isso tem-se um valor do produto em que não é somada a força de trabalho, os gastos no processo produtivo, as horas trabalhadas, insumos, energia elétrica, ou seja, nada pode ser contabilizado no preço, pois não é a associação que o estabelece<sup>144</sup>.

Esses atravessadores repassam a farinha diretamente ao consumidor final, bem como para outros estabelecimentos de revenda como mercados, mercearias e feirantes. Já a associação ainda não se organizou para vender direto ao consumidor. O Sr. Galdino (2017) explica o porquê:

Tem que estar no mercado, mas nós num é capaz, o atravessador é capaz de fazer isso pra nós. Nós num é capaz, mas o atravessador é capaz. Ele vai barganha lá. E porque que nós num guenta vender lá no mercado e nós memo espera né (Informação verbal)<sup>145</sup>.

Observamos que a associação ainda não consegue trabalhar com prazos para receber o dinheiro referente à venda da farinha, pois além de não possuir reserva de recursos, o dinheiro que entra com a venda é para complementar a renda das famílias que no momento dependem da cidade para obter diversos produtos necessários a sua existência, como roupas, alimentos

<sup>142</sup> Em fevereiro de 2018 a saca de 45 quilos estava sendo vendida entre R\$ 115,00 e R\$ 120,00 reais, ou seja, em média o quilo estava saindo por R\$ 2,60. Preço bem diferente se o quilo fosse vendido separadamente e diretamente pela associação, pois o preço varia entre R\$ 4,00 e R\$ 5,00.

<sup>143</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

<sup>144</sup> Marx (2011, p. 87) explica que “[...] o valor (o valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O seu preço é esse seu valor de troca expresso em dinheiro”.

<sup>145</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

(sal, açúcar, feijão, arroz, etc), gás de cozinha, energia elétrica etc.. Sobre isto, Rosa Luxemburgo (1970, p. 313 e 314) nos explica que:

[...] o desenvolvimento da produção capitalista extirpou da economia rural todos os seus setores industriais existentes, para concentrá-los na maciça produção industrial. Como exemplo típico temos a história da indústria têxtil. O mesmo também se deu, muito embora de modo menos ostensivo, com todos os ramos industriais da agricultura. Para obrigar a massa de camponeses a comprar suas mercadorias, o capital esforça-se em reduzir a economia rural a um só ramo, do qual não pode apoderar-se imediatamente ou sem dificuldades.

O Sr. Galdino (2017), reafirma o fato de o dinheiro recebido pela venda da farinha ser utilizado pelos(as) trabalhadores(as) para comprar produtos que não existem mais em Raizama. Além disso, ainda explica como esta realidade é muito diferente daquela vivida por eles(as) há décadas passadas.

É pra complementar a renda das pessoa. Complementar o que não tem aqui né. Ocê vê, o estudo por aqui é fraco, quem fala que formô em alguma coisa, formou fraco, então tem que sobreviver da terra. Eu lembro, lá pelas banda de 60, eu era criança mas lembro, ocê arrumava dez, ou oito saco de farinha na carroça pra ir em Cuiabá, e lá ocê comprava tudo o que ocê precisava com o dinheiro desses oito saco de farinha, e ainda vinha com dinheiro no borso. Ocê comprava muito pouca coisa. A banha ocê levava daqui no latão e vendia lá, o arroz ocê vendia lá, o milho, tudo esses ia daqui pra lá. Hoje tudo tá vindo de lá pra cá. Por isso que nós faz produção grande e não ta dando nada por causa disso, a maior parte tem que comprar. Por isso que esse dinheiro é pra ajudar (Informação verbal)<sup>146</sup>.

Com isso, pudemos compreender que o dinheiro resultante da venda da farinha é de extrema importância para a produção da existência de todos os associados. Eles não utilizam o montante para comprar mercadorias e revender, mas sim para comprar produtos necessários à manutenção da vida material e imaterial com certa qualidade e integridade.

Rosa Luxemburgo (1970, p. 349) ainda nos relata sobre os males do capitalismo para os pequenos(as) trabalhadores(as) rurais (camponeses e camponesas) e seus costumes e tradições:

[...] o capitalismo combate e aniquila em todas as partes a economia natural, a produção para o consumo, a combinação da agricultura com o artesanato. Necessita impor a economia de mercado para dar saída a sua própria mais-valia. [...] O capitalismo entra em concorrência com a economia de mercado; após tê-la feito surgir, disputa com ela os meios de produção, os trabalhadores e o mercado. Primeiramente, o objetivo era o isolamento do produtor, arrancá-lo dos laços protetores da comunidade; logo após separar a agricultura do artesanato; agora, a tarefa é separar o pequeno produtor de mercadorias, de seus meios de produção.

<sup>146</sup> Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade em 01 de maio de 2017.

Temos assim uma dupla realidade na Comunidade Raizama e em sua Associação, pois ao mesmo tempo em que estes(as) trabalhadores(as) resistem ao modo de produção capitalista não permitindo que nenhum agente externo mude a sua forma de organizar o processo de trabalho, nem a jornada e a divisão do trabalho, nem mesmo o fato de não trabalharem pelo lucro, mas sim com o objetivo de garantir a sua existência, temos, em contrapartida, uma associação que submete-se ao capital no momento em que vende a farinha diretamente ao atravessador sem ao menos poder colocar preço no produto e sem perspectivas de um dia isso mudar.

Harvey (2017, p. 94) reafirma o objetivo principal do capital:

[...] O propósito imediato e distintivo do capital é o lucro, que se traduz socialmente na acumulação perpétua do capital e na reprodução do poder da classe capitalista.  
[...] O propósito imediato do capital é aumentar a produtividade, a eficiência e as taxas de lucro, bem como criar novas linhas de produtos, se possível ainda mais lucrativas.

Entendemos que todos esses caminhos, idas e vindas destes(as) trabalhadores(as) fazem parte das contradições que encontramos historicamente na organização da vida material e imaterial dos(as) camponeses(as). Não podem viver em uma bolha, isolados do mundo e do mercado, mas ao mesmo tempo Raizama é a prova que, de alguma forma, existem possibilidades de existências e resistências ao capital, pois, mesmo que isso não os faça possuir mais bens materiais, os deixa felizes e realizados. Pois é assim que ainda escolhem ser e viver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonha e serás livre de espírito...luta e serás livre na vida  
(CHE GUEVARA).



Fonte: Pauluzzi (2018)

E assim, chego ao final de mais uma etapa de vida, de pesquisa, de total envolvimento com o campo empírico. Escrever as considerações finais de um trabalho que teve o poder de mudar por completo meu entendimento de mundo é extremamente complicado. Primeiro, porque querendo ou não trata-se de um filho que “criamos” e que depois temos de “deixar partir” para viver e conhecer o mundo. Finalizar e entregar a tese é quase que ficar sem os filhos em casa ou “sofrer com o ninho vazio”. Segundo, porque é muito difícil encontrar palavras que resumam ou expliquem tantas coisas que vivi e aprendi nesses quatro anos de curso.

Foram tantos momentos especiais vividos, tantas histórias apreendidas e tantos ensinamentos internalizados que ficarei muito tempo repetindo e repetindo o quanto o doutorado foi importante em minha vida pessoal e profissional. No entanto, compreendo que se me propuz a pesquisar a partir do materialismo histórico dialético este estudo não está acabado, ele prossegue aberto a novos entendimentos e apreciações.

Conhecer e conviver com pessoas tão sábias, de espíritos livres, lutadoras e extremamente receptivas foi uma grande oportunidade de crescimento. Se não fosse o doutorado talvez nunca tivesse conhecido e participado da produção da vida das trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade Tradicional Raizama<sup>147</sup>.

Comunidade esta que se reconhece como tradicional, em que os seres humanos que lá residem lutam para existir e viver coletivamente, a partir de uma solidariedade e reciprocidade que é intrínseca a todos(as) eles(as). Dentro de circunstâncias históricas estes(as) trabalhadores(as) encontraram/desenvolveram uma forma de existência que lhes é particular, pois preferem buscar/rememorar práticas que contestam o sistema de produção em vigor buscando a reprodução ampliada da vida e não do capital.

Evidenciamos aqui a **tese** de que, apesar do sistema vigente que oprime e espolia seus membros e mesmo com seus limites e contradições concomitante a este sistema dominante, existe Raizama. A partir de seus trabalhadores e suas trabalhadoras, persiste e resiste como e o quanto pode a esta lógica cruel e ultrajante tendo como base a produção da existência baseada na solidariedade, reciprocidade, igualdade e coletividade que denominamos de produção associada.

A partir da produção associada, estes seres humanos organizam a sua existência com base em uma relação muito próxima com a natureza e dependente da terra. E mesmo fazendo

---

<sup>147</sup> Utilizo da primeira pessoa neste trecho do texto por se tratar de percepções pessoais que explicam “de alguma forma” o sentimento por encerrar a pesquisa.



parte do sistema capitalista, pois não estão isolados, produzem preferencialmente para subsistência e não visando exclusivamente o lucro.

Assim, o que propusemos nesta tese foi analisar as contradições e mediações vivenciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade Tradicional Raizama/MT, quando se organizam para produzir a existência a partir da produção associada. Desse modo, observou-se na pesquisa empírica realizada na comunidade, que são muitas as contradições, os desafios e também as formas de resistências encontradas em Raizama. Foi possível identificar uma realidade que lhe é peculiar, pois tem-se a produção associada que permeia espaços e tempos históricos da comunidade até um específico momento (produção) e depois encontram-se os limites dessa existência frente ao capital (distribuição e circulação).

Conforme explicamos anteriormente, Raizama já sofreu com o processo de ocupação do Estado do Mato Grosso que impactou profundamente na distribuição das terras na comunidade, porém mesmo não podendo mantê-las de forma comunal, a essência do trabalho associado não foi perdida. Isto pôde ser observado tanto na farinheira, como nos mutirões e também em outras instâncias da vida social que foram pesquisadas. Pois, foi a partir da observação participante, das fotografias/filmagens e das entrevistas realizadas que conseguimos compreender como a comunidade se organiza no/para o trabalho coletivo.

Entendemos o que representa a prática histórica da “troca de dia” para estes(as) trabalhadores(as) em que uma família ajuda a outra sem utilizar pagamento em dinheiro, sem explorar a força de trabalho do outro e sem priorizar o lucro. Percebemos o quanto isso é importante para a manutenção da farinheira e para a produção da própria existência, pois além de resistirem a um sistema que escraviza e aliena, também conseguem construir uma forma de organização autogestionária e compartilhada em que a existência é pautada na solidariedade.

Todavia, a farinheira passa por um momento importante de sua história, pois após a sua reforma voltou-se a produzir farinha como antes do tempo em que ficou suspensa. Hoje, novamente há fila para as famílias agendarem o dia para a produção. Muito mais associados(as) estão empenhados(as) no trabalho naquele espaço e com isso, muito mais trabalhadores e trabalhadoras conseguem uma renda extra com a farinha.

Isto se deve aos novos equipamentos instalados no espaço que permitiram que a produção se tornasse menos complicada e exaustiva, apesar de ainda ser um processo artesanal (um tipo de tecnologia social, conforme explicamos), hoje mais trabalhadores(as) se dedicam a descascar a mandioca (procedimento que ainda é todo manual e que demanda mais tempo e técnica) e são necessários menos trabalhadores(as) para as demais etapas devido às novas máquinas. Observamos assim, não somente uma melhoria econômica para a

comunidade, mas também social, pois Raizama reabilitou o seu espaço coletivo de convivência, bem como os jovens estão cada vez mais interessados em participar das farinhadas e ajudar em todas as etapas do processo.

Como acontece na maioria das comunidades rurais do Brasil, os jovens desses espaços encontram dificuldades em permanecer e produzir a vida no ambiente rural. Segundo o IBGE (CENSO, 2010), mesmo o êxodo rural tendo diminuído de 1,31% no período 1990-2000 para 0,65% entre 2000-2010, o número de jovens que deixa o campo ainda é grande em todas as regiões do país. Geralmente, essa juventude possui dificuldade para permanecer no campo, pois a própria família tem problemas na pequena produção que possui para manter a vida.

Além disso, a falta de acesso à educação também condiciona esses jovens a sair do campo, pois ou não há escolas de Ensino Médio para poderem continuar estudando, ou muito menos existe faculdade próxima. Pra complicar ainda mais, também não há transporte público para os devidos locais de estudo, fazendo com que os mesmos percorram longas distâncias – geralmente estradas de terra – de carroça, de bicicleta ou até mesmo a pé.

A realidade em Raizama é muito semelhante à das demais comunidades rurais do país. Muitos jovens buscando cursar o ensino superior se mudam para as cidades para que possam trabalhar de dia e estudar à noite. Sem contar que geralmente é um emprego precário, porém necessário para conseguir se manter na cidade, pois o custo é muito alto.

Os jovens de Raizama preferem morar em Cuiabá ou Várzea Grande e não em outras cidades do interior em que haja universidades, justamente por acreditarem que é mais fácil conseguir um emprego em cidades maiores.

Conversando com o Prof. Lucídio (2016) entendemos que a grande maioria desses jovens que saem para estudar pretendem voltar para Raizama depois de formada. Mas aí retorna e encontra o problema da falta de emprego. Segundo ele relatou, faltam políticas públicas para incentivar o jovem a permanecer no campo mostrando que ele pode, sim, viver com dignidade na comunidade.

No entanto, há aqueles que querem ir embora para a cidade o quanto antes em busca de emprego. Acreditando que não conseguirão ter uma vida digna (em que não falte trabalho) no campo, esses jovens buscam na cidade a oportunidade de uma vida melhor. Esta ideia geralmente é construída pela desvalorização do espaço rural e pela estigmatização que estes jovens sofrem nos espaços urbanos que frequentam (CASTRO, 2009). Porém, muitas vezes voltam para o campo já passando por necessidades, por já estarem casados, com filhos e não conseguirem mais se manter na cidade.

Esta é a realidade em Raizama que só agora voltou a ter esperanças de que esta situação poderá mudar, pois muitos jovens voltaram a se interessar pelo trabalho no campo, em especial pela farinha. Depois que a reforma foi concluída e que o trabalho se tornou menos sofrido, muitos jovens estão ajudando na produção da farinha diariamente. Alguns trabalham na farinha durante o dia e à noite estudam em escolas das comunidades próximas, pois como já explicamos, não há escola para estes jovens em Raizama. Outros que já terminaram o Ensino Médio e até mesmo o Superior e que estavam trabalhando em outras cidades, principalmente em curtumes – conforme relatado pelos(as) trabalhadores(as), retornaram para a comunidade na expectativa de poderem trabalhar na farinha e assim conseguir de fato viver melhor e perto da família. Estes jovens intercalam os dias na farinha com dias ajudando a família na roça, seja plantando mandioca ou mesmo cuidando dos pequenos animais e hortas. Estes utilizam de todos os saberes apreendidos com seus pais e familiares no decorrer da vida no campo.

Além disso, essa juventude representa a perpetuação da cultura do trabalho de Raizama. Através principalmente da oralidade também poderão transferir para uma próxima geração os costumes e os saberes assimilados através da experiência vivida, herdada e acumulada. A partir do trabalho associado e seu princípio educativo – que é inerente à comunidade – e justamente por isso, poderão seguir lutando ao lado da família e resistindo às muitas dificuldades que o campo ainda enfrenta em pleno século XXI.

Um novo exemplo de resistência é a que está por vir com a instalação de uma indústria de produção de farinha de mandioca de médio porte na região da Comunidade Mutum. O proprietário, que não por acaso é o atravessador mais antigo da região, pretende comprar mandioca de todos os pequenos produtores da região, e isso envolve todas as comunidades rurais do município de Jangada, incluindo Raizama.

Entendemos que isso representa, na teoria, que as pequenas farinhas da localidade não mais produzirão a farinha, pois toda mandioca poderá ser vendida à indústria. No entanto, conversando com o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Raizama I – Sr. Galdino, compreendemos que os(as) trabalhadores(as) não pretendem vender a mandioca que produzem para o atravessador, agora dono da fábrica. O que todos querem segundo o presidente da associação é continuar plantando para colher e produzir a própria farinha no espaço coletivo da farinha.

Contudo, mesmo a comunidade e a associação se organizando para não se sujeitarem aos mandos do capitalista em questão, sabemos o quão será difícil manter e resistir à pressão que será imposta pelo comerciante. Entendemos que este fato pode significar a ruína da

associação e da farinheira, não só de Raizama, como de outras comunidades locais, mas também pode representar ainda mais união, coletividade, força e persistência desses(as) trabalhadores(as) que até então resistem e existem pelo trabalho associado/produção associada. Com isso, os mesmos poderão ainda conquistar maior visibilidade perante a sociedade mostrando, mais uma vez, que a partir do trabalho coletivo (de uma produção da existência de forma associada) continuam reivindicando e lutando pelos seus direitos e assim transformando a realidade.

Talvez, mediante a esta nova situação, consigam se organizar para enfim venderem diretamente ao consumidor e assim eliminar a presença do intermediário. Mesmo que isto se estabeleça somente e por enquanto na feira que ocorre na cidade de Jangada aos sábados de manhã. Isto já seria um passo relevante para a consolidação da associação perante a nova fábrica e aos demais atravessadores. E para que isto aconteça a participação de todos, inclusive dos jovens, será de fundamental importância.

Independente do que venha acontecer futuramente, é válido ressaltarmos mais uma vez o trabalho na farinheira de Raizama que ocorre de forma associada e autogestionária (mesmo com seus limites e contradições). Em que todos são proprietários do espaço e a sua administração ocorre de forma democrática. As trabalhadoras e os trabalhadores valorizam as relações de solidariedade existentes e não exclusivamente o lucro, pois ali não existe a exploração da força de trabalho do outro.

Bem como em outros momentos da vida em comunidade, é muito fácil observar a preocupação de um com o outro, a responsabilidade que cada família tem em ajudar as demais, não permitindo que ninguém fique sem assistência ou passe por dificuldades extremas. Isto nos fez perceber que os laços de solidariedade e reciprocidade ainda são muito fortes na comunidade, representando a identidade associativa de Raizama.

Com isso, acreditamos que esta tese não se encerra aqui, pois são inúmeras as possibilidades de pesquisa em Raizama, como por exemplo, a questão de gênero, pois encontramos no decorrer desta longa caminhada de estudos muitos exemplos de mulheres destemidas, independentes e que possuem uma relação muito forte com o campo e com o trabalho associado. Além disso, visualizamos a possibilidade de estudos na área do turismo comunitário e pedagógico, pois são muitos os costumes e saberes que estes(as) trabalhadores(as) podem nos transmitir/ensinar.

Além disso, acreditamos que com a realização de mais pesquisas nessas comunidades rurais possamos ajudá-los na perpetuação de sua cultura e na superação dos seus limites e contradições a partir de registros escritos, fotográficos e filmagens de seus hábitos, normas,

princípios, memórias, etc., pois, existe a necessidade dos mesmos serem reconhecidos pelos importantes papéis que desempenham na tentativa de construir um mundo mais justo, igualitário e tolerante.

Assim, como forma de agradecer e homenagear estes(as) trabalhadores(as) de Raizama que nos receberam com tanto carinho em suas casas, deixamos aqui um cordel que foi escrito pela querida cordelista Sr. Ana Santana do Nascimento de Aracaju/SE.

Por fim, esperamos que este trabalho seja pelo menos mais uma forma de dar visibilidade e legitimidade aos trabalhadores e trabalhadoras de Raizama. Que ninguém mais seja esquecido e/ou ignorado pelo poder público e pela sociedade em geral. Que seus valores e suas tradições sejam reconhecidas e validadas; que mais pesquisas sejam realizadas naquele espaço que congrega saberes, justiça, luta e resistência e que mais pessoas, assim como ocorreu comigo, tenham seus paradigmas alterados em relação aos homens e mulheres que sobrevivem do campo.

#### LITERATURA DE CORDEL

Autora: Ana Santana do Nascimento  
Aracaju-Sergipe/Fevereiro-2018.

#### **Coração de Raizama: História para Ser Contada e Não Mais Guardada**

I  
Quero aqui neste Cordel  
Poder assim relatar  
Vida, luta e união  
De quem vive a trabalhar  
Também os seus sentimentos  
Alegria e sofrimentos  
De fora, não vão ficar.

## II

Falo da Comunidade  
Que por seus direitos, clama  
Estado de Mato Grosso  
Onde a união é chama  
Município de Jangada  
Ali fica situada  
A querida Raizama.

## III

Ao longo de muito tempo  
Nada se tem registrado  
A não ser pelo seu povo  
Que na mente tem guardado  
Falam com convicção  
Já na sexta geração  
Conforme foi informado.

## IV

De descendência indígena  
Segundo seus ancestrais  
Por sua pele, seus traços  
Seus trabalhos manuais  
São várias as gerações  
Costumes e tradições  
E negar isso, jamais!

## V

Um sítio arqueológico  
Existe na região  
Alguém da comunidade  
Passou a informação  
As pesquisas foram feitas  
Suas ideias aceitas  
Não restando indagação.

## VI

Porém, o ponto mais forte  
De toda comunidade  
É o feitio de farinha  
Naquela localidade  
Desempenho construtivo  
Um trabalho coletivo  
Com responsabilidade.

## VII

Sabemos que a Mandioca  
 Serve pra fazer farinha  
 Alimenta-se o idoso  
 O jovem, a criancinha  
 O raizamense diz:  
 ‘Abençoada raiz  
 Para a família inteirinha’.

## VIII

Pode faltar o arroz  
 Café, leite, macarrão  
 Queijo, manteiga, biscoito  
 Carne, açúcar e pão  
 Mas tendo sal e farinha  
 Você chega na cozinha  
 Fome ninguém passa, não!

## IX

O trabalho na farinheira  
 É de forma associada  
 Eles não visando lucro  
 É assim utilizada  
 Todos com boa vontade  
 É na solidariedade  
 Que a produção é pautada.

## X

Primeiro o descascamento  
 Em seguida a lavagem  
 Terceiro a trituração  
 Quarto passo é a prensagem  
 Quinto, o esfarelamento  
 E depois desse momento  
 A torração ou secagem.

## XI

Após todo esse processo  
 A farinha é peneirada  
 E colocada em sacos  
 Pronta para ser pesada  
 Aí entra o comprador  
 É o atravessador  
 Paga pouco ou quase nada.

## XII

A farinha toda pronta  
Ensacada pra vender  
Eles ficam com um pouco  
Para a família comer  
O trabalho é bem puxado  
Mas é pouco o resultado  
E assim é seu viver.

## XIII

Moradores de Raizama  
Nunca tiveram o prazer  
De levar toda farinha  
Pra na cidade vender  
Trabalhadores honrados  
Sabem que são explorados  
E não tem o que fazer.

## XIV

É uma luta diária  
Do trabalhador rural  
Toda sua produção  
Abastece a capital  
Quase um desconhecido  
Não tem o valor devido  
E não tem renda mensal.

## XV

Eles criaram uma forma  
Chamada “troca de dias”  
As famílias se ajudam  
Na mais perfeita harmonia  
Trabalho em vez de dinheiro  
É assim o ano inteiro  
Na maior Democracia.

## XVI

O seu maior produtor  
De mandioca no Estado  
É o município Jangada  
Ficou assim comprovado  
De toda essa riqueza  
Tiveram plena certeza  
No Censo realizado. (2006)



## XVII

E as mulheres indígenas  
Com muita dificuldade  
Fazendo todo trabalho  
Ali na comunidade  
Tudo era artesanal  
Parecia um festival  
Naquela sociedade.

## XVIII

O povo de Raizama  
Começou a questionar:  
“Uma associação  
Nós precisamos criar!”  
E então daqui pra frente  
Ajudará nossa gente  
Com mais gosto, trabalhar.

## XIX

Reunidos em assembleia  
Criada a Associação  
Dia 10 de fevereiro (1988)  
A primeira eleição  
De acordo com a ata  
Como vemos nesta data  
Deu-se a sua fundação.

## XX

A votação foi unânime  
Associação criada  
Os membros tomaram posse  
A ata foi assinada  
E a decisão primeira:  
Construir a farinheira  
Por todos, tão almejada.

## XXI

Toda de madeira e palha  
E feita em mutirão  
Espaço muito precário  
Mas com participação  
Um incêndio a destruiu  
E o que o povo construiu  
Virou cinzas pelo chão.

## XXII

Após vários mutirões  
Área bem localizada  
Em 25 de março (1992)  
A data tão esperada  
Terreno que foi comprado  
Um sonho realizado  
Então reinaugurada.

## XXIII

Inúmeras reuniões  
Uma equipe foi formada  
Construída de concreto  
Mais moderna e equipada  
Trocado até o motor  
Pra não haver dissabor  
Igualmente a vez passada.

## XXIV

Trabalhavam todo sábado  
Em forma de mutirão  
Muito suor derramado  
Mas com garra e união  
Recursos angariados  
E todos utilizados  
Dando vida à construção.

## XXV

Pra conseguir mais recursos  
O povo se organizou  
Com bazares, almoços, rifas  
Muito se angariou  
Tinham tudo em comum  
E eram todos por um  
A obra ali não parou.

## XXVI

O interesse comum  
Daquela comunidade  
Principal objetivo  
Grande era ansiedade  
Crescimento social  
Econômico, pessoal  
Dando-lhes dignidade.

## XXVII

A produção de farinha  
Por um tempo fracassou  
Com os preços muito baixos  
A muitos, desanimou  
Quase sem funcionar  
A produção devagar  
Por pouco, quase parou.

## XXVIII

Com muita dificuldade  
Conseguiram agilizar  
Os novos equipamentos  
Para assim, facilitar  
A produção da farinha  
Comunidade inteirinha  
Ansiosa a esperar.

## XXIX

E logo ali receberam  
A prensa, a torradeira  
Um triturador elétrico  
E uma nova peneira  
A turma toda animada  
A farinheira equipada  
Foi assim, dessa maneira.

## XXX

O mais impressionante  
É ver do povo, a união  
Com muita perseverança  
Certos que conseguirão  
Consta também no roteiro  
Na festa do padroeiro  
Tem lazer e diversão.

## XXXI

Escrever essa história  
Foi um dos propósitos meus  
Assim vive Raizama  
Abençoada por Deus  
História pra ser contada  
E não mais pra ser guardada  
Pelos meus filhos e seus.

## XXXII

Experiências herdadas  
Por essa comunidade  
Através da oralidade  
Que serão sempre lembradas  
E continuam forjadas  
Na luta e na resistência  
No trabalho e paciência  
Daquele que crê e ama  
Assim segue Raizama  
Com dignidade e decência!

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. Vol. I. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. In: MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARAÇAL, Roseli. **Reprodução Ampliada do Capital**. Disponível em: <<https://profroselibaracal.wordpress.com/2015/09/11/esquema-de-reproducao-ampliada-do-capital/>>. Acesso em 04 de Maio de 2017.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal: Editora Porto, 1994.

BORGES, Heloisa da Silva. Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa. In: GHEDIN, Evandro. **Educação do Campo**: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

BOTTOMOTE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. [tradução: Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Wanglézio. **Tratado de Petrópolis**: 112 anos de acordo diplomático que anexou o Acre ao Brasil. Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/noticia/acre/tratado-de-petropolis-112-anos-de-acordo-diplomatico-que-anexou-o-acre-ao-brasil>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**. Florianópolis, v. 08, n. 09, p. 73-91, jan-jul 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Comunidade Tradicional**. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/>>. Acesso em Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. A participação da pesquisa nos trabalhos de educação popular. In: MONROY, Gilberto Vejerano. **La Investigación participativa en América Latina**: Antología. Pátzcuaro, Michoacán: CREFAL, 1983.

BRASIL. Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **ONU reforça a importância da agricultura familiar.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista Educação Pública.** Cuiabá, v. 23, n.53/2, p. 595-613, maio/ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Saberes da Produção Associada: implicações e possibilidades. **Revista Trabalho & Educação.** Belo Horizonte, v. 22, n.3, p. 259-274, set./dez. 2013.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira; SILVA, Marília de Almeida. A Produção da vida material e imaterial em comunidades chiquitanas e quilombolas em Mato Grosso: uma nova/velha forma de existência. **Revista Polis,** 40 / 2015. Publicado El 16 mayo 2015.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão:** formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1956.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa.** Disponível em: <[https://cabioel.files.wordpress.com/2010/04/agroecologia\\_franciscocaporal.pdf](https://cabioel.files.wordpress.com/2010/04/agroecologia_franciscocaporal.pdf)>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 12 ed. São Paulo: Global, 2012.

CASTRO, Fidel. **A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CIAVATTA, Maria. O Conhecimento Histórico e o Problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CPT. **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis/RJ: Vozes/Capina/UCSAL/CESE, 1999.

\_\_\_\_\_. **Economía social y solidaria:** El trabajo antes que el capital. Alberto Acosta y Esperanza Martínez (Editores). Universidad Politécnica Salesiana/Flascso Ecuador: Quito-Ecuador, 2011.

\_\_\_\_\_. La economía social y solidaria, y el papel de la economía popular en la estructura económica. In: IEPS- Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria. **La economía Popular y Solidaria: El Ser Humano Sobre el Capital 2007 – 2013**. Tercer Seminario Internacional: “Rol de la Economía Popular y Solidaria y su aporte en el Sistema Económico Social y Solidario”. Quito, 2013.

\_\_\_\_\_. La Economía Social y Solidaria (ESS): Niveles y alcances de acción de sus actores. El papel de las universidades. In: PUIG, Carlos (Coord). **Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas**. Bilbao: Universidad del País Vasco - UPV, 2016.

COSTA, F.A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. R. Bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

DAL RI, Neusa Maria. (Org.). **Trabalho Associado, economia Solidária e Mudança Social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA ONLINE (MICHAELIS). **Significado e etimologia da palavra mutirão**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mutirao>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **A origem da palavra cultura**. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/cultura/>>. Acesso em 14 de Setembro de 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira**. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mandioca: o produtor pergunta, a Embrapa responde / editores técnicos, Pedro Luiz Pires de Mattos, Alba Rejane Nunes Farias, José Raimundo Ferreira Filho**. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC. Agência Brasil. **Nova proposta de classificação territorial do IBGE vê o Brasil menos urbano.** Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/nova-proposta-de-classificacao-territorial-do-ibge-ve-o-brasil-menos-urbano>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

ENGELMANN, Sandra Andrea; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Breves notas envolvendo a agroecologia. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. A questão (da reforma) agrária na América Latina: Balanço e Perspectivas. 2009, Niterói, RJ. **Anais (online)**... Niterói/RJ: Instituto de Geociência/UFF, 2009. Disponível em: < <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Sandra%20Andrea%20Engelmann.pdf>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** São Paulo: Escala Educacional, 2009.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Jurandy Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Brasil: IBGE, 1958.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa Educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa Educacional. In: CIAVATTA, M. **Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Perfis da Educação, 6).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição.** São Paulo: Cortez, 2005.

GABARRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad Hernandez. O que é pesquisa participante?. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha.** Aparecida/São Paulo: Ideias & Ideias, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.

GERBELLI, Luiz Guilherme. **Rota dos grãos, Br – 163 espera por mudanças.** (01/12/2012). Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,rota-dos-graos-br-163-espera-por-mudancas-imp-,1102842>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



GOVERNO DE MATO GROSSO. **De abundante a quase extinta, a poaia é pesquisada em Mato Grosso**. 2017. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/-/5502462-de-abundante-a-quase-extinta-a-poaia-e-pesquisada-em-mato-grosso>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

GREENPEACE.ORG. **Enquanto asfalto avançou, ações do governo para evitar o aumento do desmatamento ao longo da rodovia não saíram do papel**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/BR-163-a-rota-do-descaso-na-Amazonia/>. (28/03/2012). Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

GUEVARA, Che. **El Pensamiento del Che**. La Habana/Cuba: Capitán San Luis, 2014.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo**, projeto político. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/05/david-harvey-neoliberalismo-projeto-politico.html>>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 37 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a História Operária**. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HUBERT, B. *Agriculture familiale au Brésil: initiatives locales et appui institutionnel*. Rapport de mission. Montpellier: CIRAD-SAR, INRA-SAD, 1997. (Tradução Eric Sabourin).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indígenas**. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 de Maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 de Maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 2006**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510340&idtema=3&search=mato-grosso%7Ccuiaba%7Ccenso-agropecuario-2006>>. Acesso em 14 de Maio de 2017.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: HESPANHA, Pedro (Org.) et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Bororos**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo>>. Acesso em 02 de Junho de 2016.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de; LACKS, Solange; ARAUJO, Maria Gorete Bezerra. Problemas de pesquisa na Pós-Graduação em Educação: questões colocadas a partir da epistemologia materialista histórico-dialética. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. **O Método Dialético em Educação**. Campinas/SP: Autores Associados / Brasília/DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2014.

JORNAL BRASIL 247 - CHICO VIGILANTE. **Agronegócio X Agricultura familiar**. 2014. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/pt/247/artigos/147034/Agroneg%C3%B3cio-x-agricultura-familiar.htm>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

KONDER, Leandro. **A Construção da Proposta pedagógica do SESC Rio**. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária: conceitos básicos. In: BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia Sustentável**. Salvador: SETRE, 2011.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro (Org.) et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Outra Economia**. São Leopoldo/RS, Unisinos, 10(18):3-17, enero-junio, 2016.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Lendas Indígenas**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em 15 de maio 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTÍ, José. **Obras Completas**. Tomo 21. La Habana/Cuba: Centro de Estudios Martianos, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, Leonardo Koury. **Valorizar a agricultura familiar agroecológica é dizer não aos agrotóxicos**. 2017. Disponível em: < <http://agrario.mg.gov.br/opiniao-valorizar-a-agricultura-familiar-agroecologica-e-dizer-nao-aos-agrotoxicos/>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 volumes, 1973.

\_\_\_\_\_. **Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864**.

Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em 15 de Abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MULLER, Ricardo Gaspar. **Tempos em que a “razão deve ranger os dentes”**: E. P. Thompson, história e sociologia. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS. Campinas: Unicamp, 2003.

MORENO, Gislaene. **O Processo Histórico de acesso à Terra em Mato Grosso**. Revista Geosul. Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan/jun. 1999.

MOTTA, M; ZARTH, P. Apresentação à coleção. In: **Formas de resistência camponesa**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2008. V. 2, p. 9-17.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Qual o impacto do desmatamento para a agricultura?** 2015. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2015/01/15/qual-o-impacto-do-desmatamento-para-a-agricultura.html>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. **A Produção Associada em Capão Verde**: entre bananas e utopias. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: CALDART, Roseli Saete (Org.) et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NOVAES, Henrique; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir uma sociedade**. Campinas/SP: IG/UNICAMP, 2009.

NUNES, Débora. A economia solidária como projeto de sociedade. In: BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia Sustentável**. Salvador: SETRE, 2011.

OLIVEIRA, Jelson. **Teologia Simbólica da Terra**. 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA, Luciene. **Projeto Varredura leva segurança para produtores rurais do Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/22643/projeto-varredura-leva-seguranca-para-produtores-rurais-do-mato-grosso>>. 2005. Acesso em 19 de Dezembro de 2016.

OSTROM, E. ***Governing the commons: the evolution of institutions for collective action***. New York: Cambridge University Press, 1990. (Tradução Eric Sabourin).

PALENZUELA, Pablo. **Culturas del trabajo e identidad local: Pescadores y mineros em Québec**. Revista Sociología Del Trabajo. Madrid, Nueva Época, Primavera de 2014.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIGNATI, Wanderlei. **Agrotóxico em campo, prejuízo para o meio ambiente e para a saúde da população**. In: Seminário Nacional sobre o Uso Indiscriminado de Agrotóxicos e Modelo de Produção no Campo. Brasília – DF, 2014. Disponível em: <<https://cut.org.br/noticias/agrotoxico-em-campo-prejuizo-para-o-meio-ambiente-e-para-a-saude-da-populacao-5b14/>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

PIMENTEL, Carla. **Projeto do Incra iguala posseiros a assentados**. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=81556>>. 2001. Acesso em 19 de Dezembro de 2016.

PINTO, Maria Dina Nogueira. **Mandioca e Farinha: subsistência e tradição**. IFCS/UFRJ, s/d.

PUTZ, Cristina. **História da Gastronomia Paulistana**. São Paulo: Guia D Ltda, 2004.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; et al. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2): 276-83.

RAMOS, Jarbas Siqueira. **Os Catopês de Bocaiúva: um debate sobre comunidade**. In: Encontro Regional dos Povos do Cerrado. Anais do Encontro Regional dos Povos do Cerrado. Pirapora: Unimontes, 2009.

RAZETO, Luis. **Las cooperativas y el cooperativismo**. Curso: Economía y empresas alternativas. Vídeo aula 9. Postado em 09/06/2016. Disponível em: <<http://uvirtual.net/es/node/303>>. Acesso em 16 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Las Donaciones y la Economía de Solidaridad**. Santiago: Ediciones PET, 1994.

RIOS, Gilvando Sá leitão. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIOS, Dara Missão da Silva; LIMA, José Raimundo Oliveira. A prática da extensão universitária como incentivadora da tecnologia social. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**. UNIVALI/Itajaí, v. 3, n. 1, p. 93 – 100, 2016.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no nordeste semi-árido. **Revista Antropolítica**. Niterói, n. 8, p. 41-57, 1 sem. 2000.

SADER, Emir. **Capitalismo, o que é isso?** Revista Carta Capital (Jan/2011). Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/capitalismo-o-que-e-isso>>. Acesso em 29 de julho de 2017.

SAVIANI, Dermerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SILVA, Henrique Ataida da. **Mandioca, a rainha do Brasil?** Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

SILVA-NEIVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. **Estudos de Psicologia**. 2002, 7(2), 237-250.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Revista MÉTIS: História & Cultura**. Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SOUSA, Elton Rodrigues de. **Transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Estado do Maranhão**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

SOUZA, José Carlos Moraes. Economia Solidária e Desenvolvimento. In: BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia Sustentável**. Salvador: SETRE, 2011a.

SOUZA, A.F.G.; **O Tempo das Águas**: ciclos de vida entre as margens do Rio São Francisco, a Ilha das Pimentas - Pirapora/MG. 2011b. 182 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil**: das Sesmarias ao MST. São Paulo: Moderna, 2006.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **Troca e Reciprocidade**. Disponível em: <<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>>. Acesso em 07 de Outubro de 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TIRIBA, Lia. Cultura do Trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 26, n.01, p. 69-94, jan-jun 2008.

\_\_\_\_\_. Cultura do trabalho, produção associada e produção dos saberes. Palestra proferida na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho. **Revista Educação Unisinos**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

\_\_\_\_\_. TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. **Produção Associada e Autogestão**. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular: São Paulo: 2012.

\_\_\_\_\_. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015.

TONET, Ivo. **Trabalho Associado e Extinção do Estado**. Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO\\_ASSOCIADO\\_E\\_EXTINCAO\\_DO\\_ESTADO.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_E_EXTINCAO_DO_ESTADO.pdf)>. Acesso em 18 de Abril de 2017.

\_\_\_\_\_. In: MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

VASALLO, Anisel Santana. **Práctica laboral**: espacios públicos y de sociabilidad en el ICA. Trabajo de Curso. Tutora: licenciada Mirim Herrera Jérez, Facultad de Ciências Sociales y Humanísticas de la Universidad Agraria de La Habana, 2004.

VAZZOLER, Márcia Regina. **Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a Sobrevivência de Cooperativas do MST na Economia Capitalista**. 301 f. 2004. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

WILLEMS, Emílio. **Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil**. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola. Secretaria da Agricultura, 1947.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. **O que é (anti) capitalismo?** Revista Crítica Marxista. Campinas/SP, n. 17, 2003.

### **Entrevistas realizadas**

ALMEIDA, Claudino. **Utilização de remédios caseiros em Raizama**. 26 mai. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

ALMEIDA, Jovina Conceição de. **Utilização de remédios caseiros em Raizama**. 26 mai. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

NUNES, Manoel Pereira. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 05 dez. 2015. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Antônio Egídio de. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 05 dez. 2015. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Antônio Egídio de. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 01 mai. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Leocádio Pereira de. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 05 dez. 2015. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Galdino Pereira de. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 26 mai. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Lucídio Egídio de. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 13 ago. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Robertina Pereira de. **Festa de São Vicente de Paulo**. 10 jun. 2014. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Lucídio Egídio de. **Festa de São Vicente de Paulo**. 27 set. 2014. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Maria de Oliveira. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 10 set. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

SALES, Tomázia Pereira de. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 26 mai. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

NUNES, Justina Bonifácia. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 28 ago. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade.

LOBO, Vera Maria. **Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais de Raizama**. 27 nov. 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade



## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Visitas ao Campo Empírico

	<b>Data</b>	<b>Motivação</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>Considerações</b>
1.	10/06/14	Conhecer a comunidade	Sra. Robertina e Sr. Galdino	Explicaram sobre a decisão de montar a pequena fábrica de sabão, falaram sobre a festa de São Vicente de Paulo e sobre a farinha que está parada na comunidade.
2.	27/09/14	Participar da Festa de São Vicente de Paulo	Sra. Robertina e o Sr. Lucídio	Participei da ladainha cantada e do levantamento do mastro. Pude observar como tudo é organizado e como todos participam executando alguma tarefa.
3.	12/08/15	Conversar com os moradores	Sr. Galdino, Sra. Tomázia e Sra. Jovina	Falaram sobre a história da comunidade, divisão das terras, problemas com a demarcação, mutirões, transporte para a feira, farinha e remédios caseiros.
4.	13/09/15	Participar da Feira de Economia Solidária	Sra. Tomázia, Sra. Jovina, Sra. Robertina, e Sr. Galdino	Explicaram como a feira foi organizada e o porquê. Além de nos contar sobre a troca de produtos que ainda existe em Raizama.
5.	27/09/15	Participar da Missa de São Vicente de Paulo	Sra. Robertina e Sr. Galdino	Participei da celebração e da feira com produtos produzidos por eles mesmos como pão, bolacha, sabão, paçoca de pilão e rapadura.
6.	05/12/15	Participar da reunião da Associação dos Produtores Rurais de Raizama	Sr. Lucídio, Sr. Galdino, Sra. Jovina e Sr. Leocádio	Participei da reunião que discutiu sobre a nova farinha. Neste espaço surgiu a proposta de um almoço beneficente para arrecadar fundos que serão utilizados na construção do novo espaço. Depois reunimos os mais idosos que ali estavam e que aceitaram falar para gravar um vídeo teste onde os mesmos contam histórias sobre a comunidade.
7.	06/03/16	Participar do Almoço Beneficente	Sr. Galdino, Sra. Robertina e Sr. Lucídio	Participei da preparação do almoço, da venda dos pratos, bebidas e rifas e do leilão.
8.	01/05/16	Realizar novas entrevistas	Sr. Antônio	Falou sobre sua infância na comunidade, sua família, sobre os mutirões e sobre a farinha.
9.	26/05/16	Realizar novas entrevistas	Sra. Jovina, Sr. Galdino, Sra. Tomázia e o Sr. Manoel	Falaram sobre a história da comunidade, infância, família, festas tradicionais, farinha e remédios caseiros.
10.	07/07/16	Realizar novas entrevistas	Grupo de Mulheres “Raios do Sol”	Contaram a história do grupo e da importância de trabalharem sempre juntas

11.	13/08/16	Realizar novas entrevistas	Sr. Lucídio	Contou sobre a história da comunidade e da farinha. Falou também sobre a importância da associação para comunidade.
12.	28/08/16	Realizar novas entrevistas	Dona Justina	Falou sobre a importância da farinha para a comunidade e a forma de organização do trabalho neste espaço.
13.	10/09/16	Participar do Mutirão e realizar novas entrevistas	Sra. Maria Sales (Mariquita)	Contou sobre a história da farinha, como organizavam o trabalho e a importância do mutirão para a reforma da mesma.
14.	27/11/16	Realizar novas entrevistas	Sra. Vera Lobo (Irmã Vera) Sr. Galdino	Contaram sobre a construção da primeira farinha e tiraram dúvidas quanto ao Projeto Varredura.
15.	22/04/17	Fotografar os novos equipamentos da farinha	Sr. Galdino e Sra. Robertina	Explicaram como o processo de produção da farinha de mandioca está sendo organizado no novo espaço.
16.	01/05/17	Fotografar e filmar a produção de farinha	Sr. Galdino e demais trabalhadoras e trabalhadores que estavam no local	Explicaram as etapas do processo de produção da farinha de mandioca e a utilização de cada instrumento.
17.	15/10/17	Fotografar as antigas atas da associação e conversar com o presidente e membros da associação	Sr. Galdino e demais trabalhadoras e trabalhadores que estavam no local	Relataram acontecimentos mencionados nas atas e explicaram sobre a primeira farinha da região de Jangada.
18.	18/02/18	Realizar novas entrevistas	Sr. Galdino, Sra. Tomázia, Sra. Robertina e Sr. Leocádio	Relataram sobre a atual situação da farinha que já conta com fila para agendar novos dias para a produção da farinha.

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

### Identificação da comunidade

- 1) Quantas famílias residem em Raizama?
- 2) Como ocorreu a formação da comunidade?
- 3) Antigamente as terras eram comuns?
- 4) Como foram distribuídas/divididas as terras?
- 5) E o Projeto Varredura?
- 6) Do que viviam as famílias no início da comunidade?
- 7) Quais são as relações de parentesco?
- 8) Como acontecem os casamentos em Raizama?
- 9) Como é a relação entre as comunidades locais?
- 10) Vocês se identificam como uma comunidade tradicional? Por quê?
- 11) Qual a importância de se viver em comunidade?
- 12) Quais os pontos positivos em viver numa comunidade?
- 13) Existe um lado negativo em viver numa comunidade? Se sim, qual?
- 14) É feliz vivendo numa comunidade? Por quê?
- 15) Pensa em sair de Raizama? Por quê?
- 16) A comunidade tem um local de encontro coletivo?
- 17) Existe evasão dos jovens para a cidade? Por que isso acontece?

### Produção da existência

- 18) Onde trabalham? O que fazem para sobreviver?
- 19) O que produz é somente para subsistência? Explique.
- 20) Como vocês trabalhavam antes? E como trabalham hoje?
- 21) E quando crianças, ajudavam os pais? Tinham obrigações?
- 22) Qual o significado do trabalho coletivo para vocês?
- 23) Existe divisão do trabalho entre homens e mulheres? Explique.

### Farinheira

- 24) Aqui existe uma farinheira, conte um pouco da história deste espaço.
- 25) Como organizavam o trabalho? Tempo e produção.
- 26) Quando alguém faltava o que acontecia?
- 27) Como e onde era vendida a farinha?
- 28) Como os preços eram estipulados?
- 29) Existia divisão entre homens e mulheres nas tarefas na farinheira e no dia a dia?
- 30) O que representa o trabalho na farinheira para a comunidade?
- 31) Há quanto tempo existe a Associação? Por que ela foi criada?
- 32) Quantas pessoas fazem parte? Quem pode ser associado?
- 33) O que precisa fazer para se associar?
- 34) Alterou a realidade da comunidade? Como?
- 35) Quais os benefícios de fazer parte da associação?
- 36) Quem pode se candidatar aos cargos?
- 37) De quem partiu a idéia de reestruturar a farinheira?
- 38) Como será organizado o trabalho na farinheira após a reforma? Por quê?
- 39) Vocês já foram contempladas com recursos de algum projeto? Se sim, qual? Como isto ajudou a farinheira e a comunidade?
- 40) Acha que a farinheira voltará a ser usada como antes?
- 41) Como foi organizada a reforma da farinheira?

- 42) Por que a farinheira ficou um tempo sem funcionar?  
43) E quanto às farinhas falsificadas?

### **Mutirão/Muxirum**

- 44) Fale um pouco sobre os mutirões/muxirum na comunidade. Por que, quando e como aconteciam?  
45) Participavam/participam homens e mulheres nos mutirões/muxirum? De que forma?

### **Costumes e Tradições**

- 46) Existe na comunidade um propósito de coletividade e de solidariedade? Quando e como isto acontece e pode ser observado?  
47) Existe na comunidade o costume da troca de produtos? Como isso acontece?  
48) Conte um pouco sobre os costumes, hábitos e tradições da comunidade.  
49) Fale sobre a festa de São Vicente de Paulo.  
50) Como era a vida aqui em Raizama antigamente? O que mudou? Sente saudade de algo? O que espera para o futuro?

### **APÊNDICE C - Curiosidades sobre Raizama - segundo os(as) trabalhadores(as)**

Antigamente ninguém dormia em camas, somente em redes de fios de algodão
Em tempos passados ninguém tinha o hábito de tomar café. Os mais idosos tomavam guaraná ou caldo de cana pela manhã.
Quando alguém da comunidade faz aniversário são os convidados que organizam a festa. O dono da casa (aniversariante) apenas recebe as visitas.
Muita comida é preparada durante os velórios em Raizama. Todos que vão prestar a sua última homenagem ao falecido(a) já levam em mãos um pacote de arroz, feijão, etc., pois deve-se ajudar na alimentação de todos. Muitas vezes até um boi é abatido para alimentar a todos. E no sétimo dia de morte novamente há muita comida, como por exemplo, a paçoca de pilão que é feita para ser servida após a missa.
Caso alguém da comunidade venha a falecer, nenhum evento é realizado em Raizama antes de completar quatro meses da morte do(a) morador(a) em sinal de respeito à família.
Antigamente as mulheres davam a luz somente com a ajuda parteira da região. Não existia médico e não havia a preocupação de ir para a cidade mais próxima. Após o nascimento do bebê a parteira preparava uma garrafada com plantas e ervas medicinais para ajudar na recuperação da mulher. Além disso, usava-se azeite nos recém-nascidos para fazer massagem no intuito de diminuir as cólicas.

## ANEXOS

## ANEXO A – CENSO AGROPECUÁRIO 2006 – PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM NUMERO DE ESTABELECIMENTOS E TONELADAS



**ANEXO B – Ata de Fundação da Associação dos Produtores Rurais de Raizama**

1

Ata da Assembleia Geral de Fundação da Associação dos Produtores Rurais da Região da Raizama - Município de Jangada - Mato Grosso.

Aos 10º dia do mês de Fevereiro de 1988, do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, na propriedade do Sr. Manoel Pereira Nunes, na escola "Amaro Pereira Nunes", localizada no Município de Jangada, na comunidade de Raizama, Estado de Mato Grosso, às 14:00 horas, reuniram-se os produtores rurais da comunidade de Raizama, com o propósito de constituir a Associação dos Produtores Rurais Localizada na comunidade da Região da Raizama, "Agrupamento" sob a forma de Sociedade civil sem fins lucrativos cujos nomes e assinaturas, serão registrados no fechamento desta ata, após sua leitura e aprovação pela Assembleia. Para coordenar os trabalhos foi indicado o extensionista rural da EMATER-MT, o Sr. Sinobalino Machado da Silva, que convidou a mim Sr. Luiz Gontaga Ruiz para ler esta Ata, como segue: procedeu-se a leitura do estatuto social, o que foi feito artigo por artigo com a aprovação de todos os produtores presentes. No prosseguimento dos trabalhos o Sr. Coordenador convocou os presentes aos cargos da diretoria e conselho fiscal, tendo-se apresentado para Presidente o Sr. Manoel Pereira Nunes, para vice o Sr. Marcos Pereira Nunes, para secretário o Sr. Severino Egidio de Sales, para tesoureiro o Sr. Antonio Egidio de Sales, bem como os Srs. Justina Bonifácio Nunes, Saldino Pereira de Sales EUSA de Oliveira Sales, para membros do conselho fiscal Ezequiel e os Srs. Ezequiel Xavier de Almeida, Felipe Pereira Nunes, Caetano Nunes Rodrigues, para membros suplentes do conselho fiscal, cuja chapa foi denominada

UM PRODUTO  
Unibra



"Junta União do Trabalho", que foi única e integralmente constituída. Após a apresentação procedeu-se a eleição, a qual resolveu-se por unanimidade sendo aprovada. Em seguida o sr. Coordenador convocou a nova diretoria, para tomar posse, por um período de um ano, o qual fazendo uso da palavra conclamou a todos os associados presentes a unirem-se em torno da diretoria e conselho fiscal eleitos e empossados, objetivando o fortalecimento da classe produtora, passando a seguir a palavra a sr. Manoel Pereira Nunes, Presidente da "Aprumia", o qual fazendo uso da palavra agradeceu o voto de confiança depositado à diretoria e conselho fiscal, bem como o assessoramento dos técnicos da Emater.-MT. Em seguida passou a palavra ao senhor Agostinho Pereira Nunes, presidente da "Aprum", o qual agradeceu os extensionistas da Emater.-MT, pelo trabalho executado, e repassa que é um caminho cheio de dificuldades. Encontra-se para ser realizado pela diretoria. Em seguida o senhor Coordenador convocou a diretoria, conselho fiscal e associados para após a leitura e aprovação da Ata, assinarem a mesma, oficializando assim a fundação da "Aprumia". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados e eu, Luiz Gonzaga Ruiz, que serviu de secretário, leu esta Ata, que vai assinada por mim e todos os associados presentes.

Presidente: Manuel Pereira Nunes  
 Vice Presidente: Marcos Pereira Nunes  
 Secretário: Severino Egidio de Sales  
 Tesoureiro: Antonio Egidio de Sales  
 Conselho Fiscal Efetivo: 1. Justina Bonifácia Nunes  
 2. Galvão Pereira de Sales  
 3. Eliza Diveira Sales

conselho fiscal suplente 1.º Ezequiel Xavier de Almeida  
2.º Felipe Pereira Nunes  
3.º Celso Nunes Rodrigues

1.º Carmelindo Desiderio da Silva

2.º Benedito Pereira Nunes

3.º Galdino Rodrige de Almeida

4.º Vergilio Pereira de Sales

5.º João Pereira de Sales

6.º Vitalino Antonio de Barros

7.º Deonizio Pereira de Barros

8.º Manoel Edme de Sales

9.º Cacimirio Pereira de Sales

10.º Manoel Zepherino da Silva

11.º Andre Pereira Nunes

12.º Antonio Pereira Nunes

13.º Bento Rodrigues Nunes

14.º Francisco Renato Rodrigues

15.º Bento Pereira Nunes

16.º Bento da Guia Silva

17.º Benedito Pereira de Sales

18.º Leocadio Pereira de Sales

19.º Benedito Catrício de Sales

20.º Galdino Pereira de Sales

21.º Alvaro Pereira Nunes

22.º Manoel José de Sales

23.º Glomel Pereira de Sales

24.º Felipe Pereira Nunes

25.º Manoel Pereira Nunes

26.º Severino Egidio de Sales

27.º Marcos Pereira Nunes

28.º Antonio Egidio de Sales

29.º Celso Nunes Rodrigues

30.º Luiz Gonzaga Ruiz

31.º João Batista da Silva





## ANEXO C – Literatura de Cordel – Coração de Raizama

*Cordel escrito com base na Tese de Doutorado intitulada "Comunidade Tradicional Raizama em Jangada/MT: Produzindo a existência associadamente por meio de enxadas, ralos, sucuris e torradeiras", defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT pela Professora Ana Paula Bistaffa de Monlevade. A tese objetivou analisar as contradições e mediações encontradas pelas trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade Tradicional Raizama/MT, quando se organizam para produzir a existência a partir da produção associada.*

### Sobre a Autora:



Ana Santana é pernambucana radicada em Aracaju. Escreve seus versos em literatura de Cordel há quase dez anos. Coloca sua arte a serviço da Evangelização e coordena, ao lado do esposo e da filha, também cordelistas, as atividades culturais da Casa do Cordel, em Aracaju.

\*\*\*\*\*

Contatos: (79) 3231-5363 / 99849-4595  
98852-9236



Quero aqui neste Cordel  
Poder assim relatar  
Vida, luta e união  
De quem vive a trabalhar  
Também os seus sentimentos  
Alegria e sofrimentos  
De fora, não vão ficar.

Falo da Comunidade  
Que por seus direitos, clama  
Estado de Mato Grosso  
Onde a união é chama  
Município de Jangada  
Ali fica situada  
A querida Raizama.

Ao longo de muito tempo  
Nada se tem registrado  
A não ser pelo seu povo  
Que na mente tem guardado  
Falam com convicção  
Já na sexta geração  
Conforme foi informado.

De descendência indígena  
 Segundo seus ancestrais  
 Por sua pele, seus traços  
 Seus trabalhos manuais  
 São várias as gerações  
 Costumes e tradições  
 E negar isso, jamais!

Um sítio arqueológico  
 Existe na região  
 Alguém da comunidade  
 Passou a informação  
 As pesquisas foram feitas  
 Suas ideias aceitas  
 Não restando indagação.

Porém, o ponto mais forte  
 De toda comunidade  
 É o feitio de farinha  
 Naquela localidade  
 Desempenho construtivo  
 Um trabalho coletivo  
 Com responsabilidade.

2

Sabemos que a Mandioca  
 Serve pra fazer farinha  
 Alimenta-se o idoso  
 O jovem, a criancinha  
 O raizamense diz:  
 'Abençoada raiz  
 Para a família inteirinha'.

Pode faltar o arroz  
 Café, leite, macarrão  
 Queijo, manteiga, biscoito  
 Carne, açúcar e pão  
 Mas tendo sal e farinha  
 Você chega na cozinha  
 Fome ninguém passa, não!

O trabalho na farinheira  
 É de forma associada  
 Eles não visando lucro  
 É assim utilizada  
 Todos com boa vontade  
 É na solidariedade  
 Que a produção é pautada.

3

Primeiro o descascamento  
 Em seguida a lavagem  
 Terceiro a trituração  
 Quarto passo é a prensagem  
 Quinto, o esfarelamento  
 E depois desse momento  
 A torração ou secagem.

Após todo esse processo  
 A farinha é peneirada  
 E colocada em sacos  
 Pronta para ser pesada  
 Aí entra o comprador  
 É o atravessador  
 Paga pouco ou quase nada.

A farinha toda pronta  
 Ensacada pra vender  
 Eles ficam com um pouco  
 Para a família comer  
 O trabalho é bem puxado  
 Mas é pouco o resultado  
 E assim é seu viver.

4

Moradores de Raizama  
 Nunca tiveram o prazer  
 De levar toda farinha  
 Pra na cidade vender  
 Trabalhadores honrados  
 Sabem que são explorados  
 E não tem o que fazer.

É uma luta diária  
 Do trabalhador rural  
 Toda sua produção  
 Abastece a capital  
 Quase um desconhecido  
 Não tem o valor devido  
 E não tem renda mensal.

Eles criaram uma forma  
 Chamada "troca de dias"  
 As famílias se ajudam  
 Na mais perfeita harmonia  
 Trabalho em vez de dinheiro  
 É assim o ano inteiro  
 Na maior Democracia.

5

O seu maior produtor  
De mandioca no Estado  
É o município Jangada  
Ficou assim comprovado  
De toda essa riqueza  
Tiveram plena certeza  
No Censo realizado. (2006)

E as mulheres indígenas  
Com muita dificuldade  
Fazendo todo trabalho  
Ali na comunidade  
Tudo era artesanal  
Parecia um festival  
Naquela sociedade.

O povo de Raizama  
Começou a questionar:  
"Uma associação  
Nós precisamos criar!"  
E então daqui pra frente  
Ajudará nossa gente  
Com mais gosto, trabalhar.

6

Reunidos em assembleia  
Criada a Associação  
Dia 10 de fevereiro (1988)  
A primeira eleição  
De acordo com a ata  
Como vemos nesta data  
Deu-se a sua fundação.

A votação foi unânime  
Associação criada  
Os membros tomaram posse  
A ata foi assinada  
E a decisão primeira:  
Construir a farinheira  
Por todos, tão almejada.

Toda de madeira e palha  
E feita em mutirão  
Espaço muito precário  
Mas com participação  
Um incêndio a destruiu  
E o que o povo construiu  
Virou cinzas pelo chão.

7

Após vários mutirões  
Área bem localizada  
Em 25 de março (1992)  
A data tão esperada  
Terreno que foi comprado  
Um sonho realizado  
Então reinaugurada.

Inúmeras reuniões  
Uma equipe foi formada  
Construída de concreto  
Mais moderna e equipada  
Trocado até o motor  
Pra não haver dissabor  
Igualmente a vez passada.

Trabalhavam todo sábado  
Em forma de mutirão  
Muito suor derramado  
Mas com garra e união  
Recursos angariados  
E todos utilizados  
Dando vida à construção.

8

Pra conseguir mais recursos  
O povo se organizou  
Com bazares, almoços, rifas  
Muito se angariou  
Tinham tudo em comum  
E eram todos por um  
A obra ali não parou.

O interesse comum  
Daquela comunidade  
Principal objetivo  
Grande era ansiedade  
Crescimento social  
Econômico, pessoal  
Dando-lhes dignidade.

A produção de farinha  
Por um tempo fracassou  
Com os preços muito baixos  
A muitos, desanimou  
Quase sem funcionar  
A produção devagar  
Por pouco, quase parou.

9



Com muita dificuldade  
 Conseguiram agilizar  
 Os novos equipamentos  
 Para assim, facilitar  
 A produção da farinha  
 Comunidade inteirinha  
 Ansiosa a esperar.

E logo ali receberam  
 A prensa, a torradeira  
 Um triturador elétrico  
 E uma nova peneira  
 A turma toda animada  
 A farinha equipada  
 Foi assim, dessa maneira.

O mais impressionante  
 É ver do povo, a união  
 Com muita perseverança  
 Certos que conseguirão  
 Consta também no roteiro  
 Na festa do padroeiro  
 Tem lazer e diversão.

10

Escrever essa história  
 Foi um dos propósitos meus  
 Assim vive Raizama  
 Abençoada por Deus  
 História pra ser contada  
 E não mais pra ser guardada  
 Pelos meus filhos e seus.

Experiências herdadas  
 Por essa comunidade  
 Através da oralidade  
 Que serão sempre lembradas  
 E continuam forjadas  
 Na luta e na resistência  
 No trabalho e paciência  
 Daquele que crê e ama  
 Assim segue Raizama  
 Com dignidade e decência!

**Ana Santana do Nascimento**

11

#### FICHA TÉCNICA

##### TÍTULO

**Coração de Raizama, história para ser  
 contada e não mais guardada.**

##### AUTORA

**Ana Santana do Nascimento**

##### ESTRUTURA

**31 estrofes de 7 (sete) versos (septilha) e  
 01 estrofe de 10 (dez) versos (décima)**

##### CAPA / XILOGRAVURA

**Jefferson Campos**

##### DIAGRAMAÇÃO

**Renilson Lima**

##### IMPRESSÃO

**DATAGRAPH  
 (79) 3222-4769**

Aracaju-Sergipe/Fevereiro-2018.

12

**ANEXO D – Autorização de Pesquisa****Autorização**

Eu, **Robertina Pereira de Sales**, (RG. 1150780-2),  
(CPF 004.719.131-95), morador(a) da Comunidade Raizama em  
Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas  
imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins  
didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e  
restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de  
direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 10 de Junho de 2014.

Robertina P. de Sales

Assinatura

**Autorização**

Eu, **Leocádio Pereira de Sales**, (RG. 752 287),  
(CPF 342.076.053-32), morador(a) da Comunidade Raizama em  
Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas  
imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins  
didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e  
restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de  
direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 05 de Dezembro de 2015.

Leocádio Pereira de Sales

Assinatura

**Autorização**

Eu, **Manoel Pereira Nunes**, (RG. 330838),  
(CPF 086.980.993-53), morador(a) da Comunidade Raizama em  
Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas  
imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins  
didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e  
restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de  
direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 05 de Dezembro de 2015.



Assinatura

**Autorização**

Eu, **Galdino Pereira de Sales**, (RG. 503.708),  
(CPF 20584226734), morador(a) da Comunidade Raizama em  
Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas  
imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins  
didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e  
restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de  
direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 26 de Maio de 2016.



Assinatura

**Autorização**

Eu, **Galdino Pereira de Sales**, (RG. 503.108), (CPF 20594226734), morador(a) da Comunidade Raizama em Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 26 de Maio de 2016.



Assinatura

**Autorização**

Eu, **Justina Bonifácia Nunes**, (RG. 0452873-5), (CPF 340038971-04), morador(a) da Comunidade Raizama em Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 28 de Agosto de 2016.



Assinatura

### Autorização

Eu, **Maria de Oliveira Sales**, (RG. 1151946-0), (CPF 007.675.421-93), morador(a) da Comunidade Raizama em Jangada/MT autorizo a gravação de vídeos e fotografias e a veiculação das minhas imagens e depoimentos/entrevistas em qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem qualquer ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação para fins acadêmicos.

Raizama/Jangada-MT, 10 de Setembro de 2016.

Maria de O. B. Sales

Assinatura